

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

FORMULARIO

Para as Eleições Federaes

Convocação de mesarios

EDITAL

A DISPUTA DE GRUPOS FAMILIARES PELO PODER LOCAL NA

CIDADE DE CATAGUASES

práticas eleitorais, representação e memória



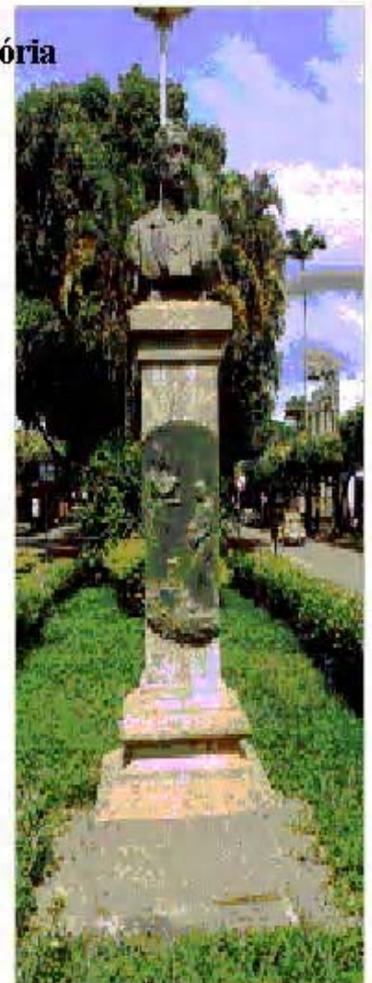
Dissertação de Mestrado



Odete Valverde Oliveira Almeida

Belo Horizonte

2004



Odete Valverde Oliveira Almeida

**A DISPUTA DE GRUPOS FAMILIARES PELO PODER LOCAL NA
CIDADE DE CATAGUASES**
práticas eleitorais, representação e memória

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Rodrigo Patto Sá Motta.

Belo Horizonte
2004



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
AV. ANTÔNIO CARLOS, 6.627 - PAMPULHA
31270.901 - BELO HORIZONTE - MG
e-mail: ppghis@fafich.ufmg.br
FONE: (31)3499-5068 Fax: (31) 3499-5044

PÓSGRADUAÇÃO
históriaufmg

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que Odete Valverde Oliveira Almeida , defendeu e foi aprovada em sua Dissertação de Mestrado em História intitulada “*A Disputa de Grupos Familiares pelo Poder Local na Cidade de Cataguases: práticas eleitorais, representação e memória*”, realizada no dia 28 de maio de 2004, na Sala de Congregação F-1052, do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2004


Magda de Pinho Tavares
Insc. 11734/X

Dedicatória

Aos meus pais, Jair e Aparecida
Ao meu esposo, Pedro
Aos meus filhos, Pedro e Carolina

Agradecimentos

Ao CNPq, que através da concessão de bolsa no final do processo de qualificação, viabilizou o desenvolvimento deste trabalho.

A FIC – Faculdades Integradas de Cataguases, a FUNCEC, a Secretaria Municipal de Educação de Cataguases, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, na pessoa da Profa. Vanessa Guimarães Pinto, pela liberação dos encargos didáticos.

Ao Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC, na pessoa de José Luiz Batista, pela amigável acolhida durante as pesquisas.

Ao Centro de Documentação Histórica – CDH – do Instituto Francisca de Souza Peixoto, pela disponibilização de rico e importante material, que tornou possível grande parte desta pesquisa.

Ao professor Rodrigo Patto Sá Motta, pela generosa acolhida e pela sabedoria com que me conduziu no desenvolvimento deste trabalho.

A professora Carla Anastasia, que tão carinhosamente me auxiliou em vários momentos desta caminhada.

Ao professor Jorge Luiz Prata de Souza, pelas ricas e proveitosas interlocuções e, principalmente, pelo incentivo e pelas palavras de ânimo que me acompanharam durante toda trajetória.

A Astolfo Dutra Nicácio Neto, pela paciência e presteza com que sempre me atendeu.

A arquiteta Krystiane Mendes de Paula, pela consultoria técnica.

Ao amigo Mauro Jesús Romanhol que sempre torceu por mim e com quem divido esta conquista.

Ao Rodrigo Fialho, companheiro de jornada e viagens.

A minha irmã Maria Dulce Valverde Oliveira que, por tantas vezes foi minha representante e meu ponto de contato com a Instituição.

A Irenilda Cavalcanti, que tão generosamente se prestou a realizar a revisão técnica deste trabalho.

A Deus, que tornou tudo possível.

Resumo

O presente trabalho aborda a disputa pelo poder político local entre duas famílias rivais, em Cataguases, cidade do interior mineiro. Para melhor visualizarmos essa disputa, estabelecemos como corte cronológico o ano de 1889, data da proclamação da República, até a década de 1960, quando ocorreu a interrupção da experiência democrática com os governos militares. Contudo, a ênfase maior se concentrará nas décadas de 1930 a 1960, quando as lutas políticas entre os dois grupos tornaram-se mais acirradas. Verificamos que esse disputa pelo poder ultrapassou o âmbito eleitoral, estendendo-se a outras esferas. Assim, analisamos em primeiro lugar, a disputa no campo eleitoral, onde enfocamos as práticas de aliciamento de votos, utilizadas por ambos os lados em conflito, objetivando, cada um, abarcar o maior número de eleitores possível. Em seguida, refletimos sobre a disputa no campo das representações, analisando a auto-representação que cada chefe político criava para si, bem como a representação que criava para seu adversário. Finalizando, discutimos a disputa no campo da memória, procurando demonstrar como os dois grupos utilizavam-se dos projetos urbanísticos de modernização da cidade para, através deles, travarem uma luta pela posse e monopólio da memória coletiva, buscando, cada um, impregnar sua marca na cidade e associar seu nome e de sua família à história do município. Para tanto, as duas famílias em disputa erigiram “lugares de memória”, tendo em vista registrar seus feitos e perpetuá-los para a posteridade.

Abstract

The actual work presents a dispute by of the political power between two rivals families, in Cataguases, a town in Minas Gerais. For a best visualization of this dispute we established as start point the year of 1889, date of Republic announcement till 1960's, when an interruption of the democratic experience came out with the military governments. However, the major emphasis will concentrate in the decades of 1930 to 1960, when the politics disputes between two groups became sharper. We ascertained that this dispute for the power exceeded eleitoral scope, extending to other spheres. So, at first time, we analised, the dispute in the eleitoral sect, when we focused by both sides in conflict, aiming, each one, to get the biggest possible number of electors. Next we reflected about the dispute in the subject of representations analysing a self-represent that each political representative criated by himself as well as the representations he criated for his antagonist. Finally we discussed the dispute in the field of memory trying to show how the two groups used the urban projects of modernism for the possession and monopoly of the collective memory, searching, each one, saturate their mark in the city for, through them, start an argument for possession and monopoly of the collective memory, searching, each one saturate their mark in the city and associate his and his family name to the history of the town. For such, the two families in dispute erected "places of memory", targeting the register of their feats and perpetuate them for the posterity.

Lista de figuras

Figura 1: Avenida Astolfo Dutra	153
Figura 2: Vila Tereza	153
Figura 3: Vila Tereza	154
Figura 4: Cia. Industrial Cataguases	154
Figura 5: Vila Operária da Cia. Industrial Cataguases	155
Figura 6: Casa dos funcionários graduados da Cia. Industrial Cataguases	155
Figura 7: Praça José Inácio Peixoto	156
Figura 8: Escola Estadual Coronel Vieira	156
Figura 9: Residência de D. Nelia Peixoto	157
Figura 10: Residência da Família Dutra.....	157
Figura 11: Antiga Igreja Matriz Santa Rita de Cássia	158
Figura 12: Moderna Igreja Matriz Santa Rita de Cássia	158
Figura 13: Busto de Astolfo Dutra.....	159
Figura 14: Estátua de Guido Marlière.....	160
Figura 15: Escola Municipal Flávia Dutra	161

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo I.....	30
Breve história da vida política local.....	30
Capítulo II.....	46
Disputa política no campo eleitoral: a busca do poder.....	46
2.1- Eleição: instrumento de dominação ou de representação?.....	46
2.2 – A disputa eleitoral em Cataguases no período da República Velha.....	49
2.2.1 – As eleições	49
2.2.2 – A conquista do voto e o embate eleitoral.....	52
2.3 – A disputa eleitoral no município no contexto da Revolução de 30	56
2.3.1 – As eleições no novo contexto	56
2.3.2 – A disputa eleitoral entre os dois chefes políticos: Pedro Dutra e Manoel Peixoto	58
2.4 – A disputa eleitoral no período da redemocratização política pós-45	64
2.4.1 – Panorama das eleições no município.....	64
2.4.2 – A disputa eleitoral entre os dois chefes políticos no período pós-45	66
2.4.2.1 – As eleições de 1947	66
2.4.2.2 – A entrada do operariado na cena política.....	69
2.4.3 – O clientelismo como prática eleitoral.....	76
Capítulo III.....	82
Disputa política no campo das representações: a busca da legitimidade.....	82
3.1 – Representação: Uma discussão conceitual	82
3.2 – Auto-representação e representação do “outro”	86
3.2.1 – Pedro Dutra	86
3.2.2 – Manoel Peixoto	93
3.3 – A representação e o “real”	101
Capítulo IV.....	109
Disputa política no campo da memória: a busca da perpetuação do poder.....	109
4.1 – O projeto modernizador de Pedro Dutra	109
4.2 – O projeto modernizador de Manoel Peixoto.....	117
4.3 – Modernização, modernismo, modernidade.....	122
4.4 – Disputa política e memória	126
Conclusão	136
Arquivos e Instituições Pesquisadas	141
Fontes	142
Referências Bibliográficas	144
Anexos.....	149

Introdução

Cataguases, cidade típica do interior mineiro, situada na Zona da Mata, teve sua história bem marcada pelas atividades econômicas da província: mineração, abertura de estradas, agricultura de subsistência e mercado interno, produção cafeeira e ferrovias. Já no final do século XIX e início do XX, a região funcionava como um pólo de imigração. Desbravadores, pessoas “expulsas” de regiões economicamente decadentes, aventureiros, trabalhadores contratados para abrir estradas e ferrovias, dirigiram-se para esse local e nele se estabeleceram.

Sua ocupação começou na primeira metade do século XIX e sua história registra como primeiro desbravador o francês Guido Thomaz Marlière, coronel comandante das Divisões Militares do Rio Doce e Diretor-Geral dos Índios, que teria vindo para essa região para inspecionar os trabalhos da estrada que deveria ligar Minas Gerais aos Campos de Goitacazes (hoje Campos, Rio de Janeiro). Ao chegar a um lugar denominado “Porto dos Diamantes”, Guido Marlière recebeu do Alferes comandante dessa Divisão, Henrique José de Azevedo, a doação de um terreno destinado a construção de uma igreja consagrada a Santa Rita de Cássia e a fundação de um povoado. Surgiu assim o arraial denominado “Santa Rita do Meia Pataca”.

Em 1841 o arraial foi elevado à categoria de curato de Santa Rita de Cássia e anexado à freguesia de São Januário de Ubá e, em 1851, à categoria de freguesia. Com isso, o local passou a ter juiz de paz, subdelegado, inspetor paroquial e mesa de votação, adquirindo o status de sede administrativa.

Em 1842 chegou à região o Major Joaquim Vieira da Silva Pinto, acompanhado da esposa, filhos, escravos, agregados, gado, tropas de burro e sementes para cultivo, para tomar

posse de uma sesmaria de três mil alqueires de terra. Instalou-se nas proximidades do curato, onde fundou uma fazenda, denominada “Fazenda Nossa Senhora da Glória”, dedicada ao cultivo de café. Senhor de muitas terras e escravos consolidou seu poder político tendo numeroso clã sob seu comando e exercendo-o com mão férrea. Agraciado com o posto de Major da Guarda Nacional era responsável pelo destino do povoado e a oligarquia que fundou manteve o domínio político na região “por mais de meio século depois de empobrecida”.¹ Seu filho, Coronel José Vieira de Resende e Silva, deputado provincial, foi peça fundamental para a elevação da freguesia a município, fato que se deu pela lei 2.180 de 25 de novembro de 1875, aprovada pela Assembléia Provincial e sancionada pelo presidente da Província de Minas Gerais, Pedro Vicente de Azevedo.²

A condição de município deu a Cataguases o direito de instalação de uma Câmara que teve como primeiro presidente o Coronel José Vieira Resende e Silva. Cid Rebelo Horta, em seu estudo sobre as “Famílias governamentais de Minas Gerais”, afirma que a história política de Minas é a história de suas grandes famílias. São famílias que “ao longo de um século ou dois controlam praticamente a chefia política do estado, e larga influência no comando do próprio país”³. Em Cataguases esse fato se verifica com os Vieira/Resende, descendentes, segundo Horta, de um dos membros envolvidos na Conspiração mineira: José Resende Costa.

O Coronel José Vieira Resende, deputado provincial e presidente da Câmara, foi substituído na política local por seu sobrinho Astolfo Dutra Nicácio⁴, que foi vereador, presidente da Câmara municipal e agente executivo, deputado estadual, deputado federal,

¹ NICÁCIO, Astolfo Dutra. Um líder mineiro na República Velha; biografia de Astolfo Dutra. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p.25

² cf.COSTA, Levy Simões. Cataguases Centenária, 1977.

³ HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. II Seminário de estudos mineiros. BH:UFMG, 1956. p. 63

⁴ Astolfo Dutra Nicácio era filho do coronel Pedro Dutra Nicácio e Raquel Dutra Vieira Resende, irmã do coronel José Vieira de Resende.

presidente da Câmara dos deputados por seis mandatos consecutivos, líder da maioria e, a partir de 1918, membro efetivo da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM), conhecida como Tarasca. Até 1920, a vida política da cidade girava em torno de sua figura e seu comando. Com sua morte é a vez de seu filho entrar no cenário político: em 1924, Pedro Dutra Nicácio Neto, é eleito deputado estadual pelo PRM. Quando foi criada a Aliança Liberal para dar apoio à chapa de oposição que lançou a candidatura de Getúlio Vargas em 1930, Pedro Dutra posicionou-se ao lado da Aliança, oferecendo irrestrito apoio a Antônio Carlos e a Olegário Maciel, presidente de Minas. Este apoio resultou em sua nomeação para prefeito municipal em 1931.

Neste período, uma outra família entra na cena política da cidade: os Peixotos. O patriarca, Manuel Peixoto, imigrante português originário da ilha do Pico, Arquipélago de Açores, chegou à cidade no final do século XIX, acompanhando os trabalhos da construção da ferrovia. Instalou-se na cidade e em 1911 adquiriu uma fábrica de fiação e tecelagem, que se tornou o núcleo das “Indústrias Irmãos Peixoto”. Em 1927, seu filho, José Inácio Peixoto foi eleito vereador pela câmara municipal.

Com a ascensão de Pedro Dutra ao cargo de prefeito em 1931, tem início uma disputa ferrenha e sem tréguas entre os dois grupos políticos: um liderado por Pedro Dutra, outro liderado por Manoel Inácio Peixoto, filho, em torno dos quais se agrupavam amigos e correligionários, polarizando a luta política no município. É justamente nessa disputa entre poderosos chefes familiares pelo poder local, que está situado o eixo central desse estudo.

A análise das fontes nos mostrou que essa disputa transcende a simples disputa político-eleitoral, do voto na urna. Ela perpassa também por outros campos, como o das representações e o da memória. Portanto, a proposta dessa dissertação é analisar esses locais

de embate político e como eles eram construídos e des-construídos, como eram apropriados, manipulados e utilizados pelos grupos em disputa.

É corrente na historiografia brasileira a relação entre família e poder local, família e mandonismo. Com isso retornamos ao início da colonização, quando a estrutura agrária, de base latifundiária e escravocrata, somada a descentralização administrativa e a dispersão populacional, favoreceu o aparecimento da família patriarcal, que concentrava em torno de si, a vida social. Ao redor do núcleo central – pai/chefe, esposa e filhos – agrupavam-se outros membros como: filhos de criação, parentes, afilhados, amigos e agregados de toda espécie. Estabelecia-se entre os membros uma relação de solidariedade e dependência. Esse modelo familiar já é bastante explorado na literatura, destacando-se o tradicional trabalho de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*.

No caso de Minas isso é bem marcante, ou seja, falar de política mineira é falar das grandes famílias, como nos mostra Cid Rebelo Horta. Em Minas, os “homens bons”, constituídos pelos desbravadores da terra e seus descendentes, formavam uma espécie de nobreza local. Para explorar as sesmarias, o velho patriarca levava consigo toda a parentada: filhos, genros, netos, irmãos. Assim, núcleos de povoamento eram formados por unidades de família extensa. Havia ainda uma preocupação do patriarca com o culto religioso: normalmente ele doava um terreno para erguer uma capela em torno da qual nasceria um povoado. Com esses chefes, a metrópole portuguesa estabelecia um compromisso patrimonialista:

sem recursos para administrar efetivamente a capitania, davam-se a esses ‘homens bons’, em troca do pagamento de impostos e do fornecimento de armas e soldados, na colônia e em troca de votos, depois da independência, cartas de sesmarias, patentes de

oficiais da Milícia de Ordenanças, assim com um arbítrio policial e judicial que atingia os extremos.⁵

Como se vê, a história política de Minas é uma verdadeira “cadeia de círculos familiares”. O autor salienta ainda os traços clânicos dessa organização familiar: convivência comum num extenso domínio, solidariedade baseada no parentesco, orgulho da linhagem e sentimento de interesse da família sobreposto a todos os outros interesses. É essa feição clânica de unidade familiar que vai dar origem ao povoado do atual município de Cataguases pelos Vieira-Rezende.

Maria Isaura QUEIROZ⁶ utiliza os grupos de parentela para explicar a origem da estrutura coronelista. A autora define como parentela o grupo com parentesco de sangue, formado por várias famílias, vivendo cada qual em sua moradia, com autonomia econômica. Além dos laços sanguíneos, os indivíduos podem estar unidos a esse grupo por alianças, como uniões matrimoniais, ou laços “espirituais”, como compadrio. Seus membros são unidos pelos mesmos interesses sócio-econômicos e políticos. O coronel é o chefe dessa extensa parentela, ao qual devem lealdade econômica e política. Contudo, observa a autora, podem ocorrer competições e rivalidades internas que podem levar a rupturas no interior da parentela.

Vitor Nunes LEAL⁷, em sua clássica obra “Coronelismo, enxada e voto”, também destaca o poder dos chefes locais, relacionando sua origem com a estrutura fundiária brasileira nos primórdios da colonização: a concentração da propriedade, a distância da colônia e o isolamento em que viviam levou ao desenvolvimento de um poder privado que passou a suprir a ausência do poder público. Os chefes locais eram verdadeiros potentados e o rei tinha dificuldades em controlar sua tendência ao mandonismo.

⁵ HORTA, op. cit. P. 48

⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (org) História Geral da Civilização Brasileira. RJ: Bertrand Brasil, 1977. Tomo III. Vol. 1.

⁷ LEAL, V.N. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. SP: Alfa-Ômega, 1975.

Na década de 60, José Murilo de CARVALHO⁸ desenvolveu um estudo sobre poderosas famílias que dominavam a política local em Barbacena. Até 1930, um grupo de famílias, cujo poder estava baseado na posse da terra, detinha o controle político da cidade. Mesmo com as mudanças ocorridas após 1930, como o crescimento industrial e a posse da terra não sendo mais a base do poder econômico e do domínio político, Barbacena ainda continuava comandada por duas famílias, Bias e Andradas. Segundo o autor, neste caso, os partidos políticos eram apenas enquadramentos artificiais exigidos pela legislação e o controle do eleitorado pelas famílias em luta era quase completo. O caso de Barbacena mostra, segundo Carvalho, que elementos urbanos podem adotar comportamentos tradicionais. O autor ressalta a necessidade de mais “estudos de casos”, para não se correr o risco de fazer generalizações sobre a evolução do comportamento político em Minas e afirma que só a comparação entre as várias situações concretas pode permitir tirar conclusões com maior grau de precisão.

Sobre o papel das elites políticas mineiras no cenário nacional, é interessante destacar o trabalho de Cláudia VISCARDI⁹, que procura relativizar o monolitismo da política do café com leite, destacando os momentos de ruptura e divergências no interior da elite mineira. A autora salienta as divergências entre os grupos regionais rivais e a dificuldade em construir a hegemonia política mineira em nível nacional, já que as disputas internas comprometiam o desempenho político unificado da bancada mineira. De acordo com VISCARDI, durante todo o período republicano, Minas vivenciou instabilidade política interna, marcada pela oposição entre as elites da Zona da Mata (produtora de café) e da região Central (mineradora). A autora

⁸ CARVALHO, J.M. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Rio de Janeiro, n° 20, 1966.

⁹ VISCARDI, C. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n° 15, 1995.

propõe ainda, uma revisão sobre a participação de Minas na Primeira República, ressaltando a necessidade de mais pesquisas empíricas.

Seu trabalho, de certa forma, estabelece um diálogo com a conhecida tese de John WIRTH, que também trata da participação de Minas na política nacional, durante a Primeira República. Minas, fiel ao governo era o pilar de uma democracia bem comportada, devido à sua política conservadora, tradicional e governista. Para o autor, a força de Minas estava na sua unidade e coesão política: “Minas unida proporcionava ao presidente a legitimidade e o apoio de que este necessitava para fazer funcionar o sistema federal.”¹⁰ A elite política mineira era formada por profissionais liberais, principalmente advogados que dominavam o PRM, originários da oligarquia e bem integrados numa sociedade agrária. WIRTH define os políticos mineiros como hábeis barganhistas e negociadores: fizeram parte das comissões mais importantes, dirigiram o Congresso quase todo esse período, ocuparam por três vezes a presidência federal e sempre estiveram presentes no ministério. O autor vê o PRM como um partido político de patrono-cliente, “partido de panelinhas” e acredita que o estilo patriarcal de política não se dissipou em Minas com a Revolução de 30.

A respeito do PRM vale destacar um importante trabalho de Maria Efigênia Lage RESENDE¹¹, sobre a formação da estrutura de dominação em Minas Gerais, onde a autora busca compreender a dinâmica do processo histórico de formação de uma oligarquia estadual e analisa a estrutura de organização político-administrativa do Estado, o sistema eleitoral, o coronelismo e a atuação dos grupos político-partidários. A autora salienta a clivagem das

¹⁰ WIRTH, J. Minas e a Nação; um estudo de poder e dependência regional – 1889-1937. In: FAUSTO, B. (org) História Geral da Civilização Brasileira. RJ: Bertrand Brasil, 1997. Tomo III Vol.1 p. 85

¹¹ RESENDE, M.E.L. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906). BH:UFMG/PROED, 1982.

elites políticas, a disputa pelo poder e as interferências do governo nas municipalidades, numa tentativa de deter o mandonismo local.

Segundo RESENDE, o grande problema em Minas era solucionar os impasses internos ao nível da estrutura de organização política e disciplina partidária. Seu trabalho nos mostra que a tão falada “unidade” e “disciplina” do PRM, não é um dado pronto, ao contrário, foi necessário um longo processo para transformar uma bancada “anárquica” e sem direção, numa agremiação forte e disciplinada, capaz de manter a solidariedade do governo com a União e firmar a preponderância de Minas na federação.

Assim, os anos que vão da proclamação da república a Campos Sales foram marcados pela luta pela formação das estruturas de dominação do Estado. O compromisso político entre Silviano Brandão e Campos Sales resultou na preponderância de Minas na política da federação, através da união de seus representantes. Apesar de fatores como as cisões internas terem dificultado o processo de centralização oligárquica, as tendências de oligarquização marcam claramente a política mineira republicana e o PRM foi um poderoso instrumento para concretização desse ideal.

Toda essa produção historiográfica tem uma estreita relação com o nosso tema, uma vez que estamos enfocando o poder de uma família tradicional no município, a disputa com outra família e sua luta para manter-se no poder. A atuação política dessas famílias ultrapassou a esfera municipal, estendendo-se a esfera estadual. Seus membros eram políticos atuantes dentro dos partidos, destacando a atuação de Astolfo Dutra dentro do PRM e posteriormente de seu filho, Pedro Dutra, na política mineira.

O corte cronológico de 1889, data da proclamação da República, até a década de 1960, quando a experiência política democrática foi interrompida com os governos militares – foi intencional, uma vez que a “média duração” nos permite observar a construção de um poder

com traços clânicos de organização familiar, a entrada de uma outra família no cenário político e a disputa entre elas. Através desse espaço de tempo, podemos visualizar toda a trama dos acontecimentos, além de nos permitir detectar os elementos de permanências e rupturas e perceber a história como processo. Contudo, a ênfase maior desta dissertação se concentrará no período entre as décadas de 1930 e 1960, quando as lutas políticas entre os dois grupos se tornaram mais acirrada.

No que diz respeito ao arcabouço teórico-conceitual, trabalhamos com historiadores do campo da história política e alguns cientistas políticos que tratam do tema. Procurando compreender essa organização familiar, clânica e patriarcal e as relações de poder que ela estabelece utilizamos alguns conceitos que vão nos possibilitar um melhor entendimento dessa dinâmica da disputa pelo poder em suas mais variadas formas e em toda sua complexidade. Assim, entendemos que conceitos como oligarquia, clientelismo, modernização, modernidade e memória, nos fornecerão a fundamentação teórica necessária para a realização de tal tarefa.

Esse tipo de organização familiar – clânica e patriarcal – e as relações de poder que ela estabelece, nos remetem ao conceito de “oligarquia”. Segundo BOBBIO, oligarquia “não indica uma forma específica de governo”, mas o fato de que “o poder supremo está nas mãos de restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligados por vínculos de sangue, de interesse ou outros e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar.”¹²

Esses grupos familiares e seus descendentes – herdeiros dessa estrutura político-administrativa – vão estabelecer um poder oligárquico, na medida em que procuram

¹² BOBBIO, N. et.al. Dicionário de Política. Brasília:UnB, 1997. p. 838.

concentrar o poder político em suas mãos, utilizando para este fim todos os meios que dispõem.¹³

Para o exercício de seu poder, os grupos estabelecem relações de clientela, ou seja, relações entre atores políticos que envolvem a concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens e isenções fiscais, em troca de apoio político, sobretudo na forma do voto. Para José Murilo de CARVALHO, o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo. Este é um sistema baseado em barganhas entre o governo e os coronéis: o governo estadual garante o poder dos coronéis sobre seus dependentes, inclusive cedendo-lhes o controle de cargos públicos e, em troca, o coronel apóia o governo, sobretudo na forma de votos. Contudo, para o autor, o coronelismo é um fenômeno datado historicamente, isto é, nasce, atinge seu apogeu e entra em declínio, o que teria ocorrido na década de 30, mais especificamente, em 1937, com o Estado Novo.

Assim, à medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a transferir para os eleitores a relação clientelista. Isto significa que o acordo clientelista pode ocorrer entre o governo e os políticos ou entre governo e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças a sua capacidade de influir sobre o poder executivo. No nosso caso, optamos por utilizar mais o conceito de clientelismo do que coronelismo, por entendermos que a primeira nos permitirá trabalhar melhor nosso objeto, uma vez que estamos privilegiando o período de 1930 a 60.

¹³ Bobbio chama a atenção para a diferença entre o significado de oligarquia para os antigos e para a teoria política moderna. Se os antigos contrapunham a oligarquia à aristocracia, hoje, apesar do termo ter perdido um pouco de seu valor negativo, ele se contrapõe à democracia. Numa oligarquia, o voto é dirigido pela força carismática dos chefes ou pelo terror e não se reconhece oposição, pelo contrário, a persegue. A democracia, busca sua legitimidade no voto formalmente livre e reconhece a oposição legal, garantindo, dentro de certos limites, a liberdade de expressão.

Além disso, estamos lidando com dois chefes cujas bases de poder diferem: um provém de uma família oligárquica tradicional e o outro pertence a um grupo ligado à produção industrial. Segundo José Murilo, os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases mais recentes da história do país, na verdade estão falando de clientelismo. O autor cita o caso de Barbacena como exemplo de clientelismo no meio urbano, uma vez que a cidade foi palco de luta política entre poderosas famílias, cujo poder estava baseado na posse da terra. Na década de 1940, a população se dividiu em torno de duas famílias que passaram a controlar quase todo o eleitorado do município.

Fato semelhante ocorreu em Cataguases, contudo, aqui a disputa entre os dois chefes políticos ultrapassou o campo eleitoral: ambos possuíam um projeto de modernização para a cidade. Diante disso, torna-se necessário uma clara definição do conceito. Podemos entender por modernização o processo de mudanças nos campos econômico, social, político e cultural que teve início na Europa no século XVIII e que se estendeu para outras nações e povos através do imperialismo e do colonialismo, num fenômeno globalizante conhecido como europeização, ocidentalização ou modernização. Segundo PASQUINO, “modernização não é apenas o processo de difusão de instituições, valores e técnicas européias, mas um processo aberto e contínuo de interação entre as várias instituições, culturas e técnicas.”¹⁴

HABERMAS refere-se à modernização como um “feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente” e enumera-os:

a formação de capital e mobilização de recursos, o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho, o estabelecimento de poderes políticos centralizados, a formação de identidades nacionais, a expansão dos direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar formal(...)¹⁵

¹⁴ PASQUINO, G. “Modernização” In: BOBBIO, N. et.al. op.cit, 1999. p. 768

¹⁵ HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990. p. 14

Portanto, a modernização é marcada por uma nova ordem econômica, caracterizada por uma produção racionalizada e voltada para mercado, uma nova ordem política, caracterizada por um Estado burocrático, centralizado, administrado racionalmente e pela ampliação dos direitos políticos e por uma nova ordem social, caracterizada por formas de vida mais urbanas e valores seculares. Segundo o autor, essa nova ordem resulta de um processo que lhe antecede e que é conhecido como “modernidade”.

Para Max WEBER a modernidade é resultado de um processo de racionalização do mundo em todas as esferas: econômica, política, estética e intelectual, que passam a operar com lógicas específicas, separadas da religião. WEBER fala de uma racionalização instrumental, prática e eficiente, que marca a gênese do mundo moderno e o desencantamento do mundo. A modernidade seria, portanto, um fenômeno tipicamente ocidental, mais precisamente, europeu. Já a modernização teria, segundo HABERMAS, se dissociado da modernidade e evoluído por conta própria, se expandindo por outras partes do mundo.

Uma outra expressão também ligada à modernidade é o “modernismo”. Este pode ser entendido como um modo pelo qual esses processos de modernização foram apreendidos e expressos na arte e na literatura. O modernismo é, portanto, um movimento estético-cultural e passa pela querela entre os antigos e os modernos. Estes cultuam a originalidade, vêem os antigos como ultrapassados e fundamentam o próprio conhecimento no presente. Daí a ruptura com a tradição e a busca de autonomia e liberdade para criação. Produzir sempre o “novo” passa a se impor como uma necessidade.

A discussão em torno desses conceitos nos ajuda a elucidar a questão aqui levantada. Os atores em conflito tinham, cada um, a sua proposta de modernização para a cidade. Por isso entendemos que os termos “modernização” e “modernismo” nos proporcionarão a

ferramenta conceitual necessária para trabalharmos a disputa neste campo específico da luta política.

Por fim, resta-nos discutir a respeito da memória, entendida como a capacidade de reter o tempo, como a presentificação do passado. Em sua obra “História e Memória” LE GOFF afirma que, apesar da memória ser um fenômeno individual e psicológico, ela liga-se a vida social, e ressalta o seu caráter sagrado para os povos antigos: Mnemosine, a deusa grega que revelava os “segredos do passado” era considerada “fonte de imortalidade”. O autor destaca também a diferença entre história e memória. Esta, além do sagrado, possui também um caráter “atemporal”: passado e presente se misturam. Nas sociedades de memória, não há ruptura entre os dois tempos, não há um “passado” e um “presente”, este é visto como o momento mais recente de um passado contínuo, presente no cotidiano das pessoas. Já a história distancia e dessacraliza o passado. Ao contrário da história, a memória não busca o conhecimento do passado, nem sua inteligibilidade. A memória imortaliza, comemora. Pierre NORA também diferencia história e memória. Memória é vida, é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, é afetiva e mágica, inconsciente de si mesma, “se alimenta de lembranças vagas”, “é sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções.” A história é “operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico”, é a “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. A memória emerge do grupo, é coletiva, já a história pertence a todos e a ninguém. Enfim, “a memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir.”¹⁶

O autor discute a questão dos “lugares da memória”. Salienta a sede de memória do homem moderno e afirma que isso se deve justamente à “consciência de ruptura com o

¹⁶ NORA, P. Entre História e Memória; a problematização dos lugares. História. São Paulo, dezembro de 1993. p. 9

passado” e ao “sentimento de uma memória esfacelada”. Como a memória foi destruída, como não vivemos mais numa sociedade de memória, torna-se necessário criar lugares para preservar os resíduos da memória. “Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares.”¹⁷ Como não há mais memória espontânea é necessário criar arquivos, museus, eventos, monumentos, lugares onde os resíduos da memória se refugiam. “Se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.”¹⁸ Chama-nos a atenção a importância que a sociedade moderna confere à preservação desses vestígios, essa obsessão pelo arquivo, por querer guardar tudo, qualquer rastro. Isso mostra que o homem moderno rompeu com o passado, mas sente necessidade de um elo de ligação com esse passado. São os antagonismos da modernidade. Esta criou uma sociedade de massas e hoje o homem moderno busca nela sua identidade. Talvez isso ajude a entender essa obsessão pelos vestígios da memória, essa nostalgia do passado: por um lado, a consciência da perda da memória e por outro, a consciência de que é ela que nos confere uma identidade e o sentimento de pertencimento a um grupo, do qual nos sentimos desligados para sempre. “Nós sabíamos de quem éramos filhos e hoje somos filhos de ninguém e de todo mundo. Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquieta incerteza transforma tudo em vestígio...”¹⁹

Além de ser essencial para estabelecer laços de identidade, a memória é também um instrumento de poder. Como nos lembra VEYNE, ao longo dos séculos, reis e homens poderosos sacrificaram parte de sua fortuna para deixar sua marca na memória.²⁰ Em

¹⁷ Ibid. p. 8

¹⁸ Ibid. p. 13

¹⁹ Ibid. p. 20

²⁰ VEYNE apud LE GOFF, op. cit. p. 476

Cataguases, os dois grupos em disputa também se empenharam em criar seus “lugares da memória”, buscando deixar seus rastros registrados na memória coletiva.

Do ponto de vista metodológico, optamos por privilegiar os campos de embate político entre os atores envolvidos, com atenção especial para a construção e desconstrução desses espaços, na luta pela preservação do poder. Para tanto utilizamos uma vasta documentação, como: processos criminais, cíveis e eleitorais, notificações, processos de habeas-corpus, documentação da câmara, jornais da época, boletins, além de fontes orais, com entrevistas a políticos locais, antigos operários e demais pessoas que, de uma forma ou de outra, vivenciaram os últimos acontecimentos da trama aqui estudada. Esse material nos permite conhecer os grupos político-familiares em disputa pelo poder e os mecanismos e instrumentos utilizados por eles, bem como visualizar o desenrolar de toda essa trama e as heranças legadas à contemporaneidade.

Toda essa documentação encontra-se na cidade, embora parte dela esteja em lastimável estado de conservação. É o caso das atas da câmara e alguns livros de registros de eleitores que estão simplesmente amontoados num porão da prefeitura, expostos à umidade, mofo e poeira. Outros, porém, tiveram melhor sorte. É o caso dos processos que se encontram no *Centro de Documentação Histórica* – CDH. Este órgão, recém-criado na cidade e mantido pelo Instituto Francisca de Souza Peixoto, tem recolhido uma vasta documentação, que em seguida passa por um processo de limpeza, restauração, conservação e catalogação. Graças a esse trabalho, importantes documentos que contam um pouco da história do município e da região estão sendo preservados e disponibilizados ao público, possibilitando inclusive, a presente pesquisa.

Quanto à natureza das fontes podemos agrupá-las da seguinte forma: processos crime (crime eleitoral, atentado a Pedro Dutra, ataque à rádio, *habeas corpus*), processos eleitorais

(requisição de alistamento, notificações), processos cíveis (ações possessórias e ações populares), documentação da câmara (atas e correspondências) e a imprensa oficial.

Quanto à imprensa, estamos utilizando basicamente a oficial, já que o “Cataguases” é um órgão oficial dos poderes municipais. O jornal traz: informações sobre campanhas eleitorais, composição de mesas eleitorais, editais de alistamento, seções eleitorais, resultado de eleições municipais, estaduais e federais, discursos de posse de prefeitos e governadores, reuniões e convenções de partido, notícias sobre a situação política do Estado e obviamente, sobre a situação política municipal. Assim, embora oficial, o jornal nos permite visualizar a trajetória política do município, bem como os grupos que se alternam no poder.

Trabalhar com essas fontes exige um cuidado especial por parte do pesquisador, principalmente no caso dos jornais. Como eles são oficiais, o grupo que está no poder destaca e enaltece seus feitos e diminui ou desqualifica os de seus adversários. Isso aparece muito claro nos jornais: quando Pedro Dutra está no poder, o jornal propaga sua administração e sua atuação política e critica as atitudes dos adversários. O mesmo acontece quando o adversário está no poder. O jornal noticia os fatos, mas é sempre um olhar oficial. Por isso devemos estar sempre atentos às condições em que esses documentos estão sendo produzidos. O mesmo acontece com os processos. Todos eles ocorrem num período de intensa polarização político-partidária e são produzidos em uma atmosfera de acirradas disputas e exaltação de ânimos. Tanto os protagonistas, quanto os atores coadjuvantes estão, de uma forma ou de outra, envolvidos por essa atmosfera. Assim, ao lidarmos com as fontes devemos estar atentos e levar em conta o grau de subjetividade presente nas mesmas.

Tendo isso em vista, podemos fazer uma melhor análise do conteúdo dessas fontes e do que elas podem nos apontar.

Os processos crime, as notificações e a documentação da Câmara nos permitem visualizar, entre outras coisas, a disputa política entre os dois grupos no campo eleitoral. Deixam transparecer inclusive, algumas práticas eleitorais utilizadas pelos grupos contendores, como por exemplo, a disputa pelo alistamento, que se tornava um momento privilegiado, quando cada facção procurava alistar o maior número possível de eleitores “do seu lado”. Isso aparece no processo de crime eleitoral de 1905 e no processo de atentado a Pedro Dutra de 1933. Outro exemplo diz respeito diretamente às práticas de aliciamento do voto, quando o operariado entra em cena, como objeto de disputa política e o meio fabril se torna um campo cobiçado dessa disputa, como nos mostram as notificações e a documentação da câmara.

Os processos cíveis, por sua vez, nos remetem ao campo das representações e da memória. Eles nos permitem observar a representação que cada grupo faz de si mesmo e de seu adversário. Em outras palavras, qual a imagem que cada um projeta de si mesmo e do outro. Exemplificando: nos dois processos de ação possessória, Pedro Dutra se auto-representa como defensor da lei e guardião do interesse coletivo e retrata seus adversários como usurpadores do patrimônio público, que o utilizariam em interesse próprio. Esses, por sua vez, retratam Pedro Dutra como invasor da propriedade privada e perseguidor de seus opositores.

Além das representações, esses processos deixam transparecer o projeto de modernização que Pedro Dutra tinha para o município. A ação possessória de 1931 traz em jornais e boletins, leis municipais traçando o perímetro urbano e suburbano da cidade, regularizando construções de obras e fiscalização sanitária, além da regularização dos impostos. Por essa documentação podemos perceber que havia, em sua administração, um projeto urbanístico para a cidade, aliado a uma preocupação com a saúde pública e com a

moralização político-administrativa. O jornal oficial noticia também projetos de construção de uma vila operária e organização de uma “União Operária”, além de discursos de Pedro Dutra em defesa dos direitos trabalhistas. Isso nos aponta para a possibilidade da existência de um projeto social, associado ao urbanístico. Ou seja, é possível que seu projeto de modernização abarcasse também um projeto social. Pelo menos, essa é uma leitura possível, devendo, contudo, ser melhor explorada.

No campo das representações, a disputa fica clara a partir do momento que temos um projeto de modernização vencedor – o da família Peixoto, através do qual foi construída a identidade da cidade – e um outro projeto que, uma vez derrotado, foi legado ao esquecimento. Entramos assim, no campo da memória.

As duas ações populares deixam claro, a tentativa de apagar da memória – e da história – qualquer referência aos feitos da família Dutra na cidade. Nos reporta também a idéia do mito fundador: a família Resende-Dutra é pioneira, os Resende são fundadores do município. Não tendo como negar esse fato, a segunda família, os Peixoto, procuram diminuir seus feitos ou apaga-los da memória e instituir uma “nova fundação”, a partir de sua atuação no município. Atuação essa, associada à idéia de industrialização e desenvolvimento.

Aliás, como nos mostra Hannah ARENDT²¹, o mito da fundação também é utilizado para alicerçar o poder político, uma vez que a tradição legitima a autoridade. Assim, os Peixoto transformam sua entrada na história do município num marco: antes atraso, depois progresso; antes ruralização, depois urbanização.

Tendo em vista os objetivos propostos, nossa dissertação será estruturada da seguinte forma: Capítulo I: “Breve história da vida política local”, contendo uma pequena narrativa sobre a formação do município, bem como a constituição dos grupos políticos dominantes e a

²¹ ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. SP: Perspectiva S.A, 2000.

disputa entre seus chefes pelo poder municipal. Procuramos ressaltar ainda, a influência desses chefes na esfera política estadual, já que ambos foram deputados estaduais e chefes de diretório de partidos políticos. Capítulo II, intitulado “Disputa política no campo eleitoral: a busca do poder”, onde serão enfocadas as práticas de aliciamento de voto, utilizadas por ambos os lados em conflito. Ou seja, tanto Pedro Dutra quanto Manoel Peixoto vão procurar abarcar o maior número de eleitores possível e para isso vão utilizar-se de todos os meios de que dispõem. Observamos que essa disputa começa no alistamento e se estende até o dia do pleito. Procuramos também chamar a atenção para a entrada do operariado no cenário político, na década de 1940, como objeto de disputa eleitoral. O Capítulo III: “Disputa política no campo das representações: a busca da legitimidade”, analisará a auto-representação dos dois grupos em disputa, bem como a representação que cada um faz do outro: Pedro Dutra se auto-representa como herdeiro legítimo dos fundadores do município, guardião da legalidade e da justiça e defensor dos trabalhadores e mais humildes e representa a oposição como corrupta, burladora da lei, que usa do poder político para obter vantagens econômicas, além de exploradora da mão-de-obra de seus empregados. Os Peixoto, por sua vez, se auto-representam como progressistas e desenvolvimentistas e fundadores da modernidade, e representam seu adversário como símbolo do atraso, da velha politicagem, responsável por transformar a cidade em palco de uma luta política ferrenha e estéril, que emperra o seu progresso e desenvolvimento. Cada grupo vai procurar mostrar que seu poder é legítimo. Não só porque é legal – baseado na lei – mas porque o seu projeto de modernização é o “correto” e é o “melhor” para a cidade.

Por fim, no capítulo IV, “Disputa política no campo da memória: a busca da perpetuação do poder”, procuramos demonstrar como os dois grupos vão erigir os lugares de memória – estátuas, placas comemorativas, nomes de ruas, escolas e avenidas – com o

objetivo de registrar seus feitos e perpetuá-los para a posteridade. Observamos aí também o embate político, pois cada grupo, além de construir os “seus lugares de memória” vai tentar destruir “os lugares e memória” de seu adversário, monopolizando esse espaço e buscando assim construir – ou quem sabe forjar – uma memória coletiva. É uma busca pela perpetuação do poder, pois, como já foi ressaltado, a memória perpetua, a partir do momento que torna o passado presente. A disputa pela memória contribuiu ainda para legitimar o poder, uma vez que ela reforça o mito da fundação, conferindo autoridade ao grupo.

Nesse contexto, a mudança dos nomes de ruas e avenidas é bem emblemática: apaga-se uma história, uma fundação e cria-se outra. Hoje, a grande maioria das ruas, escolas e logradouros públicos da cidade levam o nome “Peixoto”. Esse nome está perpetuado na mente das pessoas e associado, de forma indissolúvel, à história do município, que lhe deve o desenvolvimento e o progresso. E o nome “Dutra”? O que ele significa para as pessoas que hoje moram nesse município?

Não nos cabe aqui responder a essa pergunta. Pretendemos tão somente mostrar como se deu o embate político entre os dois grupos familiares rivais, que disputavam o poder local e como essa disputa ultrapassou o campo político-eleitoral, estendendo-se também nas esferas da representação e da memória. O estudo de um embate político num universo mais micro, como uma cidade do interior, pode contribuir para um melhor entendimento da dinâmica política num universo maior, esclarecendo fatos e elucidando detalhes que um estudo mais genérico talvez não permitisse observar. Assim, a proposta desse trabalho é percorrer os caminhos dessa disputa política, buscando des-construir suas representações e memórias para mostrar como elas foram construídas.

Capítulo I

Breve história da vida política local

A história de Cataguases está relacionada à chegada da família Vieira-Rezende na região. O patriarca, Major Joaquim Vieira da Silva Pinto, ali chegou em 1842 e fundou a fazenda da Glória, perto do povoado do “Meia Pataca”. Homem enérgico e resoluto, o “leão da mata”, como ficou conhecido, desbravou e colonizou a região e “logo tratou de dar impulso ao povoado e à zona extensa que tinha em seu derredor.”²² Graças a seus empreendimentos, o curato de Santa Rita do Meia Pataca foi elevado à freguesia em 1851. Guarda-mor das Minas na região e chefe conservador, Major Vieira dirigia os interesses do Partido, de maneira rígida e disciplinada.

Seu filho, coronel José Vieira de Rezende e Silva, seguiu seus passos. Foi eleito deputado provincial em 1861, reeleito para o biênio seguinte e nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional das comarcas de Ubá e Leopoldina. Também alistado nas fileiras do partido conservador, foi um correligionário dedicado e coerente. A transformação do “Meia Pataca” em município de Cataguases foi resultado de seus esforços e de sua influência política junto à Assembléia Provincial de Minas. Quando foi instalada a primeira câmara municipal, em 07 de setembro de 1877, Coronel Vieira foi eleito seu primeiro presidente. No entanto, sua vida política como vereador do município que ajudou a criar foi curta: morreu quatro anos depois, em setembro de 1881.

Em 1894, seu sobrinho, Astolfo Dutra Nicácio, inicia sua vida política como vereador

²² REZENDE, Arthur Vieira. Genealogia dos fundadores de Cataguases. RJ: Coelho Branco Ed, 1934. p. 12

e presidente da Câmara Municipal de Cataguases. Desde então, até 1920, a vida política do município passou a girar em torno de sua figura. Vereador, agente executivo, presidente do diretório do PRM, deputado federal, presidente da Câmara, membro do comitê executivo do partido, a “Tarasca”, nada acontecia sem o seu conhecimento e o seu aval. Como chefe do diretório municipal do partido, Astolfo Dutra indicava os candidatos a vereadores, juizes, deputados estaduais e federais, senadores, presidentes de estado e da república e vices aos eleitores do “seu” município e seus correligionários. Acompanhava os trabalhos de alistamento, composição das mesas, eleição e apuração.

Como ainda não havia o cargo de prefeito, criado em 1930, o município era administrado pelo agente executivo. Este era normalmente o presidente da câmara, escolhido entre os vereadores, para o mandato de um triênio, podendo ser reeleito. É o caso do coronel Araújo Porto, que ocupou o cargo de 1901 a 1910, sendo substituído pelo coronel João Duarte, que ficou no cargo até a década de 1920. A atuação político-administrativa dos agentes executivos, normalmente estava em consonância com as orientações políticas do chefe. Assim como Astolfo Dutra, como chefe político, indicava aos eleitores os vereadores a quem eles deveriam carregar seus votos, o agente executivo, por sua vez, endossava os candidatos recomendados pelo chefe. Isso valia para todos os cargos: de vereador a presidente da República. Estabelecia-se uma espécie de “rede clientelar”. É comum encontrarmos, junto às instruções gerais para as eleições, a lista dos candidatos recomendados pelo chefe e pelo agente executivo e logo abaixo, um aviso: “nada de votos divergentes”²³. E normalmente, a chapa indicada ganhava as eleições.

Todavia, isso não quer dizer que não ocorressem rupturas e dissidências. No período que estamos enfocando aqui, 1889 a 1920, encontramos dois momentos de forte oposição

²³ Jornal Cataguases, 21/03/1926.

política, quando as “orientações políticas” do chefe Astolfo Dutra são contestadas. O primeiro foi na eleição federal de 1910 e o segundo nas eleições municipais de 1918.

Nas eleições federais de 1910, a situação municipal apoiou as candidaturas de Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás, para presidente da república e vice-presidente. Entretanto, podemos detectar uma forte manifestação da dissidência, inclusive dentro da própria câmara, criticando a política “interventora” de Wenceslau Brás, então presidente de estado, no município.²⁴ A oposição chegou a distribuir panfletos pela cidade, contendo críticas ao presidente de Minas. Por outro lado, a campanha civilista de Rui Barbosa ganhou adeptos e defensores no município. Portanto, a eleição presidencial de 1910, foi bastante disputada a nível municipal e os civilistas marcaram forte e severa fiscalização no dia das eleições.

Apesar de tudo, o resultado das urnas confirmou a força política do chefe perremista: na cidade, Hermes da Fonseca obteve 313 votos contra 205 de Rui Barbosa. Somando os distritos, essa diferença aumenta: 1.608 votos para Hermes da Fonseca e 912 para Rui Barbosa. O mesmo ocorreu nas eleições estaduais desse ano: a oposição local sustentou a candidatura de Manoel Thomas de Carvalho Brito contra o candidato do PRM, Júlio Brandão, para presidente do estado. Mais uma vez, a chapa perremista vence as eleições no município, com exceção dos distritos de Itamarati e Sereno, domicílio dos chefes da oposição.²⁵

O segundo momento de forte oposição ocorreu em 1918, em ocasião das eleições municipais. Como sempre acontecia, o partido situacionista local, dirigido por Astolfo Dutra, soltou um boletim apresentando a chapa a ser sufragada nas eleições municipais de 1º de novembro. A oposição, por sua vez, começou a se movimentar. Dissidentes e opositoristas

²⁴ Jornal Cataguases, 03/02/1910.

²⁵ Itamarati: Carvalho Brito: 123 votos; Júlio Brandão: 104 votos
Sereno: Carvalho Brito: 127 votos; Júlio Brandão: 64 votos
Total do município: Carvalho Brito: 411; Júlio Brandão: 1.474. (fonte: jornal Cataguases, 13/03/1910)

formaram um grupo que ficou conhecido como “União”. Entre eles estavam: Otávio Tostes, ex-delegado, Justino Pereira, chefe da oposição em Mirai e o coronel Araújo Porto, ex-agente executivo. A “União” apresentou seus candidatos e fez uma forte campanha, utilizando-se da imprensa panfletária para divulgar suas idéias e principalmente, atacar o chefe político local.

O clima conflitante da disputa entre as duas chapas pode ser percebido através das acusações trocadas mutuamente, encontradas nos jornais: a União acusa o juiz Luciano Lima de ter favorecido os alistados do partido do dr. Astolfo Dutra, de ter retardado os despachos e de ter eliminado sumariamente cerca de 600 eleitores opositoristas. O juiz se defende alegando que a oposição fez alistar analfabetos, menores e pessoas residentes em outras comarcas e afirma que Astolfo Dutra nunca lhe pediu favor no desempenho de seu cargo.²⁶

A situação também ataca, procurando ridicularizar a oposição, identificada como um pequeno grupo heterogêneo, que se uniu de última hora para atacar o prestígio político de Astolfo Dutra na cidade e que não representa sequer um terço do eleitorado. Num outro manifesto, Astolfo Dutra pede aos eleitores para não desviar seus votos da chapa geral e afirma que o PRM será vitorioso. O jornal oficial solta uma nota enobrecendo o partido situacionista por “tolerar opiniões adversas.”²⁷

Apesar dos tumultos e trocas de injúrias de ambos os lados, podemos perceber que não se tratava de uma disputa “ideológica” ou mesmo programática e sim, de uma disputa política entre “pares”. Vejamos: o coronel Araújo Porto foi agente executivo por três mandatos consecutivos, e retirado da presidência da câmara pelo voto dos próprios vereadores que o elegeram. Inconformado por ter perdido seu cargo, passou para a oposição. O caso da dissidência em Mirai é ainda mais significativo: havia nesse distrito um forte movimento

²⁶ Jornal Cataguases, 20/10/1918.

²⁷ Jornal Cataguases, 17/10/1918.

separatista. Ao que tudo indica, o processo de emancipação do distrito já estava sendo negociado com Astolfo Dutra. No entanto, a oposição local, aproveitou o momento das eleições para abraçar o projeto de emancipação e romper com o chefe político. Em 1923, o distrito conseguiu sua autonomia administrativa.

No que se refere às eleições municipais de 1918, a vitória do PRM nas urnas confirmou mais uma vez, a hegemonia do chefe político: a situação elegeu 13 vereadores, contra 2 da oposição, um vereador geral e outro, obviamente, do distrito de Mirai.

Em maio de 1920, Astolfo Dutra morre. O diretório regional do PRM se reúne para resolver que atitude assumir com a morte de Astolfo Dutra. Vereadores, membros de diretório central, membros dos diretórios distritais e chefes políticos representantes das classes conservadoras decidem continuar o programa político-administrativo do chefe, não só em Cataguases, mas com relação ao presidente do Estado. Reiteram seu apoio a Artur Bernardes e elegend uma comissão para entregar-lhe o original da ata dessa assembléia.²⁸

Com a morte de Astolfo Dutra, Sandoval Soares de Azevedo, vereador, deputado federal e secretário do interior no governo de Mello Vianna, assume a chefia política local e Antônio Lobo Rezende Filho assume o cargo de agente executivo. Assim, a dobradinha que antes era Astolfo Dutra/Coronel João Duarte, passa a ser Sandoval Azevedo/Lobo Filho. Mudam-se os atores, mas o cenário não tanto. O novo chefe perremista local continua indicando a chapa para seus eleitores sufragarem nas urnas, com o endosso do agente executivo, dirigindo o pleito e conclamando os correligionários à coesão partidária.

²⁸ Jornal Cataguases, 06/06/1920.

Apesar disso, por volta de 1929, pode-se perceber uma forte cisão do PRM local: uma facção ligada à corrente de Artur Cruz e outra ligada a Pedro Dutra Nicácio, que já exercia seu segundo mandato de deputado estadual.²⁹

Quando estourou a revolução de 1930, Minas apoiou o movimento e Olegário Maciel, como Presidente do Estado, pediu a colaboração das câmaras municipais, no sentido de manutenção da ordem interna. Lobo Filho, presidente da câmara, convocou uma reunião com os políticos locais, mas hesitou em tomar uma atitude mais firme. Isso, talvez, por não compartilhar com a posição do Presidente de Minas. Enquanto isso, os dois grupos políticos locais disputavam o amparo do governo estadual e a administração da câmara municipal. Corriam boatos pela cidade que, ora o grupo dos Cruz se preparava para tomar a câmara, ora era o grupo de Pedro Dutra que faria o mesmo.

Diante da hesitação de Lobo Filho chegou à cidade um emissário do governo estadual, dr. Rocha Lagoa, engenheiro do Estado de Minas Gerais, para solucionar o caso da câmara. Esta foi fechada, por ordem do governo estadual e colocado selo nas portas para garantir sua inviolabilidade, até segunda ordem, sendo seu fechamento lavrado em ata. Foi ainda organizada uma junta administrativa composta por três pessoas: Domingos Tostes, do partido do Cruz; Homero Cortes, do partido de Pedro Dutra e Antônio Amaro, sem “coloração partidária”.

Ainda assim o caso não ficou resolvido, uma vez que as divergências entre os elementos da junta administrativa eram irreconciliáveis, necessitando novas medidas para regularizar a situação. Diante disso, Lobo Filho, seguindo uma orientação de Pedro Dutra entregou um pedido de licença à câmara e se retirou para Mirai.

²⁹ Pedro Dutra, filho de Astolfo Dutra, iniciou sua carreira política como vereador pelo distrito de Cataguarino. Em 1924 foi eleito deputado estadual pelo PRM, sendo reeleito em 1928.

O movimento dividiu os políticos do município. Dos 15 vereadores, quatro deixaram de apoiar a revolução, entre eles, Sandoval Azevedo, que aderiu a Mello Vianna e posteriormente, a facção de Artur Bernardes. Quanto às duas facções locais, o grupo de Pedro Dutra, que se diz o único chefe aliancista da cidade ofereceu, segundo ele, apoio incondicional à Aliança Liberal e à Revolução, desde o primeiro momento, chegando inclusive, a enviar “152 soldados armados para as linhas de fogo.”³⁰ Assim, seu grupo conseguiu o amparo do presidente do estado e, com a vitória da revolução, Pedro Dutra é nomeado prefeito de Cataguases por Olegário Maciel.

Em seu discurso de posse, Pedro Dutra faz severas críticas ao PRM, partido que “não defendia idéias nem princípios, apoiava homens” e a Artur Bernardes, “velho oligarca” e “déspota”.³¹ Por outro lado, Pedro Dutra não poupa elogios a Olegário Maciel, Antônio Carlos e à Aliança Liberal. Sua posse foi acompanhada por banda de música e desfile da “Legião de Outubro” com 615 milicianos trajando camisa caqui.³² O novo prefeito dirige o sub-núcleo da Legião Mineira na cidade³³ e oferece apoio incondicional ao presidente do estado, colocando a sua disposição, “povo e milicianos” para qualquer emergência.

Apesar de todo esse apoio, podemos registrar a presença de perremistas “fanáticos” e bernardistas na cidade, ocorrendo, inclusive, confronto destes com o poder local. Para exemplificar, podemos ressaltar o caso de Sady Mendonça e Artur Amaral, “adeptos fervorosos” do PRM, presos quando conversavam com Sandoval Azevedo e Lobo Filho, num bar da cidade, sob alegação de “ordens do presidente do Estado.”³⁴

³⁰ Jornal Cataguases, 14/05/32

³¹ Jornal Cataguases, 31/05/31.

³² Jornal Cataguases, 24/05/31.

³³ A Legião Mineira foi criada em Belo Horizonte, por Olegário Maciel, como uma agremiação política para dar apoio à Revolução, atendendo a uma sugestão do próprio Getúlio Vargas.

³⁴ Jornal Cataguases, 23/08/31.

As rivalidades eram grandes, dificultando qualquer tipo de acordo. Quando Olegário Maciel tenta unificar as forças políticas mineiras, propondo a fusão dos dois partidos, Legião e PRM, tanto perremistas, quanto os legionários locais, se posicionaram contra. Pedro Dutra se preocupou em enfatizar sua lealdade ao movimento e diferenciar os aliancistas “históricos” dos oportunistas e contra-revolucionários.

Em 1932, quando São Paulo pega em armas contra o governo federal, Pedro Dutra, mais uma vez, hipoteca total apoio a Olegário Maciel. Ao responder um telegrama enviado pelo governo estadual, o Prefeito afirma que “Cataguases ontem como hoje de pé, firme e vigilante, aguarda as ordens de V.Excia. para cumprir imediatamente sem falhas nem vacilações.”³⁵ A polícia civil é mobilizada para manter a ordem na cidade e são organizadas tropas para combater os reacionários e bernardistas que se encontravam concentrados em Araponga, Viçosa. Com a derrota do movimento e a punição de prestistas e bernardistas³⁶, Sandoval Azevedo teve seus direitos políticos cassados por três anos, sendo impedido até mesmo de ser eleitor durante esse período.

Internamente, a administração de Pedro Dutra no município foi marcada por muitas agitações e conflitos. Sua atuação político-administrativa entrou em choque com muitos interesses locais, notadamente de industriais e proprietários de terras, que se sentiam prejudicados com as medidas tomadas pelo prefeito. Assim, surgiram conflitos em torno de questões como posse de propriedade, desapropriação de terras e impostos. Os proprietários reclamavam de desrespeito à propriedade privada por parte do prefeito e este os acusava de invasão do patrimônio público e afirmava que iria por fim às regalias de alguns proprietários, inclusive dos donos das Indústrias Irmãos Peixoto, que gozavam de isenção de impostos.

³⁵ Jornal Cataguases, 17/07/32.

³⁶ Seguidores de Júlio Prestes e Artur Bernardes, respectivamente.

Todo esse conflito acaba desembocando na arena política. Os “prejudicados” se agrupam com a oposição local e levam a briga para as urnas. O cenário está posto: de um lado, o grupo político liderado por Pedro Dutra e de outro lado, o grupo político liderado por Manuel Peixoto e Sandoval Azevedo, ambos vinculados ao recém criado Partido Progressista e disputando o amparo do presidente do estado.

A disputa política teve início no alistamento, quando os dois blocos montaram seus “*bureaux*” eleitorais e passaram a caça de eleitores, cada um procurando alistar o maior número possível de votantes. A campanha de alistamento foi tão intensa que os “*bureaux*” funcionavam todos os dias, inclusive domingos e feriados.

A oposição procurava deixar claro que sua briga era com Pedro Dutra e não com o Presidente do Estado, junto ao qual buscavam apoio. Dessa forma, chegaram às eleições de 03 de maio de 1933: a facção de Manuel Peixoto e Sandoval Azevedo, apoiou Virgílio de Melo Franco para deputado federal contra Pedro Dutra, que se afastou do cargo de prefeito, sendo substituído por seu correligionário Homero Cortes, para se candidatar à Assembléia Constituinte.

O resultado dessa eleição foi contraditório: os dois blocos afirmam ter vencido. Manuel Peixoto afirma ter conseguido 4.131 votos (somando os votos de Virgílio Franco e dos candidatos do PRM), contra 4.061 votos de Pedro Dutra. Este afirma ter conseguido 4.121 votos contra 3.851 de Virgílio Franco.³⁷ Acontece que essa disputa não terminou com as eleições. No dia 04 de maio de 1933, Pedro Dutra sofre um atentado e acusa seu adversário político, Manuel Peixoto como autor intelectual do crime. O caso rende uma longa briga nos tribunais e acaba sendo arquivado sem ser esclarecido.

³⁷ Dados extraídos nos depoimentos do processo crime de 1933. Não conseguimos dados oficiais, o que não nos permite conhecer o resultado dessa eleição com maior exatidão.

O hospital local também se tornou um foco de tensão neste período. Essa instituição era dirigida pelos adversários políticos de Pedro Dutra, que se recusavam a admitir como sócios os amigos e correligionários do prefeito, temendo que sua chapa fosse derrotada nas eleições para escolha da nova mesa diretora do hospital. Pedro Dutra acusa seus adversários de transformarem a Casa de Caridade, um patrimônio do município, em um bem privado, usado para fins de exploração política. Apesar de todo seu protesto e tentativas para controlar a diretoria do hospital, esta permaneceu nas mãos de seus adversários.

Os dois voltam a se enfrentar nas eleições de 14 de outubro de 1934. Pedro Dutra se candidata a deputado federal, conseguindo um total de 5.060 votos e Manuel Peixoto, a deputado estadual, obtendo 4.439 votos. Novamente os dois adversários afirmam ter vencido as eleições. Manuel Peixoto chega a telegrafar para Antônio Carlos, presidente do Partido Progressista, para anunciar sua vitória. Pedro Dutra também canta vitória, proclamando-se como legítimo representante do povo cataguasense.

Vale ressaltar que essa é uma disputa entre os dois chefes pelo domínio político local e não uma oposição ao governo estadual. Mesmo porque, os dois estão filiados ao mesmo partido – o Partido Progressista – e competem entre si, objetivando o amparo do governo do estado. Isso explica não só a briga nas urnas, como também a preocupação dos dois contendores em se mostrarem vitoriosos perante as autoridades políticas do estado. A vitória nas urnas demonstra sua força política, o que contaria pontos a seu favor diante do governo mineiro.

Com a morte de Olegário Maciel, em 1933, Benedito Valadares assume o cargo de interventor de Minas. A situação municipal também sofre mudanças: o prefeito Homero Cortes Domingues é substituído por Carlos Mata Medeiros e logo depois, por Joaquim Costa Cruz. Pedro Dutra perde a chefia local do Partido Progressista para Sandoval Azevedo e

Manuel Peixoto, que passa a comandar a política municipal, presidindo reuniões do partido, orientando os diretórios distritais e indicando candidatos às eleições.³⁸ Em suas reuniões políticas nos distritos, o novo chefe convida a todos a eliminarem as divisões partidárias e se unificarem em torno dos “verdadeiros amigos” de Cataguases.

Tendo perdido a direção municipal do Partido Progressista e sem abrigo no Partido Republicano, uma vez que rompeu com ele em 1930, Pedro Dutra funda o Partido Popular, para concorrer às eleições municipais de 1936. O Partido Progressista leva às urnas 6.247 votos, fazendo nove vereadores e o partido Popular, 4.811 votos, fazendo seis vereadores, entre eles Pedro Dutra. Joaquim Cruz é eleito prefeito da cidade pelo Partido Progressista. Assim, a chefia política do município passa oficialmente para as mãos de Manoel Peixoto, permanecendo até o término do Estado Novo, em 1945. Após alguns conflitos iniciais, quando Pedro Dutra e os demais vereadores do Partido Popular contestam as eleições da Câmara, podemos registrar, neste período, uma trégua entre os dois grupos, talvez em função da própria ditadura varguista.

Em 1945, o país se mobiliza para a escolha do novo presidente que irá substituir Getúlio Vargas. A oposição se aglutina em torno do Brigadeiro Eduardo Gomes e funda a União Democrática Nacional – UDN. Por outro lado, é criado o Partido Social Democrático – PSD para dar apoio à candidatura do General Eurico Gaspar Dutra. Ao organizar o novo partido em Minas, Benedito Valadares procura reforçar os diretórios municipais com elementos que possuíam força política e repercussão eleitoral. Assim, entra em contato com Pedro Dutra e lhe propõe a fundação de um diretório do PSD em Cataguases, em troca da

³⁸ Quando Benedito Valadares assume, apesar de no início haver um compromisso, por parte do interventor, de manter o apoio à política de Pedro Dutra no município, esse compromisso é rompido. Não conseguimos levantar informações suficientes para explicar esse episódio, contudo, o fato de Pedro Dutra ser amigo de Antônio Carlos e Benedito inimigo deste último, talvez ajude a entender sua atitude. Se Valadares tinha intenção de destruir politicamente Antônio Carlos, não fazia sentido manter um correligionário seu no poder. Isso só iria contribuir para fortalece-lo.

direção política local. Aparentemente é incoerente a atitude de Valadares, uma vez que retirou seu apoio a Pedro Dutra em 1934. Contudo, o contexto agora é outro.

Com o fim da ditadura e o retorno dos processos eleitorais, tornam-se necessários diretórios municipais fortes, capazes de garantir a vitória eleitoral. Pedro Dutra era um nome que carregava uma tradição política forte no município, que remonta desde a fundação, até a atuação de seu pai, Astolfo Dutra, como deputado federal e líder mineiro na Primeira República. Essa tradição política é mais condizente com o perfil do novo partido, o PSD, do que a figura de Manoel Peixoto: industrial, mais ligado às idéias liberais e, portanto, mais próximo ao perfil do partido oposicionista, a UDN.

Vale lembrar ainda que, em se tratando de política, os interesses em jogo é que dão o tom das negociações e não exatamente as coerências e atitudes. Assim, Pedro Dutra aceita a proposta, alia-se nas fileiras do PSD e preside o diretório municipal do partido. A oposição local, por sua vez, se filia ao PR e a UDN. Mais uma vez, as mudanças política do país, refletem-se na administração municipal: Edison Vieira de Rezende³⁹, correligionário de Pedro Dutra é nomeado prefeito de Cataguases. Este, novamente na chefia política do município, trata de organizar as bases do partido e angariar apoio à candidatura do General Eurico Dutra. Reúne correligionários, funda diretórios nos distritos e inicia uma intensa campanha de alistamento.

Tendo em vista as eleições federais, no dia 02 de dezembro, o prefeito foi afastado de seu cargo, pelo governo do estado, sob alegação de garantir a honestidade do pleito, sendo substituído por um juiz de direito até término das eleições. As urnas deram vitória ao PSD: General Dutra obteve 6.579 votos no município, contra 3.692 de Eduardo Gomes. Pedro

³⁹ Edison Vieira de Rezende é filho de Heitor Vieira de Rezende e Etelvina Vieira Rezende (parentesco com Pedro Dutra, provavelmente de quinto grau)

Dutra é eleito deputado federal com 6.546 votos.⁴⁰ Finda as eleições, Edison Resende reassume seu cargo de prefeito.

No entanto, a vitória nas urnas não trouxe tranquilidade política para o município. O prefeito nomeado do PSD, Edison Rezende acusa seus adversários, filiados ao Partido Republicano, de terem procurado o interventor do Estado, Júlio Ferreira de Carvalho, para pleitear a chefia do município. A oposição desmente a acusação e rebate denunciando perseguições políticas por parte do prefeito.

Em 1947, os mineiros são chamados a escolher o governador do estado e deputados estaduais. As forças políticas do município se agrupam em torno de Bias Fortes, candidato do PSD e Milton Campos, candidato da UDN. Edison Rezende é afastado do cargo e nomeado novo prefeito, Paulo Matoso, substituído logo em seguida por José Leite Faria. Apurada as urnas, registra-se a vitória de Milton Campos no município, com 3.260 votos, contra 2.908 votos de Bias Fortes. Cataguases leva dois representantes para a Assembléia Mineira: José Carvalheira Ramos, do PR e Astolfo Dutra Nicácio, neto, do PSD.⁴¹

Nesse mesmo ano tem início a campanha para a primeira eleição direta para prefeito. Concorreram as eleições municipais: José Esteves, pelo PSD e João Ignácio Peixoto, pela coligação UDN-PR. A polarização política se intensifica em torno das duas candidaturas e os dois partidos utilizam-se de todos os meios disponíveis para conquistar o eleitorado. A campanha política municipal de 1947 desenrolou-se num ambiente bastante exaltado e foi nesse contexto que ocorreu o “ataque à rádio”, quando as duas facções disputavam o uso de alto-falantes para fazer sua propaganda política.

A facção de Pedro Dutra conseguiu uma autorização federal para instalação de uma

⁴⁰ Jornal Cataguases, 06/01/46.

⁴¹ Astolfo Dutra Nicácio, neto é filho de Pedro Dutra.

rádio emissora e a exclusividade do uso de alto-falantes. A rádio, assim como os alto-falantes distribuídos em alguns pontos da cidade, eram utilizados para realização da campanha eleitoral. Pedro Dutra, agora de posse desse monopólio, discursava, apresentava seu programa de governo e atacava seus adversários. Estes, inconformados, questionaram a lei e denunciaram sua inconstitucionalidade, ao mesmo tempo, que articulavam o fechamento da rádio. Essa contenda resultou na invasão da emissora, comandada pelo delegado local. O episódio terminou em tiroteio e mais uma vez culminou nos tribunais.

Após uma agitada campanha, o resultado das urnas deu vitória à coligação UDN-PR. João Ignácio Peixoto foi eleito prefeito com 5.092 votos e José Esteves do PSD, conseguiu 4.227 votos. A coligação vencedora fez oito vereadores e o PSD, cinco. Pedro Dutra, como delegado do PSD local, entrou com um recurso no Tribunal Regional Eleitoral, pleiteando a nulidade das eleições municipais, sob alegação de ocorrência de fraudes e coação eleitoral por parte da UDN-PR. O Tribunal arquivou os processos e manteve o resultado das eleições.

Consolidada a vitória, Manoel Peixoto, chefe da coligação vencedora, passa a comandar a direção do município, fortalecendo a UDN local. São promovidas grandes manifestações públicas, com direito a discursos, festejos e homenagens ao “grande chefe”. Em 1949, a cidade se torna sede da convenção regional da UDN mineira, realizada no dia 05 de junho daquele ano. O resultado desse trabalho aparece nas eleições de 1950: o brigadeiro Eduardo Gomes, conquistou 4.964 votos no município, vencendo Getúlio Vargas que obteve 3.241 votos e Cristiano Machado, candidato do PSD, com 2.706 votos. Gabriel Passos, candidato a governador do estado, pela UDN, consegue 5.985 votos, vencendo Juscelino

Kubitscheck, que obtém 4.916 votos no município. Nelson Dutra⁴², candidato da UDN, é eleito prefeito com 5.880 votos, derrotando Pedro Dutra, candidato ao cargo pelo PSD, que obteve 4.880 votos. A UDN elegeu oito vereadores e o PSD cinco. Novamente Pedro Dutra apresenta um recurso no Tribunal Regional Eleitoral, pleiteando a anulação das eleições realizadas nesse município e seu pedido é negado.

A virada veio nas eleições municipais de 1954, quando José Esteves, candidato a prefeito pelo PSD, vence Ottônio Alvim Gomes. Contudo, a UDN fez a maioria na câmara: sete vereadores contra cinco do PSD. Esse fato trouxe alguns problemas para a administração de José Esteves.

De volta à chefia política do município, Pedro Dutra, como membro da comissão executiva estadual do PSD, participou da Convenção Nacional do partido que homologou a candidatura de Juscelino Kubitscheck a presidência da República e lançou sua campanha na região, obtendo vitória. Nas eleições de 1955, Juscelino obteve 3.820 votos no município e João Goulart 4.279 votos contra 2.856 votos de Juarez e 3.105 de Milton Campos, candidatos da UDN. Bias Fortes, candidato a governador do PSD, também obteve vitória na cidade com 4.359 votos.⁴³

Em 1958, verifica-se mais uma vez um rodízio no poder local. João Ignácio Peixoto, candidato da UDN-PR, vence as eleições municipais, derrotando o candidato da coligação PSD-PTB e retoma o cargo de prefeito. Na câmara, a UDN continua sendo a maioria: sete vereadores contra seis do PSD. Na eleição presidencial de 1960, Pedro Dutra lidera a campanha do Marechal Lott na região, obtendo uma grande votação no município.⁴⁴

⁴² Nelson Soares Dutra é filho de Lacordaire Dutra. Apesar de primo de Pedro Dutra, estavam em posições político-partidárias opostas: em 1930, Nelson Dutra ficou do lado de Júlio Prestes e em 1950, na UDN.

⁴³ Dados extraídos do Jornal Cataguases, 09/10/1955

⁴⁴ Marechal Lott: 4.213 votos

Jânio Quadros: 4.393 votos. (fonte: jornal Cataguases, 09/10/60)

No ano seguinte, participa de sua última eleição municipal, sofrendo nova derrota. O candidato a prefeito pela coligação UDN-PTB, Rodrigo Lanna, derrota o candidato do PSD, Amaury Mauad, com quase 50% de vantagem. A UDN faz 9 vereadores, o PTB 3 e o PSD 3, incluindo Pedro Dutra, eleito vereador com 862 votos. Festa da UDN local, que comemora a vitória com desfiles, discursos e solenidades públicas.

Pedro Dutra morre em 1965. A partir de então, temos a predominância do grupo ligado à família Peixoto no poder local. Essa hegemonia política sobreviveu até por volta da década de 1980, quando se registra o início de um processo de declínio de seu poder político e o surgimento de outros atores na cena.

Capítulo II

Disputa política no campo eleitoral: a busca do poder

2.1- Eleição: instrumento de dominação ou de representação?

Vários autores da teoria política têm se dedicado ao estudo de temas eleitorais, seja enfatizando a teoria ou a prática, ou ainda a relação entre ambas. Nesses estudos, a dicotomia entre a dominação e/ou representação, sempre aparece no centro das discussões, ou seja, as eleições podem ser vistas como formas de representação ou de dominação política?

Acreditamos que ninguém contesta a função de instrumento de representação política que as eleições exercem num sistema democrático. Afinal, é através das eleições que os cidadãos se fazem representar, expressam suas opiniões e escolhem seus governantes, consentindo e legitimando sua autoridade. Assim sendo, a eleição, como meio de expressão do eleitorado é um elemento fundamental num regime democrático. Mais do que isso, é o seu pilar, o seu alicerce. É através do voto que os cidadãos – os representados – autorizam outros cidadãos – seus representantes – a agir em seu nome. Este é um princípio básico da representação política e é o que oferece legitimidade ao poder. Todavia, alguns autores também chamam a atenção para o uso das eleições como instrumento de dominação:

Partidos e eleições são usados como forma de dominação política, excluindo da participação segmentos sociais significativos, possuindo orientação intimamente elitista e que reduzem partidos e eleições a instrumentos voltados para o continuísmo e para assegurar às elites dominantes o controle do poder político.⁴⁵

⁴⁵ LIMA JUNIOR, Olavo Brasil (org). O balanço do poder: formas de dominação e representação. RJ: Rio Fundo Ed. Iuperj, 1990. p. 9

O caso se aplica principalmente à primeira fase do Brasil republicano, à chamada “República Velha”, onde a maioria dos eleitores não tinha consciência dos seus direitos políticos e nem da importância do seu ato e votavam simplesmente porque alguém lhes solicitava, ou porque foram pagos ou coagidos de alguma forma. Seu voto era visto não como instrumento de representação, mas como instrumento de troca. Pertence a alguém a quem deve favor ou gratidão. As leis eleitorais, por sua vez, reforçavam essas práticas.

Para Aurélio Bastos, estudar a legislação deste período é “estudar as maquinações dos agentes do poder para permanecer no poder”.⁴⁶ Segundo o autor, a lei eleitoral da primeira república é elaborada conscientemente para servir de instrumento das próprias oligarquias para garantir seu continuísmo e evitar a ascensão política de outras camadas sociais, demonstrando a agilidade e a destreza das oligarquias tradicionais em utilizar o poder em seu favor.

Toda a literatura que trata sobre a “República Velha”, caracteriza esse período pela utilização de práticas eleitorais coercivas e fraudulentas. Apesar da República ter implantado o voto universal masculino, não havia, por parte das elites políticas, grandes preocupações no sentido de garantir e efetivar os direitos políticos dos cidadãos, como a liberdade de escolha no exercício do voto e muito menos, em ampliar esses direitos e os espaços de participação política. Na verdade, o que contava mesmo era o resultado e para isso não hesitavam em lançar mão de mecanismos e práticas fraudulentas e coercivas. Além do mais, a preocupação maior neste momento era com a manutenção da ordem interna, a coesão, a disciplina partidária e a projeção do partido em nível federal. A trajetória do PRM elucida bem essa questão.

⁴⁶ BASTOS, A. O poder e as leis: a dominação eleitoral na primeira república. In: LIMA, op. cit. p. 35

Maria Efigênia Lage Resende, ao analisar o processo histórico de formação da estrutura de dominação oligárquica em Minas, destaca muito bem as dissidências internas e as clivagens entre as elites, os conflitos, as disputas pelo poder e a reação centralizadora que deu origem a um novo PRM, marcado por uma maior unidade e rígida disciplina. O objetivo era firmar a preponderância de Minas na União, através de um partido forte e disciplinado. Como se pode ver, o que estava em pauta era a manutenção da ordem interna e a posição de Minas no cenário federal. Neste contexto, a eleição é vista apenas como um instrumento formal e legal para garantir a unidade, o continuísmo e o controle do poder político pelas elites dominantes e não como um instrumento de representação dos eleitores.

Ainda de acordo com a literatura corrente, a preocupação com a “verdade das urnas” só começa a entrar na pauta política na década de 1920, destacando-se o movimento tenentista, que apregoava a moralidade eleitoral. A partir daí, temos todo um contexto favorável à moralização do voto: a criação da Justiça Eleitoral, o Código Eleitoral de 1932 e a crescente mobilização da sociedade civil.

As experiências de governos democráticos pós 1945, somadas ao crescimento das camadas médias urbanas vieram contribuir para se chegar mais próximo ao fim almejado. Temos então, não só a ampliação do direito ao voto, como o voto feminino, como também a ampliação dos espaços de participação política. Exemplificando: sindicatos, associações, a imprensa e o próprio pluripartidarismo, enfim, a experiência de uma vivência democrática. É claro que todo esse ambiente reflete-se nas eleições, que tendem a se tornar mais “verdadeiras”, veículo de expressão de opinião dos cidadãos.

Concluindo, podemos dizer que a eleição como instrumento de representação, como meio de expressão do eleitorado, é o resultado de um processo histórico, de uma tomada de consciência e da organização da sociedade civil, que passou a exigir mais seus direitos

políticos e buscar formas de maior interação com a sociedade política. Contudo, isso não quer dizer que a eleição tenha deixado de ser um instrumento de dominação. A tendência da elite dominante é tentar se manter no poder e num regime democrático, mesmo que formal, a eleição é o caminho para o poder político, sendo assim, ela sempre estará sujeita a manipulações, ainda que por meios extra-legais. Cabe, portanto, à sociedade civil organizada, aos cidadãos, a responsabilidade pela manutenção de seus direitos como cidadãos, entre eles, de se fazer representar através do voto.

Uma vez discutida essa questão teórica em torno do papel das eleições, passamos a analisar agora a disputa política no campo eleitoral. Para isso, dividimos o capítulo de acordo com a divisão tradicional da história do Brasil, a saber: República Velha, Revolução de 30 e período de redemocratização pós-45. Julgamos necessária também, uma ligeira abordagem panorâmica das eleições em cada período, enfocando algumas modificações na legislação eleitoral, para melhor situar nosso objeto, isto é, a disputa eleitoral entre os contendores locais.

2.2 – A disputa eleitoral em Cataguases no período da República Velha

2.2.1 – As eleições

A primeira constituição republicana garantiu o direito de voto a todos os cidadãos masculinos maiores de 21 anos, que se alistassem na forma da lei, excluindo militares, religiosos e analfabetos. O cidadão interessado em votar deveria fazer um requerimento de alistamento eleitoral. Este constituía um pequeno processo contendo: pedido de qualificação, escrito pelo próprio punho e reconhecido em cartório; atestado de residência, expedido pelo delegado ou juiz e, quando necessário, comprovação de idade, através de duas testemunhas. Uma vez deferido o pedido pela junta eleitoral, esta expedia o certificado de qualificação e

posteriormente o título de eleitor. As comissões de alistamento, normalmente eram formadas por 4 ou 5 membros, escolhidos entre os “homens bons” do lugar e presididas pelo juiz de paz. O alistamento era registrado em um livro próprio constando: nome, idade, filiação, profissão, endereço e a data do alistamento. As listas eram revisadas anualmente e publicadas em edital. A mesa alistadora tinha plenos poderes para excluir ou incluir eleitores e alterar listas anteriores. O prazo previsto para entrar com recurso era de 15 dias após a sua publicação.

As mesas receptoras também eram compostas por cinco membros nomeados pelos juizes de paz: presidente, vice-presidente, secretário e dois mesários. Estes deveriam comparecer na véspera da eleição nos edifícios ou casas designadas, proceder à instalação da mesa e lavrar a ata. A mesa ocupava um lugar separado do recinto destinado à reunião dos eleitores, mas “de modo a poder fiscalizar os trabalhos”⁴⁷. Composta a mesa, o presidente verificava se a urna estava vazia, fechando-a em seguida e iniciava-se a chamada dos eleitores pela lista, na ordem de sua inscrição. O eleitor exibia seu título, assinava o livro de presença e depositava as cédulas na urna, sendo uma para cada cargo disputado. Como ainda não havia cédula oficial, esta podia ser impressa ou manuscrita e geralmente era confeccionada e distribuída pelos partidos e candidatos aos seus eleitores. No final dos trabalhos, havia uma segunda chamada para os eleitores que não se encontravam presentes durante a primeira chamada.

A apuração se fazia logo após o término da eleição. Aberta a urna e contadas as cédulas, o secretário abria uma por uma e lia em voz alta, enquanto os mesários iam repartindo-as de acordo com as letras do alfabeto e escrevendo uma relação com o nome dos votados e o número de votos. A lista com o resultado da seção era publicada em edital e

⁴⁷ Livro de Ata de eleição. Dia 03/01/1906. Arquivo da Prefeitura Municipal de Cataguases.

afixada na porta do edifício da votação, após ser lavrada em ata. Desta extraíam-se duas cópias: uma para o presidente da junta apuradora na capital e outra para o presidente do estado. Na ata de eleição deveria constar: dia e hora, número de eleitores, número de cédulas não apuradas e o motivo, número de cédulas apuradas em separado e a justificativa e ainda, todos os incidentes ocorridos durante a eleição.

Quando o município foi criado, Cataguases pertencia ao 2º distrito eleitoral de Minas Gerais, ao lado de 16 outros municípios, entre eles: Muriaé, Juiz de Fora, Além Paraíba, Viçosa, Leopoldina e outros. Em 1920 houve uma revisão dos distritos eleitorais e o segundo distrito foi dividido em dois.⁴⁸ O município de Cataguases, por sua vez, era composto por oito distritos administrativos: Sereno, Santana, Mirai, Porto de Santo Antônio, Cataguarino, Itamarati, Vista Alegre, Laranjal, mais o distrito da cidade.

Em 1910 o município possuía um total de 4.463 eleitores⁴⁹, sendo a maioria dos distritos e zona rural, distribuídos em 22 seções, incluindo as distritais. Apesar das oscilações no número do eleitorado ao longo das décadas de 1910 e 20, uma vez que o alistamento e o voto não eram obrigatórios, a previsão era de aumentar o número de eleitores, preocupação constante dos políticos, uma vez que esse número demonstrava a força do partido e do chefe político local. Por outro lado, a competição entre os grupos pela vitória nas urnas levava ao aumento de alistados. Isso fica visível nas constantes campanhas de alistamento e apelo ao comparecimento nas urnas.

⁴⁸ Pela lei eleitoral nº 4.215, passaram a fazer parte do 2º distrito eleitoral de MG os municípios: Caratinga, Manhuassu, Rio José Pedro, Aymorés, Viçosa, Palma, Carangola, São Manoel, São Paulo do Muriaé, São José de Além Paraíba, Cataguases, Rio Branco, Ubá, São. João Nepomuceno, Guarará, Rio Novo, Mar de Espanha, Leopoldina. Juiz de Fora passa para o 3º distrito eleitoral. *Jornal Cataguases*, 25/12/1920.

⁴⁹ *Jornal Cataguases*, 15/03/1910

Durante a primeira república o município realizou cerca de 23 eleições, incluindo eleições federais, estaduais e municipais. Vereadores gerais e distritais⁵⁰, juizes de paz, presidente da república e vice, presidente do estado e vice, senador, deputado federal e deputado estadual eram escolhidos pelos eleitores, através de eleições diretas. Essas eleições eram realizadas separadamente. Assim, em 1906, por exemplo, tivemos: em janeiro, eleições federais para escolha de senador e deputado federal; em 01 de março, eleições para presidente de estado e vice-presidente. Em 1907, tivemos em março, eleições para deputados e senadores estaduais e em novembro, eleições municipais para vereadores gerais e distritais. Estas últimas, eram realizadas de três em três anos. Esse cronograma eleitoral, somado ao fato das eleições federais, estaduais e municipais, serem realizadas separadas, contribuía para que o município vivesse uma intensa atividade eleitoral, praticamente o ano inteiro.

2.2.2 – A conquista do voto e o embate eleitoral

Desde o início de sua carreira política, em 1894, como vereador, presidente da Câmara e agente executivo, até 1920, todo esse processo eleitoral descrito acima, desde o alistamento até a verificação dos poderes, era comandado por Astolfo Dutra Nicácio. Como chefe do partido situacionista local, indicava os candidatos, de vereador a presidente da república, acompanhava todos os trabalhos eleitorais, desde o alistamento até a apuração e diplomação dos eleitos. Fazia parte das comissões de alistamento e de diplomação. Nada acontecia no município sem o seu conhecimento e seu aval. Todavia, isso não significa a ausência de disputas: ocorreram dissidências e oposições que fomentaram significativos embates políticos refletidos no campo eleitoral.

⁵⁰ Havia os vereadores eleitos pelos distritos, sendo um para cada distrito, inclusive da cidade e 3 vereadores “gerais”. Ao que tudo indica, os vereadores distritais representavam seus distritos na Câmara Municipal e os vereadores gerais, representavam os interesses do município como um “todo”.

A conquista do eleitorado começava no alistamento. Como o alistamento e o voto não eram obrigatórios, os candidatos tinham que fazer uma grande campanha para alistar os “seus” eleitores. Assim, a campanha de alistamento era uma constante preocupação e ocupava o centro das atenções, tanto dos candidatos como dos partidos. Essa preocupação transparece de forma muito nítida nas intensas campanhas de alistamento feita através dos jornais, convocando os eleitores a se alistarem, publicando edital de alistamento e listas, enfim, sempre lembrando ao eleitor o seu compromisso com as urnas, além dos discursos de apelo à “democracia” e ao “patriotismo”.

O alistamento constituía-se também num importante momento de embate eleitoral. Como para alistar-se o cidadão precisava praticamente montar um pequeno processo, conforme já foi mostrado, tornava-se necessário uma orientação, principalmente para o cidadão mais simples. Esta orientação era dada, obviamente, pelos candidatos interessados naquele voto. Ou seja, alistar um eleitor era um voto contado como certo. É claro que o simples fato do candidato alistar um eleitor não garante o seu voto, contudo, lembrando as práticas clientelistas, para um eleitor que vê o ato do voto como algo que lhe é indiferente – não como instrumento de representação – a eleição é um momento propício para obter algum favor de que precisa e tem no seu voto, um instrumento de permuta. Além disso, a composição da mesa era importante, pois ela tinha o poder de alterar as listas, incluindo ou excluindo nomes, podendo interferir assim, no resultado das eleições.

O alistamento, portanto, tornava-se um momento privilegiado da disputa eleitoral, disputas essas que muitas vezes terminavam nos tribunais. Em 1900, dois juizes de paz do distrito de Vista Alegre foram processados por crime eleitoral, sob acusação de ter excluído do alistamento daquele ano cerca de 80 eleitores. O processo narra que o juiz Andrelino Pinheiro Senna procedeu à revisão de alistamento dos eleitores estaduais, recebendo

requerimento de vários eleitores, deferindo uns e indeferindo outros. Findo o prazo para apresentação dos requerimentos encerrou as listas e mandou publicá-las em edital. Porém, antes de findar o termo do edital, o juiz renunciou, alegando que alguns correligionários seus o censuravam por ter alistado eleitores contrários.

O juiz que assume, Gabriel Sally, descumprindo a lei, deixou de fazer registrar no livro próprio do cartório o alistamento feito pelo juiz renunciante. Os prejudicados recorreram e o juiz de direito da comarca mandou que o juiz completasse o alistamento, transcrevendo o nome dos recorrentes no livro próprio. O juiz não cumpriu a sentença do juiz superior. Nas vésperas da eleição de 01 de novembro de 1900, os prejudicados reclamaram com o escrivão de paz o registro de seus nomes no livro em cumprimento da sentença do juiz e foram atendidos e o juiz Sally suspendeu-o por 30 dias. O promotor de justiça acusa o juiz de ter levado o livro de alistamento para sua casa e registrado nomes que bem quis, “desprezando totalmente o alistamento constante do edital publicado pelo juiz Andreolino e formando desta maneira, um novo alistamento fora da época marcada em lei.”⁵¹ O promotor afirma que o juiz cometeu tal crime para promover seu interesse eleitoral, pois era candidato na eleição.

Nas vésperas da eleição, entrou outro juiz de paz, Joaquim Matheus Mendes. Dias antes da eleição, convocou seus amigos e fez nomeações dos mesários da segunda seção, “recaindo esta em comparsas dele”⁵². Recusou o livro de alistamento oferecido pelo escrivão e utilizou uma lista fornecida pela câmara municipal. Por essas folhas o juiz fez a chamada da eleição, com omissão dos nomes dos cidadãos alistados em grau de recurso, denegando o exercício do voto aos mesmos eleitores que se apresentaram munidos de certidão de seu

⁵¹ Processo Crime Eleitoral., 1900. CAT –1 CR- nº 970 Cx. 39. p. 144

⁵² Processo Crime Eleitoral., 1900. CAT – 1 CR- nº 970 Cx. 39 p..3

alistamento. Os eleitores eliminados da lista fizeram declaração do voto perante o tabelião, donde resultou que o juiz Sally, candidato à reeleição ao cargo de juiz, foi derrotado.⁵³

O processo deixa clara a importância do alistamento como momento da disputa eleitoral e o poder das comissões alistadoras, principalmente dos juizes que as presidiam. Os responsáveis pelo alistamento procuravam alistar eleitores do “seu lado” e excluir seus opositores.

A disputa eleitoral através do alistamento continua por todo o período aqui tratado. Como já vimos, Astolfo Dutra, como chefe do partido situacionista comandava a política local. Todavia, havia aqueles que contestavam sua “orientação política” e disputavam uma fatia do poder local, tentando derrotá-lo nas urnas. Mais uma vez, o alistamento será motivo de embate político. Em 1918, a oposição acusa o juiz Luciano Lima por ter eliminado das listas eleitores da oposição, atrasado os despachos de alistamento, prejudicando inúmeros eleitores, que não foram alistados em tempo hábil e feito alistamento clandestino, favorecendo o partido situacionista chefiado por Astolfo Dutra. A situação, por sua vez, acusa a oposição de alistar menores, analfabetos e pessoas residentes em outras comarcas.

Como se vê, a “caça” ao voto e a disputa eleitoral entre as facções políticas rivais começava no alistamento, se estendendo durante toda a campanha. Normalmente, o partido situacionista levava vantagem nesta disputa. Ao fazer a campanha de alistamento nos órgãos oficiais e publicar os editais eleitorais, o chefe político apresentava aos eleitores do “seu” município a chapa oficial e “recomendava” aos seus correligionários sufragarem nas urnas os

⁵³ Durante a Primeira República havia eleição para juiz de paz. As trocas de juizes a que se refere o processo, provavelmente se devem ao conturbado momento eleitoral, com denúncias, renúncias e fraudes. Possivelmente esses juizes foram nomeados para o período eleitoral, até os juizes eleitos tomarem posse.

nomes apresentados, e ainda solicitava: “não desviem seus votos da chapa geral, por consideração de amizade pessoal a um ou a outro candidato da oposição local.”⁵⁴

2.3 – A disputa eleitoral no município no contexto da Revolução de 30

2.3.1 – As eleições no novo contexto

A criação do código eleitoral de 1932 significou um importante avanço na legislação eleitoral. Além de ampliar o direito de voto, instituindo o voto feminino e baixando o limite de idade para 18 anos, o código procurava oferecer mais segurança ao sigilo do voto, instituindo as sobrecartas oficiais, que deveriam ser enumeradas e rubricadas pelo presidente da mesa. Contudo, as cédulas continuavam sendo confeccionadas pelos partidos e candidatos. O eleitor podia levar a cédula de casa, feita à máquina ou escolher na cabine do voto, a cédula da chapa de candidato ou partido que quisesse. Depois de votar em um lugar indevassável, o eleitor exibia a sobrecarta com a cédula dentro, para o mesário verificar o número e a rubrica antes e colocá-la na urna.

Outro importante passo para a moralização das eleições foi a criação da Justiça Eleitoral. A partir de então, todo o processo de organização do pleito passou a ser encargo desse órgão: alistamento, divisão do município em seções, distribuição dos eleitores por seções, formação das mesas receptoras, apuração dos votos, reconhecimento e diplomação dos eleitos. Como se pode ver, as mesas perderam o poder de apurar os votos.

Quanto ao alistamento, este podia ser feito de duas maneiras: por iniciativa do cidadão, ou pelos chefes de departamentos públicos ou empresas que cadastravam seus empregados, o chamado alistamento *ex-offício*. Tanto o alistamento quanto o voto passaram a

⁵⁴ Jornal Cataguases, 03/03/1918

ser obrigatórios para homens maiores de 18 anos e funcionárias públicas. Apesar de todo esse avanço na legislação, no período de 1930 a 45, ocorreram poucas eleições, devido à implantação da ditadura varguista em 1937.

No âmbito municipal, o movimento de 1930 também trouxe alterações, com a criação do cargo de prefeito. Entretanto, este era considerado cargo de confiança do governador do estado, sendo, portanto, nomeado por ele. Não havia eleição para prefeito. Diante disso, registramos neste período, poucas eleições no município: em maio de 1933, para assembléia nacional constituinte, em outubro de 1934, para escolha de deputados federais e estaduais e em junho de 1936, eleições municipais para escolha de vereadores e juizes.

Apesar da fraca ocorrência de eleições, as poucas que ocorreram foram disputadíssimas no âmbito municipal. As eleições de maio de 1933 movimentaram a cidade. Ainda no segundo semestre de 1932 começaram as campanhas de alistamento, desta vez obrigatório. O requerimento deveria ser feito e assinado pelo qualificado, sendo sua letra e assinatura reconhecidas em tabelião e anexadas provas de nacionalidade e maioridade. Antônio Carlos, presidente do Partido Progressista pedia o incentivo a novos alistamentos, necessários para organizar as bases do novo partido.⁵⁵ A campanha pelo alistamento se intensificava e vários “*bureaux*” eleitorais eram instalados na cidade.

O órgão oficial do município, o “Cataguases” continuava exercendo o papel de veículo de campanha: publicava editais de convocação, artigos da nova legislação eleitoral, orientações gerais para alistamento e voto, listas dos cidadãos qualificados, despachadas pelo juiz de direito da comarca e principalmente, apelos do chefe político municipal, Pedro Dutra: “Alistemo-nos nas fileiras do Partido Progressista e assim pugnaremos pelo desenvolvimento

⁵⁵ O Partido Progressista foi criado em 1933, com a participação de Antônio Carlos e oferecia apoio à candidatura de Vargas à presidência. Fonte disponível na Internet no URL: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav-historia/htm/biografias/ev-bio-antoniocarlosdeandrada.htm>. p.2.

do sentimento religioso do nosso povo e teremos cumprido um dever sagrado diante da sociedade e diante de Deus.”⁵⁶ “A democracia é o governo soberano popular e essa manifestação o povo a faz nas urnas livres. Alistai-vos.”⁵⁷ Com a intensificação da campanha, o resultado começava a aparecer: no pleito de março de 1933, o município tinha alistado cerca de 9.000 eleitores. Em setembro de 1934, esse número subiu para 12.445 e em 1936, o total de eleitores do município subiu para 14.626.⁵⁸

2.3.2 – A disputa eleitoral entre os dois chefes políticos: Pedro Dutra e Manoel Peixoto

Pedro Dutra sucedeu ao pai, Astolfo Dutra, na chefia política municipal. A oposição à sua liderança acirrou-se em 1930, por ocasião do movimento revolucionário, quando os políticos locais dividiram-se a favor e contra o movimento e aumentou ainda mais, com a sua atuação na direção política e administrativa do município.

Manoel Peixoto, industrial na cidade, sentindo seus interesses ameaçados pela administração de Pedro Dutra passou a liderar a facção política rival, dando início a uma oposição cerrada e sem tréguas. Temos assim dois chefes políticos em disputa: de um lado Pedro Dutra e de outro Manoel Peixoto. Essa disputa consolidou-se na primeira campanha eleitoral deste período, em maio de 1933, nas eleições para escolha dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Pedro Dutra exonerou-se do cargo de prefeito para candidatar-se, pelo Partido Progressista, a uma vaga na Assembléia e iniciou sua campanha política. Manoel Peixoto, por sua vez, entrou na campanha apoiando a candidatura de Virgílio de Mello Franco.

⁵⁶ Jornal Cataguases, 26/01/1933

⁵⁷ Jornal Cataguases, 29/01/1933.

⁵⁸ Dados extraídos do Jornal Cataguases 02/09/1934 e 05/04/1936.

A disputa eleitoral tem início, mais uma vez, no alistamento. Os dois chefes criaram comitês pró-alistamento e “*bureaux*” eleitorais pela cidade, funcionando dia e noite, inclusive aos domingos e feriados, e passaram a disputar os eleitores “um a um” e “palmo e palmo”. A oposição chegou a telegrafar ao presidente do estado dizendo necessitar de garantias para fundar partido e alistar eleitores e acusava o prefeito de fazer ameaças às pessoas que assinaram suas listas de alistamento. Por outro lado, Pedro Dutra procura demonstrar que seus adversários não agiram bem e para demonstrar isso, publica a seguinte carta:

Meu prezado amigo Pedro Dutra,
Pela presente vimos declarar a V.S. que assinamos o manifesto dos nossos adversários por nos ter ocultado a intenção dos diretores da política adversária, pois somos seus amigos e correligionários políticos e votaremos com o partido sob sua direção. Fazemos essa declaração para que nossa atitude nesta questão fique plenamente esclarecida e não possa merecer dúvida no espírito de quem quer que seja. (seguem as assinaturas)⁵⁹

O alistamento era importante, pois demonstrava a força política de seu chefe, por isso, ambos se empenharam nessa campanha. A oposição procurava alistar um grande número de cidadãos para mostrar ao governo do estado que a população era adversária de seu prefeito, que deveria, portanto, perder o cargo. O prefeito, por sua vez, também procurava alistar um grande número de eleitores, para comprovar seu prestígio e sua força política perante o presidente do estado. Enfim, “a oposição alistava para derrotar o prefeito e este alistava para defender-se.”⁶⁰

Ambos procuravam demonstrar sua força através dos números: Manoel Peixoto garantia o alistamento de mais de 4.000 eleitores. Pedro Dutra afirmava que a oposição não dispunha de 3.000 eleitores, enquanto ele arregimentava mais de 6.200 eleitores. Para ambos os lados, a vitória eleitoral estava garantida.

⁵⁹ Jornal Cataguases 18/12/1932.

⁶⁰ Jornal A Nação, RJ. 26/05/33 p.2, anexo ao Processo Crime, 1933. CAT-1-CR-nº 2634. Cx.127 vol 5. CDH.

Nesta briga, acusações eram trocadas por ambos os lados: Manoel Peixoto acusa o prefeito de ter falsificado recibos eleitorais, alistado eleitores de outros municípios, utilizando declarações falsas, gastado dezenas de contos de réis com alistamento eleitoral de seu partido e triplicado o número de funcionários para fins eleitorais. Pedro Dutra devolve as acusações denunciando a oposição por ter utilizado cerca de mil recibos falsos, alistado eleitores “de fora” e praticado outros atos ilícitos.

Os dois chefes em contenda disputavam ainda, o apoio do presidente do estado, Olegário Maciel. Cabe lembrar aqui que o cargo de prefeito era nomeado pelo presidente do estado, portanto, para obter a direção do município era necessária sua indicação. Segundo consta num Boletim Eleitoral de 12 de abril de 1933, numa reunião do Partido Progressista em Juiz de Fora foi firmado um acordo com Olegário Maciel, segundo o qual a oposição ficaria com a direção do município se ela conseguisse levar às urnas, nas eleições do dia 03 de maio, os 4.300 eleitores que ela diz ter alistado. Ou seja, quem conseguisse provar seu prestígio, obtendo a maioria dos votos, ser-lhe-ia entregue a administração e a política local. Nesta reunião, ficou acertado ainda, a vinda de um delegado militar para assistir o pleito de 03 de maio.

Podemos perceber, portanto, o grau de exaltação de ânimos que tomou conta das eleições daquele ano, bem como a polarização política e a atmosfera tensa e conflitante que envolveu a cidade. Foi nesse clima de paixões políticas acirradas que a população foi às urnas. Os dois chefes espalharam fiscais por todas as seções e marcaram vigilância cerrada. Os cabos eleitorais conheciam todos os eleitores e, mesmo não podendo diferenciá-los pelas cédulas, todos sabiam de que grupo era cada eleitor que votava.

Incidentes eram comuns nas seções eleitorais. Um eleitor, correligionário de Manoel Peixoto, narra em seu depoimento que, ao se dirigir à sua seção, no distrito de Laranjal, foi

abordado por um correligionário de Pedro Dutra que lhe disse para “andar muito direito” e não conversar muito. Joaquim Freitas, o tal correligionário de Pedro Dutra, declara que, como Floriano Gama, seu adversário político, estava na seção arranjando eleitor, ele pediu, como fiscal eleitoral, que procedesse direito porque poderia pedir à mesa para tomar as providências cabíveis.⁶¹ Esse pequeno incidente nos dá uma amostra do clima tenso que dominou as eleições daquele ano no município.

Ocorre que o término das eleições não significou o relaxamento das tensões. Um dia após o pleito, em 04 de maio, Pedro Dutra sofreu uma tentativa de homicídio. Com isso, a disputa iniciada nas eleições continua nos tribunais. Pedro Dutra abre um processo e acusa Manoel Peixoto de mandante do crime. Descreve os últimos acontecimentos políticos na cidade, fala sobre o ódio que o industrial alimenta contra ele e sobre a “indigna” campanha de seus adversários, liderada por Manoel Peixoto, visando pleitear a direção do município junto ao governo do estado. Afirma que eles não puderam levar às urnas os quatro mil votos prometidos e, não conseguindo derrotá-lo nas eleições, trataram de eliminá-lo fisicamente. Theodoro Silva, vulgo Baiano, o autor material do atentado, em suas primeiras declarações, afirma ter sido contratado por Manoel Peixoto para matar Pedro Dutra, caso ele vencesse as eleições e deveria realizar o serviço logo após o pleito, pois, segundo seus cálculos, Pedro Dutra venceria, pois possuía maior número de eleitores.

Manoel Peixoto, em seu depoimento, confirma que é inimigo pessoal e político de Pedro Dutra, mas que não tentaria matá-lo por forma indireta, podendo, contudo, fazê-lo diretamente. O acusado se diz vítima de uma emboscada político-partidária e sustenta a idéia da “farsa” do atentado, que teria sido armado por amigos e correligionários de Pedro Dutra, ou por ele mesmo, para explorar politicamente a situação. Afirma ter ganhado as eleições e

⁶¹ Processo Crime, 1933. CAT-1-CR-nº 2634. Cx. 126. vol. 2. pp. 177, 178, 192. CDH.

diz que, diante da vitória eleitoral, um episódio como esse só serviria para prejudicar a oposição e deixá-lo mal junto ao presidente do estado.

Para ele, a farsa teria sido um “artifício político destinado a suprimir com a liberdade e a honra de um grande chefe (...) capaz de levar às urnas vários milhares de votos e hoje consegue congrega 2/3 do eleitorado de Cataguases.”⁶²

A troca de acusações entre os dois contendores continua ao longo do processo: Pedro Dutra reafirma sua vitória eleitoral, diz ser o político do estado que maior votação deu à legenda de seu partido e que seus adversários só levaram às urnas aquele número de votos porque subornaram cabos eleitorais. Acusa Manoel Peixoto de “suborno pelo ouro” e de pagar edições em jornais com o dinheiro que “arranca às lágrimas e privações notórias de seus operários”.⁶³

Um fato que nos chama a atenção através desse episódio é como a disputa entre os dois chefes políticos acabou por envolver a população local. Num clima de acirradas disputas políticas, como o que a cidade estava vivenciando é muito difícil, senão impossível, permanecer “neutro”. Nesse processo isso aparece de forma clara: as testemunhas são sempre correligionárias de um ou de outro lado. O “homem comum”, o “homem do povo” começa a aparecer na cena. Depoimentos de barbeiros, padeiros, comerciários, lavradores, começam a se avolumar. Sempre tem alguém que “ouviu dizer” algo ou viu alguma coisa, que ouviu uma conversa ou conhece alguém que sabe sobre o assunto. Cria-se uma rede que acaba envolvendo inúmeras pessoas. O que se percebe através de todos esses depoimentos é o “burburinho”, os rumores, as paixões acirradas e a exaltação de ânimos que tomou conta da cidade.

⁶² Processo Crime, 1933. CAT-1-CR-nº 2634 Cx. 126 Vol. 3. p. 587. CDH

⁶³ Processo Crime, 1933. CAT-1-CR-nº 2634 Cx. 127 Vol 6 p. 1.031.CDH.

Assim, a disputa entre os dois chefes se estende para a população, que se divide em pró-Dutra ou pró-Peixoto, formando duas correntes opostas. Era comum encontrar correligionários exaltados das facções opostas, enfrentado-se em discussões pelas ruas e bares da cidade. Até mesmo no caso do atentado sofrido por Pedro Dutra, podemos observar essa polarização política refletida na população local. Para os correligionários de Pedro Dutra, a versão tida como verdadeira é que Manoel Peixoto mandou matá-lo por motivos políticos – “como não venceram pelas urnas, querem vencer pelas balas”⁶⁴ – e que não foi preso porque era rico.

Para os correligionários de Manoel Peixoto, a versão que prevaleceu como verdadeira foi a “armação”, a “farsa” do atentado, para exploração política com intuito de prejudicar o seu chefe. Portanto, a cidade se polariza: ou se era “Pedrista” ou se era “Peixoto”, refletindo a disputa político-eleitoral e agora também, judicial, de seus chefes.

Essa polarização vivida pela população local, não se restringiu às eleições de 1933 e ao caso judicial. Ela acompanhou toda a trajetória política dos dois chefes, ou seja, enquanto Pedro Dutra e Manoel Peixoto estiveram no cenário político do município, existiram “pedristas” e “peixotos”. Com a cidade dividida, pressões e perseguições eram comuns de ambos os lados. Um processo de habeas-corpus narra que, no distrito de Astolfo Dutra, durante um comício de Manoel Peixoto, um grupo exaltado quis forçar um cidadão a dar vivas ao chefe político e, não tendo o dito cidadão obedecido, deram-lhe voz de prisão. Num outro habeas-corpus, de 1936, Pedro Dutra alega perseguição política por parte do tenente da polícia e delegado especial, José Lopes de Oliveira, “cabo eleitoral número 1 de Manoel Peixoto”, que tem praticado “toda sorte de violências e arbitrariedades” contra seus amigos e correligionários.

⁶⁴ Processo Crime, 1933. CAT-1-CR-nº 2634 Cx. 126 Vol 4. p. 64. CDH

Esses processos deixam transparecer o clima político conflitante vivido na cidade e como a disputa política envolveu a população – do simples trabalhador rural às autoridades locais – e até mesmo suas instituições, que muitas vezes eram acionadas em defesa de interesses político-eleitorais de um grupo ou de outro.

Como podemos ver, neste período, a disputa entre os dois chefes – Manoel Peixoto e Pedro Dutra – pelo poder político local, iniciou no alistamento e culminou nos tribunais e envolveu toda a cidade e sua população. Vimos também a importância do alistamento, como momento privilegiado dessa disputa e o seu peso no processo eleitoral, já que – pelo menos no contexto aqui tratado – o alistamento poderia decidir uma eleição. Este fato pode ser comprovado na disputa eleitoral de 1933: Manoel Peixoto diz ter alistado cerca de 4.000 eleitores. Seu candidato Virgílio de Mello Franco, obteve 3.851 votos no município, o que mostra pouca variação do quadro do alistamento para as eleições.

Podemos detectar ainda, através dos processos, algumas práticas utilizadas nessa disputa eleitoral, como: falsificações, alistamentos ilícitos, subornos, pressões e ameaças, o que vem a comprovar a literatura sobre o assunto e mostrar que essas práticas não se extinguiram com a Revolução de 30.

2.4 – A disputa eleitoral no período da redemocratização política pós-45

2.4.1 – Panorama das eleições no município

Com o retorno da normalidade política, as eleições também voltaram a regularidade. Em maio de 1945 foi promulgado o decreto lei nº 7. 586, a chamada “lei Agamenon”, regulamentando o alistamento eleitoral e as próximas eleições. Recomeçava a campanha de alistamento na cidade, agora obrigatório também para as mulheres. O prazo, iniciado em julho, foi prorrogado para o dia 02 de outubro. Mais uma vez o jornal oficial se torna veículo

de campanha: publica trechos da lei que dispõe sobre o alistamento, as penalidades para quem não votar, orientações para o dia do pleito, composição das mesas e distribuição das seções eleitorais, além do apelo ao alistamento e ao voto: “alistemo-nos para sufragar o nome de Eurico Gaspar Dutra pra presidente da república”.⁶⁵

A lei Agamenon manteve as duas formas de alistamento de 1932. O alistamento *ex-officio* continuava vigorando. Assim, o apelo ao alistamento se estendia aos industriais, comerciantes e empregadores em geral, que deveriam preencher os formulários de inscrição de seus empregados, de acordo com um modelo constante na instrução para o alistamento.

A primeira eleição desse período, realizada em dezembro de 1945 foi para escolha de presidente da república e vice, senador e deputado federal. Em 1947, tivemos eleições estaduais, para escolha do governador do estado e vice e deputados estaduais e, em novembro deste mesmo ano, eleições municipais, para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Em outubro de 1950 ocorreram eleições gerais. O eleitor teve que votar com 11 cédulas: uma para presidente da república, uma para vice-presidente, uma para governador de estado, uma para vice-governador, uma para senador, uma para deputado federal, uma para deputado estadual, uma para prefeito municipal, uma para vice-prefeito, uma para vereador e uma para juiz de paz. Como ainda não havia cédulas oficiais, o eleitor recebia as 11 cédulas do seu partido com os nomes dos respectivos candidatos.⁶⁶

A partir de então, tivemos eleições gerais de 4 em 4 anos, com exceção de presidente da república e vice, que era de 5 em 5 anos, até que o golpe militar em 1964, modificou novamente este quadro.

⁶⁵Jornal Cataguases, 17/06/45.

⁶⁶ De acordo com KINZO, Maria D’Alva Gil. In: Representação política e sistema eleitoral no Brasil. SP: Símbolo, 1980, as cédulas oficiais foram criadas em 1962.

2.4.2 – A disputa eleitoral entre os dois chefes políticos no período pós-45

2.4.2.1 – As eleições de 1947

Com a criação dos partidos nacionais, os dois chefes políticos se filiaram em partidos opostos: Pedro Dutra aliou-se nas fileiras do Partido Social Democrático – PSD e Manoel Peixoto na União Democrática Nacional – UDN e passaram a dirigir os diretórios municipais dos respectivos partidos. Assim posicionados partidariamente, concorreram às eleições de 1947.

As eleições municipais deste ano possuíam um significado especial para os dois lados: era a primeira eleição direta para prefeito. Pela primeira vez a população iria escolher diretamente seu chefe político e o administrador de seus negócios públicos. Vencer essa eleição significava a consolidação e efetivação de seu poder local. Mais do que isso, significava a legitimação desse poder, através do endosso direto da população. Desde que o cargo foi criado, em 1930, para ser prefeito era necessário contar com o apoio do governador, já que era cargo de confiança, nomeado por ele. Agora, mais do que nunca, era necessário o apoio da população, através do voto. Mais do que o apoio do governador era o voto do eleitorado que iria dizer a quem caberia o direito de administrar e dirigir a política do município. O candidato vencedor poderia dizer-se o “verdadeiro representante do povo”, já que seria escolhido diretamente por ele.

Podemos sentir a importância que essa eleição assumiu para os dois chefes locais, que se lançaram nela, numa disputa que não media esforços, nem economizava meios para se chegar à vitória. Pedro Dutra, como presidente do diretório municipal do PSD, lançou o nome de José Esteves para prefeito e Manoel Peixoto, chefe do diretório da UDN no município, lançou o nome de seu irmão, João Ignácio Peixoto, para concorrer ao cargo. Começava a

campanha eleitoral. Assim como nas eleições de 1933, o clima era tenso e os ânimos estavam exaltados. Nessa atmosfera de paixões políticas acirradas foi que se desenrolou a campanha eleitoral de 1947, uma campanha apaixonada e agressiva, com troca de injúrias e acusações. A oposição distribuiu boletins anônimos pela cidade, agredindo e satirizando a política de Pedro Dutra e criticando seu discurso de “protetor dos pobres” e “defensor dos trabalhadores”. Além disso, acusavam o chefe do PSD de incitar o ódio dos operários, jogando-os contra os patrões.

A disputa entre os dois chefes nas eleições deste ano foi marcada pela contenda em torno do monopólio da utilização dos serviços de alto-falantes. A facção política chefiada por Manoel Peixoto, a coligação UDN-PR, possuía um serviço de alto-falantes que usava para fazer propaganda política e campanha eleitoral. Por outro lado, Pedro Dutra organizou uma sociedade anônima para explorar uma estação de rádio. Membros da facção oposta começaram a angariar assinaturas para o mesmo fim. Assim, os dois partidos passaram a disputar a autorização federal para a instalação de uma rádio emissora. Pedro Dutra, devido à influência política que tinha na esfera federal, obteve a almejada concessão. Esse fato, por si só, serviu para irritar a facção oposta. Mas a contenda não parou por aí.

A rádio também instalou alto-falantes em locais e horários conflitantes com os da coligação UDN-PR, em vários pontos centrais da cidade. A rádio Cataguases, chamada “voz da liberdade”, funcionava das 9:00 às 22:00 horas e apesar de ter programações diversas, como programas musicais e de auditório, constantemente tinha seus programas interrompidos pelo seu proprietário, Pedro Dutra, que fazia seus discursos políticos sempre que julgava necessário. Ou seja, os dois lados utilizavam-se dos serviços de alto-falantes para fazer suas campanhas políticas e não raro, aconteciam provocações. O delegado Catta Preta diz em seu depoimento, que a rádio “incitava operários contra patrões”. José Carvalheira Ramos, deputado estadual pelo PR, também afirma em seu depoimento, que os correligionários de

Pedro Dutra faziam repetidas provocações através da rádio, visando espantar os correligionários opositores das urnas.⁶⁷ A oposição, por sua vez, apelidou a rádio de “rádio pirraça”. O uso dos alto-falantes acabou sendo proibido, até que o ministro da justiça, sr. Costa Neto, baixou uma portaria regularizando o caso e dando exclusividade do uso dos alto-falantes às emissoras de rádio.

Mais uma vez, a disputa eleitoral culminou nos tribunais. Poucos dias antes das eleições, na noite de 15 de novembro de 1947, a rádio foi invadida pelo delegado adjunto, José Catta Preta, a mando de Manoel Peixoto, com o intuito de desligar os serviços de alto falantes e fechar a rádio. Como Pedro Dutra e outros que lá se encontravam resistiram à sua ordem, o delegado ordenou que seus homens atirassem, começando um tiroteio que levou à morte de um soldado. Foi aberto inquérito policial e o episódio terminou em processo judicial. Pedro Dutra acusa o delegado e Manoel Peixoto de invasão de propriedade, uso de violência arbitrária por parte da polícia e lembra que a constituição garante a liberdade de pensamento e expressão.

Os partidários da UDN-PR argumentaram que a lei que dá exclusividade ao uso de alto falantes às emissoras de rádio foi revogada e demonstraram indignação pelo monopólio desses serviços por parte do PSD. O delegado alega em sua defesa, que um grupo de pessoas exaltadas queria depredar os alto-falantes da rádio e que ele se sentia impotente para manter a ordem, por isso ordenou que a rádio interrompesse sua programação. Já os correligionários de Pedro Dutra afirmam que esse “grupo exaltado” era formado por alguns mestres e operários das fábricas de tecidos que agiam sob orientação de Manoel Peixoto.

⁶⁷ Processo Crime, 1948. CAT-1-CR-nº 3034 Cx. 149 pp. 56 – 110. Centro de Documentação Histórica – CDH.

Nesse episódio podemos perceber também, através dos depoimentos das testemunhas, como a população se encontrava envolvida na disputa política de seus chefes. Envolvida e dividida. Como no processo anterior, as versões se opõem. Os partidários de Pedro Dutra, afirmam que a polícia invadiu a rádio e começou o tiroteio. Os partidários de Manoel Peixoto, contam que o delegado foi cumprir uma ordem e foi recebido à bala pelos “capangas” de Pedro Dutra que estavam “armados até os dentes” dentro da rádio.⁶⁸

Contudo, apesar das divergências de opiniões, num ponto os dois lados concordam: o episódio teve sua origem num fato marcadamente político e a campanha eleitoral de 1947 ocorreu num ambiente bastante exaltado. A cidade se tornou um campo de batalha entre os dois grupos adversários, que utilizavam todos os meios para conquistar seu eleitorado e agora contavam (e disputavam) com um poderosa aliado: a tecnologia dos meios de comunicação.

2.4.2.2 – A entrada do operariado na cena política

Nas eleições de 1947, o operariado se tornou um importante objeto de disputa eleitoral. A maior parte desse operariado tinha origem nos distritos, na zona rural e cidades vizinhas, como: Cataguarino, Sereno, Astolfo Dutra, Santana, Itamarati, Guidoal, Mirai, Piacatuba, Leopoldina e outras. A instalação das indústrias exerceu forte atração sobre a população rural, promovendo um êxodo em direção à cidade. Como eram indústrias têxteis, a grande maioria dos operários da tecelagem era do sexo feminino. Os homens normalmente eram contratados para serviços gerais, carpinteiros, pedreiros e mecânicos.

Com o passar do tempo, foram aumentando as contratações de homens também para a tecelagem. Normalmente entrava-se muito cedo na fábrica: entre 14 e 15 anos e era muito comum “aumentar idade” para conseguir trabalho. Havia contrato especial para aprendizes. O

⁶⁸ Processo Crime, 1948 CAT-1-CR-nº 3034 Cx. 149. p. 110. CDH.

menor era admitido para uma jornada de trabalho de 8 horas e um salário de 50% do mínimo vigente. Terminado o prazo de aprendizagem, o contrato poderia ser rescindido ou transformado em contrato de prazo indeterminado. Apesar de muitos permanecerem na fábrica até se aposentarem, observamos uma alta rotatividade, ou seja, muitos entravam e saíam num curto espaço de tempo.⁶⁹

É este o perfil dos primeiros operários das indústrias da cidade. Quanto ao movimento sindical, só encontramos alguns indícios por volta da segunda metade da década de 40: a partir de 1944, o imposto sindical começou a ser descontado em folha. Contudo, o primeiro sindicato da cidade, o Sindicato de Fiação e Tecelagem, só foi reconhecido oficialmente em 1950. Pelo que podemos apurar, antes dessa data ele existia como associação e funcionava clandestinamente, uma vez que seus membros eram ameaçados de demissão.

É este operariado que foi objeto de disputa política entre os dois contendores. Na verdade, esta disputa começou na década de 1930. Logo no seu discurso de posse como prefeito, em 1931, Pedro Dutra, prometeu a construção de uma Vila Operária e a criação de uma “Liga Operária”, que deveria ser um centro de defesa do proletariado. Para tanto, procurou se inteirar das leis sindicais e movimentos operários. Pela legislação sindical vigente, o governo só reconhecia um sindicato de cada classe em cada localidade. Isso significa que se ele conseguisse reconhecer os “seus” sindicatos, os adversários não poderiam organizar outros da mesma profissão. O que poderiam fazer é tentar incluir nos sindicatos já reconhecidos um número maior de sócios. Neste ponto seria preciso muito cuidado, pois quem tivesse a maioria poderia tomar conta da direção do sindicato.⁷⁰

⁶⁹ Informações colhidas de acordo com as fichas de admissão dos operários da Indústria Irmãos Peixoto. O processo de catalogação dessas fichas está em andamento no Centro de Documentação Histórica – CDH, sendo que o trabalho ainda não foi concluído.

⁷⁰ Cf. carta de Wagner a Pedro Dutra. Rio, 15/01/1933. Correspondências pessoais de Pedro Dutra. Centro de Documentação Histórica – CDH

Apesar das tentativas, não conseguiu organizar um sindicato com bases sólidas. Seus esforços, contudo, resultaram na criação da “União Operária”. Esta, deveria “pugnar pela regulamentação do trabalho, da exata aplicação da lei de férias e melhoria do salário...”⁷¹ Essa associação foi criada como entidade jurídica, possuindo estatuto próprio⁷² e tinha por finalidade defender, dentro dos princípios do direito, o que “de direito couber à classe unida”. Pedro Dutra era presidente de honra da União Operária, organizava as eleições e dava posse aos diretores eleitos. Participava das festas e comemorações promovidas pela associação e fazia seus discursos, sempre enfatizando os direitos dos operários contra a “prepotência e ganância desmedida de certos patrões”⁷³

Nas eleições de 1933, a União Operária lançou um grande manifesto, publicado no jornal oficial, criticando os industriais das firmas Irmãos Peixoto, acusando-os de indiferentes e egoístas, escravizadores do trabalho operário e que tentavam comprar a consciência e o voto dos trabalhadores com festas e embromações. A União confirmava Pedro Dutra como verdadeiro representante dos interesses dos trabalhadores e pedia aos operários seu voto para elegê-lo deputado federal.

Não é difícil entender os motivos que levaram Pedro Dutra a se ocupar tanto com a questão do operariado.⁷⁴ Seu adversário político, Manoel Peixoto, era industrial. Como dono de várias fábricas na cidade e investindo em indústrias, ele possuía um número cada vez maior de trabalhadores sob o seu comando. Numa época onde o voto ainda é visto – tanto pelos eleitores, como pela elite política – não como instrumento de representação, mas como

⁷¹ Jornal Cataguases, 15/01/33.

⁷² Em 1933, Pedro Dutra conseguiu, através de seus contatos políticos, um esboço do estatuto do Círculo Operário Pelotense, que provavelmente deve ter servido de modelo para a elaboração do estatuto da União Operária criada por ele.

⁷³ Discurso proferido em Astolfo Dutra. In: Jornal Cataguases, 08/05/32.

⁷⁴ Não estão descartados aqui, os reais interesses de Pedro Dutra pela causa dos trabalhadores, nem pelas questões sociais e trabalhistas, mesmo porque essas questões já estavam na pauta do programa da Aliança Liberal. Contudo, no momento, nos interessa a disputa eleitoral e como o operariado entrou nessa disputa.

instrumento de dominação ou, na melhor das hipóteses, como instrumento de troca – como foi discutido no início do capítulo – era fácil para os donos das indústrias controlar o voto de seus operários. “Dou meu voto a quem me dá emprego”, é a mentalidade reinante, que por muito tempo fez parte da nossa “cultura política”.

Diante desse quadro, a preocupação de Pedro Dutra, como chefe político, que pretendia continuar na direção do município, faz sentido. Tornava-se necessário obter a adesão política do operariado de alguma forma. A defesa das leis trabalhistas, o empenho em criar uma “União Operária”, que visasse defender o trabalhador contra a exploração dos patrões, a “vila operária” e outras coisas do gênero, lhe proporcionava os instrumentos necessários para tentar abarcar esse eleitorado que, de certa forma, se encontrava no “campo do adversário”.

Apesar dessa preocupação com o operariado ter se iniciado na década de 1930 foi na década de 1940 que a disputa pelo apoio do operariado atingiu seu auge. Nas eleições municipais de 1947 operários das fábricas de tecido da cidade foram transformados em cabos eleitorais. Grupos de operários percorriam bairros e visitavam casas fazendo campanha. No dia do pleito, vários operários eram distribuídos próximos as seções eleitorais, com a incumbência de trocar cédulas.

Como já foi ressaltado, não havia ainda cédulas oficiais, sendo as mesmas confeccionadas e distribuídas pelos partidos e candidatos. Apesar de ter cédulas de todos os candidatos disponíveis nas cabines eleitorais, o eleitor normalmente já levava a cédula de seu candidato de casa. Assim, nas proximidades de sua seção, o eleitor era abordado pelos cabos eleitorais que davam a cédula do seu candidato – no caso aqui, do candidato da UDN – e recolhiam a cédula do candidato adversário, jogando fora. É o que se chamava “trocar cédulas”. Segundo depoimentos, no dia das eleições os operários eram convocados para irem

à fábrica, onde recebiam as cédulas dos candidatos em quem deveriam votar. De lá eram conduzidos, por um fiscal, até ao local de votação. Após votarem, retornavam à fábrica e só então eram liberados.

Pedro Dutra, como delegado do PSD local, denunciou essas práticas eleitorais e encaminhou notificações ao juiz eleitoral da comarca, contra os diretores das indústrias têxteis da cidade, por exercer coação sobre seus empregados, “ameaçando-os de demissão caso não sufraguem no pleito de amanhã os candidatos de sua preferência”, que não revistem seus colegas, nem “troquem cédulas nas vésperas e no dia do pleito”. Afirma que os ditos diretores já possuem em seu poder, listas para exoneração de operários “que não rezem pela sua cartilha política”.⁷⁵

Numa outra notificação, Pedro Dutra denuncia que, nas vésperas do pleito municipal, os diretores das indústrias Irmãos Peixoto, Manufatora e Saco-Têxtil suspenderam seus trabalhos após o meio dia e “puseram todos os operários na rua, dando-lhes a tarefa de recolher e trocar todas as cédulas das casas de operários seus colegas de outras turmas e exercerem intimidação sobre os mesmos, no sentido de que votassem nos candidatos da preferência deles patrões”. Pede providências ao juiz eleitoral, alegando violação da lei eleitoral e da constituição federal, sendo, portanto, crime eleitoral, o ato de coação praticado pelos industriais.

Esses episódios deixam claro como o operariado foi envolvido na luta política dos dois chefes locais e usado como um instrumento a serviço da disputa eleitoral, ao mesmo tempo, que se tornou também objeto dessa disputa, já que ambos competiam entre si, pelo apoio e o voto do trabalhador fabril.

⁷⁵ Notificação Eleitoral de 21/11/47. Centro de Documentação Histórico – CDH.

Essa disputa pelo apoio político do operariado não cessou com o término das eleições. Durante toda a década de 1940, a classe operária ocupou o centro da contenda política entre os dois chefes. Em 1949, os vereadores do PSD na Câmara Municipal, se manifestaram pedindo aumento de salário para os operários das fábricas de tecido do município.⁷⁶ Como resposta, encontramos junto às correspondências da câmara, dois abaixo-assinados dos operários das Indústrias Irmãos Peixoto e Companhia Industrial Cataguases, repudiando a exploração política dos adversários de seus patrões. Segundo eles, a indicação apresentada na Câmara pelo aumento de salários, só serve para prejudicá-los. Reafirmam sua posição ao lado de seus patrões, pois são eles que dão “o emprego, a remuneração e a ajuda nas dificuldades”. Criticam a postura dos adversários, “caçadores de votos que se arvoraram ultimamente em defensores do aumento de nossos salários”, mas que se interessavam mesmo é pela união contra os patrões, para a “conquista de nossos votos” e defendem seus patrões, “homens honrados, progressistas e merecedores de consideração”, com os quais dizem viver em harmonia.

Como podemos ver, o meio fabril se tornou um campo de disputa eleitoral entre os dois chefes políticos: Manoel Peixoto era dono das indústrias e do emprego, o que dava o sustento para o trabalhador e sua família. Pedro Dutra era o defensor dos direitos dos trabalhadores e das leis trabalhistas, era o que defendia os operários contra a exploração dos patrões. Eis os dois discursos opostos, através dos quais, as duas facções procuravam angariar os votos dos operários.

E quanto aos operários? Como se posicionavam diante dessa contenda? Ao que tudo indica, eles tinham poucas opções: ou ficavam do lado dos patrões ou eram demitidos. É claro que neste caso, um enfrentamento aberto traria mais prejuízo para o operário, que perdia seu

⁷⁶ Atas de reunião da câmara, dias 28/10/49 e 09/11/49. Arquivo da Prefeitura Municipal de Cataguases

emprego. O patrão simplesmente colocava outro em seu lugar. Contudo, o operário tinha uma terceira alternativa: a dissimulação. Apesar de toda a fiscalização e vigilância, havia aqueles que sempre procuravam um jeito de burlar o controle. No caso da troca de cédulas, por exemplo, os operários eram obrigados a fazê-la porque tinha alguém fiscalizando. Todavia, se era simpatizante do candidato da oposição, na menor oportunidade ou distração do fiscal, fazia campanha contrária e pedia voto para o adversário do patrão.

Aliás, a indisciplina não era algo ausente no ambiente fabril. Eram comuns advertências escritas onde o operário era acusado de negligência no trabalho, de conversas e “brincadeiras”. As faltas também eram comuns. Tudo isso, somado a grande rotatividade no quadro de empregados, dificultava a formação de uma massa coesa e dócil de operariado. Portanto, se por um lado, havia um severo controle, coações e ameaças, por outro lado, a imposição de toda essa disciplina não era algo tão simples de ser posto em execução e sempre havia aqueles que sabiam aproveitar as brechas do sistema e conseguiam escapar “por entre os dedos”.

É claro que de maneira geral, as coações e os mecanismos de cooptação exercidos sobre os operários funcionavam. Seja pelo medo ou mesmo pela simpatia, a maioria votava com o patrão. Todavia, o que pretendemos aqui é balizar um pouco essa questão. Afinal, não podemos encarar o operariado como simplesmente uma “massa” que se modela a bel prazer, ou como um “gado” que se conduz para onde se quer. Sabemos que as pressões eram fortes e na maioria das vezes funcionavam, mas, além de ser objeto de disputa política – e realmente eles eram – os operários eram também sujeitos e, mesmo não tendo promovido nenhuma grande mobilização, como greves, passeatas e coisas desse tipo, muitos souberam criar mecanismos para tentar escapar do controle e aproveitar as rachaduras do sistema para poder se expressar livremente através do voto.

Quanto ao alistamento, este já era obrigatório. Contudo, a lei ainda mantinha o alistamento *ex-officio*, garantindo o direito dos patrões alistarem seus empregados. Isso significa que o alistamento continuava sendo uma peça importante no processo eleitoral, para a garantia do voto, uma vez que, no imaginário popular, o eleitor se sentia comprometido com quem o alistava. Por outro lado, a caça ao voto deixa transparecer também algumas práticas eleitorais utilizadas na disputa, como troca de cédulas, coações e ameaças, mostrando mais uma vez, que a prática cotidiana nem sempre anda lado a lado com a legislação. Apesar do desenvolvimento vivido pela cidade, com o crescimento urbano e industrial, apesar da modernização e da “modernidade”, as práticas políticas continuaram arcaicas e conservadoras e a eleição, por muito tempo, continuou sendo um instrumento mais de dominação do que de representação política.

2.4.3 – O clientelismo como prática eleitoral

De acordo com SCHWARTZMAN, o Brasil possuiu, por um lado, um Estado forte, centralizado, neopatrimonial e que antecede a sociedade civil e, por outro lado, uma sociedade civil fraca e pouco articulada. Quando a participação política é limitada, como no caso da Primeira República, esse Estado assume características corporativistas, já que apenas um pequeno grupo tem acesso à participação política, aos benefícios, órgãos e rendas públicas.

A partir de 1930, o país conheceu um processo de modernização e um aumento da população urbana, o que provocou um aumento das demandas de participação e a busca de representação de interesses dos grupos sociais emergentes. A sociedade se tornou mais complexa e começaram a surgir formas autônomas de participação. Assim, o Estado procura submeter a sua tutela essas novas formas de participação, dando origem ao sistema de cooptação política. Um bom exemplo disso é a criação do Ministério do Trabalho e do PTB –

Partido Trabalhista Brasileiro – numa tentativa de cooptar o movimento operário e os sindicatos nascentes, controlando-os e enquadrando-os no modelo de Estado existente.

Uma outra forma de cooptação são as práticas clientelistas usadas como instrumentos para manter sob controle novas lideranças políticas. Segundo o autor, a política clientelista pode ser vista como uma “resposta de uma administração centralizada de base patrimonialista a uma demanda crescente de participação por parte de grupos antes excluídos dos benefícios do poder”⁷⁷ Ante o aumento da demanda de participação, esse modelo de Estado centralizador, vê na oferta de favores um meio para cooptar essas novas lideranças políticas. O controle das agências governamentais permite às elites políticas exercer a prática clientelista, distribuindo benefícios, privilégios e cargos públicos, incorporando novos grupos na arena política e excluindo outros, num jogo de interesses e compromissos mútuos.

O sistema de cooptação ocupa uma posição intermediária entre os sistemas corporativos e a política aberta a grupos de interesses. Para que ele aconteça é necessário a existência de pessoas e grupos desejosos de participarem também da arena política, ou seja, para haver cooptação tem que haver um esforço de representação. Contudo, o sistema de cooptação política é incompatível com o sistema de representação. “A representação política supõe a existência de grupos autônomos, orientados em função de interesses próprios...”⁷⁸ A cooptação, ao contrário, impede a emergência de grupos políticos autônomos, transformando os cooptados em “clientes”. Cria-se uma relação de dependência entre os detentores do poder e as lideranças políticas emergentes. Assim, a participação política não resulta da capacidade de uma organização própria. É sempre dependente da elite que detém o poder. Portanto, é

⁷⁷ SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Brasília: UnB, 1982. p. 158

⁷⁸ Idem, p. 158

uma participação frágil, superficial e debilitada e não constitui em direito e sim em benefício outorgado a alguns “clientes”.

No nosso caso, o clientelismo também se fez presente e a distribuição de favores em troca de apoio político tornou-se uma prática bastante comum. Pedro Dutra, como chefe político, recebia inúmeros pedidos desde ajuda financeira e empréstimos, até remoção de funcionários, nomeações, efetivações, transferências de professores, cartas de apresentação e, principalmente, pedidos de emprego. São solicitações de parentes, amigos e correligionários para si ou para terceiros. Todos apelam ao chefe no sentido de usar sua influência política junto ao governo estadual ou autoridades competentes, interferindo a favor do “seu caso”:

O fim desta, sem mais preâmbulos, é pedir-te uma carta para dr. Vianna de Castilho ou outra pessoa de influência equivalente, apresentado o sr. Paulo Fernandes de Oliveira e recomendando-o para ser aproveitado como tachygrapho da Câmara Federal... F. A Silva. Cataguases, 25/05/1925.

Resolvi que o Pedrinho fosse aí a fim de ver se lhe arranja o lugar de escrivão da Coletoria, visto estarmos em sérias dificuldades. (...) Sei que tudo consegues do Antônio Carlos, em vista disso, penso que não encontrarás dificuldades. Quero também que reforcas um pedido que há na secretaria para Edy ficar pro conta do Estado no colégio daqui. Um abraço afetuoso da Inhá. 06/08/1934.

Na minha carta pedia para arranjar o lugar de dentista dos bancários no Banco do Brasil em Belo Horizonte (...) Peço ao amigo me arranjar uma colocação qualquer a fim de que possa melhorar minha situação econômica ou uma colocação para minha mulher que é professora. José Romero. 22/09/1949.⁷⁹

Os exemplos são inúmeros, mas os trechos selecionados acima, já nos dão uma idéia da natureza dos pedidos. Pedro Dutra, por sua vez, procurava atender a todos. Junto às correspondências pessoais, encontramos respostas às solicitações feitas, onde o chefe informa

⁷⁹ Correspondências pessoais de Pedro Dutra – Centro de Documentação Histórica – CDH. Algumas correspondências não estão datadas.

que providências estão sendo tomadas, assim como telegramas a Antônio Carlos e outras autoridades:

Dr. Antônio Carlos, afetuoso abraço.
Apresento-lhe meu cunhado, dr. Fortunato Barreto Mesquita, advogado aqui em Cataguases (...) Quero que meu amigo me faça mais esse favor, colocando-o no quadro dos auxiliares de advogados da Sul América (...) Aguardo suas preciosas ordens e aqui me fico ao seu dispor. Pedro Dutra.

Exmo. Sr. Governador Juscelino Kubitscheck
Hebert Dutra, técnico desportivo (...) solicita de V.Excia. seja aproveitado na Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais ou na Diretoria de Esportes (...) De família tradicionalmente pessedista, colaboradores no Governo de V. Excia., ousou fazer esta solicitação ciente da atenção que V. Excia. dará à mesma. Pedro Dutra.

As autoridades respondem às solicitações do chefe pessedista local:

Meu caro Pedro Dutra,
A ausência do dr. Álvaro Pereira (...) não me permite ainda dar solução ao dois casos de seu interesse. Quanto a um deles, o do dr. Mesquita, adianto que surgem embaraços, por motivo de serem considerados suficientes, no momento, os quatro advogados muito antigos de que a companhia dispõe e o pouco serviço forense atual... Com amizade de sempre. Antônio Carlos. Rio 31/01/1948.

De ordem do presidente da República, envio à V.Excia. cópia da informação prestada pela Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, relativamente à promoção do funcionário Edberto Dutra. Atenciosamente. Paulo Lyra, sub-chefe do Gabinete Civil. Rio de Janeiro, 31/01/1948.

Toda essa correspondência deixa transparecer de forma muito clara, o sistema de rede clientelar montado nas relações políticas, envolvendo, desde o eleitor mais simples até as maiores autoridades políticas da esfera estadual ou mesmo federal. Segundo BOBBIO⁸⁰, o “notável” que tem o trato privilegiado com o poder político, serve de elemento de ligação do poder com a sociedade civil e com seus clientes, a quem dispensa proteção e ajuda, em troca do consenso eleitoral. Vemos aqui, Pedro Dutra, na qualidade de chefe político local,

⁸⁰ BOBBIO, N. “Clientelismo”. In: BOBBIO, N. Op. cit. p. 178

ocupando esse papel intermediário entre seus correligionários e as autoridades estaduais. Contudo, todos se encontram presos a essa rede: o eleitor porque precisa do “favor”, o chefe porque precisa de seu voto e as autoridades estaduais porque precisam do apoio político do chefe e dos votos que ele carrega consigo. Tudo isso acaba prendendo os envolvidos numa rede de fidelidades mútuas, onde todos se beneficiam de alguma forma.

Esses favores prestados pelo chefe, normalmente são pagos através do apoio eleitoral. Nas cartas, junto aos pedidos, muitas vezes vinha algo como: “... tenho feito de minha parte o que posso e todos daqui estão interessados muito pela tua vitória. Hoje cabalei uma eleitora...” ou ainda, “... peço informar-me se vai candidatar a deputado (...) para pedir mais uma vez os favores dos amigos que mais prestígio do que eu e também aos colegas de luta pela campanha tua...”⁸¹

O chefe também cobra a fidelidade política. Em uma resposta a um pedido de ajuda financeira, Pedro Dutra encomenda a um amigo o favor de visitar os pedintes, dizer em que estado se acham e o que é possível fazer por eles. No entanto adverte: “são parentes que jamais me deram um voto ou me emprestaram qualquer ajuda política.”⁸²

Votar em seu protetor ou benfeitor não é apenas uma forma de pagar um favor prestado. É mais do que isso. É também um jogo de interesses. É dar o poder a alguém que poderá lhe prestar mais favores futuros, afinal, “ele lá vai poder fazer isso ou aquilo por mim”. Por outro lado, o chefe político procura atender as solicitações de seus correligionários para garantir o seu apoio e os votos de que precisa para mostrar e manter sua força política. É esse jogo de interesses que alimenta a rede clientelar. O rompimento dessa rede pode trazer sérios danos ao chefe. Pedro Dutra criticando a atuação política de seu prefeito José Esteves,

⁸¹ Correspondências pessoais de Pedro Dutra. Carta de Alice 01/01/1933 e carta de Saul 25/04/1958. CDH

⁸² Correspondências pessoais de Pedro Dutra – CDH

do PSD, eleito por ele em 1955, se diz desiludido com sua administração e enumera os motivos, entre eles está justamente o rompimento de compromissos entre o chefe e seus correligionários:

A família Abrita é, no Cataguarino, com a família Cândido Silva, o sustentáculo de nossa política. Pois bem, você pouco tempo depois exonerou o genro do Marcelino [Abrita] ... Resultado: essa gente está magoada comigo. Quem perde com isso não é você (...) mas o PSD que o elegeu com enormes sacrifícios de toda a ordem.

...nas vésperas de sua eleição assumimos compromisso com o pessoal do Cândido Silva de construirmos uma estrada , para automóveis, de sua fazenda a Cataguarino. Depois de três anos engodo (...) você diz que não construirá aquela via pública. O resultado disso foi perdermos 80 eleitores num distrito onde ganhamos a eleição por 4 votos apenas. Somando-se a perda dos votos da família do Marcelo Abrita com as da Cândido Silva, você verificará que acabou em definitivo com a possibilidade de vencermos a eleição naquele distrito.”⁸³

Os casos parecem intermináveis e demonstram muito bem a importância e o peso das práticas clientelistas numa disputa eleitoral. A habilidade e a perspicácia para lidar com os vários interesses em jogo podem determinar a vitória numa eleição, ou ao contrário, a sua derrota.

Como podemos ver, a disputa eleitoral em Cataguases, desde os primórdios da República e em especial no período que estamos enfatizando – décadas de 1930 e 1940 – nunca foi um episódio tranquilo. Pelo contrário, sempre esteve marcado por acirradas competições e rivalidades, onde os chefes adversários utilizavam-se de todos os artifícios que tinham em mãos, objetivando a vitória eleitoral. Assim, falsificações, subornos, coações, ameaças, compra de votos, clientelismo, foram algumas das práticas que caracterizaram a disputa no campo eleitoral. Disputa essa que ultrapassou a esfera das urnas e se fez presente também no campo das representações, como veremos no próximo capítulo.

⁸³ Processo Crime, 1958. CAT-1-CR-nº 3336. Cx. 163. pp.66-67. CDH

Capítulo III

Disputa política no campo das representações: a busca da legitimidade

3.1 – Representação: Uma discussão conceitual

Falcon define o termo representação como “fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, mesmo que uma idéia, por intermédio da presença de um objeto.”⁸⁴ Sendo assim, “representar” dá uma idéia de substituição, de estar no lugar de, passa a idéia de exposição e ocultamento: algo se expõe no lugar de alguma coisa ou alguém que está oculto. A relação entre o que é exposto – a representação – e o que está oculto – o representado – é de semelhança, mas não de reflexo perfeito. Ou seja, a representação remete ao objeto representado, permitindo identificá-lo e reconhecê-lo, mas não é uma “cópia fiel do real” e sim uma “construção feita a partir dele.”⁸⁵ Isso porque a representação se processa no campo do imaginário, é portadora de símbolos e carrega “sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.”⁸⁶ Os símbolos atuam no inconsciente agindo sobre as emoções e os sentimentos, por isso, como nos mostra Pesavento, a força da representação não está na sua capacidade de reproduzir o real tal como ele é e sim na sua capacidade de produzir o reconhecimento, a mobilização e a legitimidade social. A representação, portanto, encontra-se relacionada à credibilidade e não a veracidade.

⁸⁴ FALCON, F. História e representação. In: CARDOSO, C. e MALERBA, J. Representação: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.p. 45.

⁸⁵ PESAVENTO, S. História e História Cultural. BH: Autêntica, 2003. p. 40.

⁸⁶ Idem. P.41.

Os homens, em todos os tempos, sempre sentiram necessidade de não só compreender a realidade em que vivem, como também de dar-lhe um sentido e representá-la de alguma forma. Entre as formas utilizadas pelos grupos sociais para representar o mundo “real” estão os símbolos e as imagens. Os símbolos são um tipo de signo mais elaborado, que possuem uma convencionalidade e carregam um sentido, não em si mesmo, mas atribuído por um grupo que partilha dos mesmos valores e sentimentos. Os símbolos podem ser um objeto, como uma bandeira, um escudo ou um brasão, ou até mesmo uma pessoa, que pode se tornar um símbolo e, ao se tornar um símbolo vira um mito. Isso é comum na esfera política, um exemplo é Prestes que se tornou um símbolo para os comunistas.⁸⁷

É justamente esse aspecto de identificação que distingue a imagem dos símbolos. Enquanto o símbolo é convencional, a imagem identifica-se com o objeto representado. Isso significa que uma imagem pode ser um símbolo para um grupo e não o ser para outro. As imagens, tanto podem ser figuradas, iconográficas, como não figuradas. Neste caso, temos como exemplo as palavras, os discursos, enfim, as práticas lingüísticas. Se a imagem é uma construção do mental, resultante do ato de pensar, as palavras permitem construir uma imagem de um objeto ou de uma determinada realidade. A linguagem é, portanto, uma forma de representação.

Segundo Weber, a vida social é produtora de um sistema de representações que a traduz e lhe fornece sentido. Para ordenar e dar sentido a sua vida social, os homens criam valores e normas, através dos quais passam a pautar a sua conduta. Por meio de suas representações e imaginário, uma sociedade “estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais”.⁸⁸ Ou seja, uma sociedade se organiza através das representações que cria de

⁸⁷ MOTTA, R. A história política e o conceito de cultura política. X Encontro Regional de História ANPUH-MG. Revista de História nº 6, 1996. p.88

⁸⁸ BACZKO, B. Imaginação Social, In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa, 1985. Vol 5 (Anthropos Homem) p. 309

si mesma. É a representação que distribui o poder e a hierarquia, que determina o que acreditar, o que sentir e o que pensar. De acordo com Pesavento, quem tem o poder de criar símbolos e imagens, de “dizer e fazer crer sobre o mundo, tem o controle da vida social” e impõe a sua maneira de ver o mundo, propõe “valores e normas” e autoriza “os comportamentos e papéis sociais”.⁸⁹

Muitos autores que tratam do tema, relacionam representação e poder. As representações, além de permitir aos indivíduos se comunicarem, dar um sentido ao mundo e fazer com que os homens percebam esse mundo, é também uma força integradora da vida social, já que cria um sentimento de identificação e identidade. Há, portanto, uma relação estreita entre poder e representação. O poder procura controlar as representações no intuito de atingir o imaginário coletivo e manipular as multidões. Uma vez que as representações permitem aos indivíduos se reconhecerem como pertencentes a uma mesma sociedade, permite também nortear a sua relação com essa sociedade e suas instituições. Isto é, permite criar laços de identificação, unindo os indivíduos ou grupos sociais em torno de algo que lhes é comum. A força das representações reside, portanto, na sua capacidade de mobilização.

As representações permitem ainda a legitimação do poder. Sabemos que o poder precisa construir ou “inventar” uma legitimidade para lhe dar a sustentação necessária. O poder para se impor necessita não só da força, mas principalmente, de se mostrar legítimo. Precisa criar um discurso legitimador e para isso recorre ao universo do imaginário e do simbólico, isto é, das representações. “As relações políticas, enquanto dominação dos homens por outros homens, não se reduzem a simples relações de força e poderio (...) exercem-se através de diferentes sistemas de representações coletivas nos quais fundamenta a

⁸⁹ PESAVENTO, S. Op.cit. p. 41-42.

legitimidade dos respectivos poderes.”⁹⁰ Isso significa que o poder não prescinde das representações, pelo contrário, se utiliza delas para impor-se e legitimar-se.

Lynn Hunt também estabelece essa ligação enfatizando o uso da linguagem. Para a autora, a prática lingüística pode ser um instrumento ativo de poder, ou até mesmo constituí-lo, em vez de simplesmente refletir a realidade social. A linguagem política pode ser usada retoricamente para criar um senso de comunidade e estabelecer novos campos de luta social, política e cultural. A autora, analisando o discurso revolucionário francês, constata que “as palavras não refletiam apenas a realidade social e política; eram instrumentos de transformação da realidade.”⁹¹

Portanto, nas lutas pelo poder, ou pela sua manutenção, as elites políticas não dispensam o uso das representações, com seu conjunto de imagens e símbolos, para atingir a sensibilidade das massas e manipulá-las. Nesse contexto, a linguagem ocupa um papel central. Os discursos são utilizados como instrumentos eficazes para exaltar os ânimos da população, polarizar a disputa política, mistificar os conflitos e estigmatizar a oposição como símbolo do mal.

Situamos aqui o nosso objeto. Na disputa pelo poder político, os dois chefes locais, Pedro Dutra e Manoel Peixoto, utilizavam-se também das representações, criando, através dos discursos que proferiam, uma imagem de si mesmo e de seu adversário. Essas imagens serviam de ferramentas capazes de “tocar” os eleitores, sensibilizando-os e cooptando-os, cada um, para o “seu lado”.

⁹⁰ WEBER, M. apud BACZKO, B. op.cit. p. 307.

⁹¹ HUNT, L. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, L. A nova história cultural. SP: Martins Fontes, 1992. p.22

3.2 – Auto-representação e representação do “outro”

3.2.1 – Pedro Dutra

Auto-representação

Trabalhador incansável, sério, austero, honesto, justo, digno, patriota, cívico, idealista, lutador, justo, bondoso, abnegado, tolerante, sereno, mas enérgico e decidido nos momentos necessários. Homem de elegância moral e espírito de sacrifício exigido a quem exerce um cargo público. Forte em suas convicções e seu credo. Corajoso e tenaz, capaz de enfrentar os poderosos em defesa do interesse público, por isso possui a consciência limpa: “Entre o dilema de renunciar ao dever ou criar inimigos poderosos que juraram derrubar-me, optei pelo exato cumprimento do dever”.⁹²

Essas são algumas das qualidades, pertinentes à personalidade do chefe político, através das quais Pedro Dutra, em seus discursos, projetava ao público uma imagem de si mesmo. Podemos observar que o chefe reúne em si, qualidades de cristão e homem público. Mais do que isso, qualidades de um nobre: honra, bondade, coragem, justiça.

A essas qualidades pessoais, soma-se a lealdade partidária: aliancista desde o início, sempre foi devoto defensor de Olegário Maciel e Antônio Carlos, lutou com eles na Revolução de 1930 e contra São Paulo em 1932, defendeu-os “nas urnas, na imprensa e na praça pública”.⁹³ Lealdade, fidelidade, correção partidária, outros adjetivos que se acrescentam à sua personalidade.

Pedro Dutra se auto-representa ainda como democrata e cumpridor da lei. Em seus discursos sempre se coloca como defensor do voto livre, da igualdade de direitos, da liberdade, da tolerância e do respeito. Retrata a cabine eleitoral como “templo sagrado”, voz

⁹² Jornal Cataguases, 05/03/1933.

⁹³ Jornal Cataguases, 09/04/1933.

da consciência. Reitera constantemente sua crença nas urnas, onde o povo soberano, seleciona os mais capazes, os que promovem o bem coletivo e cuja decisão deve ser respeitada. Afirma ser incapaz de realizar um ato sequer de violência ou perseguição e se diz tolerante e liberal por permitir que se edite e circule boletins da oposição pela cidade, assegurando a liberdade de imprensa e expressão.

Quanto à lei, Pedro Dutra afirma exercê-la em todos os seus atos e que todos devem cumpri-la. Defensor do direito e da justiça, cortou a regalia dos potentados e se refere à lei como um instrumento que iguala a todos: pobres e ricos; patrões e empregados. Demonstra também uma grande preocupação com a legalidade de seu mandato – lembrando que exerce o cargo como prefeito nomeado, em 1931, já que ainda não havia eleição para o mesmo. Frisa por inúmeras vezes que possui o apoio da população, o reconhecimento, o prestígio e a idolatria do povo, que o elevou ao cargo. Sempre se coloca sob julgamento do “júri popular”, através do qual procura legitimar o seu poder. A opinião pública, segundo ele, é um juiz infalível. Ressalta sempre a “transparência” de sua administração: sua atuação política sempre foi feita às claras, aos olhos de todos, inclusive de seus adversários. Seu último ato enquanto prefeito foi a prestação de contas diante daqueles que lhe confiaram o mandato, demonstrando elegância moral e honradez. Coloca a escrituração da prefeitura à disposição de qualquer pessoa que queira consultá-la. Trata-se de uma escrituração organizada, não permitindo o desvio de um real sem se saber onde e como ele foi empregado.

Ao lado de democrata e cumpridor da lei, o chefe se retrata também como “protetor dos pobres”. Vive em seu meio, escuta-os, comunga com suas preocupações, desce à morada dos pobres para ouvir, ver e atender suas reivindicações e tudo faz para aliviar seu fardo. Não há na história do município chefe político que mais vise o bem estar dos pobres. Sempre sai em defesa dos operários explorados pelos seus patrões e garante que “a lei que protege e

ampara os direitos dos operários dentro em breve será cumprida aqui, quer queiram ou não os magnatas”.⁹⁴ A preocupação com o social é uma marca de sua administração.

Uma outra imagem projetada por Pedro Dutra em seus discursos é a de progressista. Ressalta sempre sua atuação no município como impulsionadora do desenvolvimento e da economia. Uma administração fecunda, de intensa operosidade, próspera, intensificadora da vida comercial e de incalculáveis serviços à comunidade. Se auto-representa como o “maior construtor que Cataguases já teve”,⁹⁵ aquele que tem transformado o município, numa cidade moderna, higiênica, ampla e alegre. Exemplo de febril evolução, trabalho árduo e silencioso que colocou em prática planos de remodelação da cidade em todos aspectos de suas atividades, conjugando esforços, apagando as dificuldades, reunindo energias, persuadindo e convencendo. Edificar, renovar, realizar, transformar, são os verbos mais conjugados. Rodovias disseminam-se prodigiosamente, postos higiênicos, escolas, salubridade, embelezamento da cidade, nivelamento de ruas, enfim, a transformação do velho aspecto da cidade, proporcionando o conforto e as exigências da vida moderna.

Contudo, sua imagem mais forte, mais contundente e elaborada, principalmente na primeira fase de sua administração, no início dos anos 1930, é a de “defensor do patrimônio público” contra os mesquinhos interesses privados. Pedro Dutra se auto-intitula “apóstolo do bem público”.⁹⁶ “A personalidade invulnerável do atual administrador advoga tão somente as causas que redundam aos interesses da coletividade cataguasense. Daí o conflito com aqueles que visam o interesse pessoal.”⁹⁷ Lembra que às vezes, o bem particular precisa ser sacrificado em benefício do bem geral, sendo necessário tomar medidas que ferem a

⁹⁴ Jornal Cataguases, 09/04/1933.

⁹⁵ Jornal Cataguases, 12/08/1933.

⁹⁶ Jornal Cataguases, 15/08/1931

⁹⁷ Jornal Cataguases, 20/06/1931.

interesses pessoais, mas que são requeridas pelo serviço público, por gerar o bem da coletividade. Lembra também que os negócios públicos pertencem à coletividade, ao público em geral e a ninguém em particular e a função do prefeito é cuidar e zelar pelo patrimônio público, que constitui um bem inalienável.

Esse discurso aparece nos jornais e nos dois processos cíveis de ação possessória movidos contra ele, em 1931 e 1932. No primeiro processo⁹⁸, onde é acusado de demolir um prédio particular, portanto, de invasão de propriedade, Pedro Dutra argumenta em sua defesa que o terreno onde está situado o prédio é um patrimônio municipal e recorre às origens do município para sustentar sua argumentação. O terreno foi doado a Guido Marlière para que nele fosse fundado um povoado, sendo, portanto, um patrimônio demarcado e de natureza puramente civil. Marlière delimitou as ruas do povoado, estabelecendo condições gerais para edificações e que assim sendo, o prédio demolido está edificado numa posse da prefeitura e pertence ao patrimônio municipal.

No segundo processo⁹⁹, onde o prefeito é novamente acusado de invasão de propriedade, Pedro Dutra usa o mesmo discurso anterior, ou seja, de defesa do patrimônio público. Argumenta que o terreno foi doado para ser uma praça para uso perpétuo do povo, na qual não se poderá edificar coisa alguma de uso particular e cita trechos do artigo 66 do Código Civil, onde se lê que os bens de uso comum do povo, tais como ruas e praças, pertencem a todos. O proprietário desses bens é a coletividade, o povo. A administração pública está confiada sua guarda. Pedro Dutra alega que os bens de uso comum são imprescritíveis e inalienáveis. Estão fora do comércio, não são objetos de negócio, não podem ser vendidos, nem doados, nem cedidos de forma alguma, por pertencerem perpetuamente ao

⁹⁸ Ação Possessória, 1931. Autor: Domingos F. Tostes. CDH

⁹⁹ Ação Possessória, 1932. Autor: Irmãos Peixoto. CDH

povo, e à prefeitura incumbe a guarda e a gestão das vidas públicas. Mais uma vez cita a lei: compete aos prefeitos “V – Gerir cuidadosamente o patrimônio municipal, conservando-o e melhorando-o”.¹⁰⁰

Podemos perceber claramente a postura de “defensor dos interesses públicos” e de “cumpridor da lei” que se arroga Pedro Dutra. Aliás, essas duas imagens andam lado a lado. Como um homem que presa a lei, recorre sempre a ela na defesa do bem público. Daí estar com a “consciência tranqüila” e a certeza do que está agindo com correção e justiça, pois está do lado da lei e esta do seu lado.

Esta auto-representação de “justiceiro”, de homem público que coloca os interesses coletivos acima do privado, de homem da lei, somados a sua postura política leal e democrática e ao seu caráter honesto, bondoso e corajoso, capaz de desafiar os poderosos em prol dos interesses do povo e dos mais humildes, nos recorda a idéia do “mito Salvador”, do “chefe Redentor”, cuja imagem está associada aos símbolos de purificação, ao herói que liberta, que “corta os grilhões”, que “faz recuar as forças más”.¹⁰¹ Para seus contemporâneos, Pedro Dutra passava essa imagem e muito de seus feitos atravessaram gerações e ainda vive no imaginário das pessoas que o conheceram, ou que simplesmente cresceram ouvindo histórias a seu respeito.¹⁰²

Contudo, essa imagem de “herói popular” não foi alimentada no cenário público, através das liturgias políticas. Neste caso, o mito que começou a ser construído em torno de sua figura não encontrou o respaldo no rito, necessário para reproduzi-lo, e acabou sendo

¹⁰⁰ Artigo 12, do Decreto Estadual nº 9.847. In: Processo Cível, 1932. p. 149. CDH.

¹⁰¹ GIRARDET, Raul. Mitos e Mitologias Políticas. SP: Cia. das Letras, 1987. p. 17.

¹⁰² Temos como exemplo o caso do “tiroteio na rádio”, que ainda hoje é lembrado pelo povo e muitas vezes contado de forma pitoresca e enaltecendo a “coragem” de Pedro Dutra ao enfrentar os policiais e seus adversários. É claro que essa imagem é retratada pelos seus partidários. Seus opositores, obviamente, via-o e retratava-o com imagens opostas. Aliás, segundo Girardet, o mito político tem uma natureza polimorfa e ambivalente.

abortado¹⁰³. Todavia, esse é um pressuposto que precisa ser melhor explorado, necessitando para tanto, maiores pesquisas, o que ultrapassaria os limites dessa dissertação. O que pretendemos neste capítulo é, tão somente, demonstrar a força das representações e como elas atuam no imaginário coletivo.

Representação do “outro”

Estamos lidando com uma disputa política, com uma luta entre poderosos contendores locais. Como já ressaltamos, essa luta ultrapassou o campo eleitoral e se efetuou também na esfera das representações e dos discursos. Isso que dizer que se Pedro Dutra construiu uma imagem de si mesmo, obviamente positiva, por outro lado, construiu uma imagem oposta de seu adversário, obviamente negativa. Todas as qualidades que toma para si, endereça o seu oposto aos seus contendores, numa espécie de dialética constante. Sendo assim, caracteriza seus adversários políticos como caluniadores, mentirosos, invejosos, covardes, injustos, pequenos, medíocres, difamadores, corruptos, prepotentes, desleais, traidores, oportunistas, falsos, perseguidores, egoístas e mesquinhos. Vivem de apropriações indébitas e estelionatos. Honra e honestidade é coisa que não conhecem.

Se ele é democrata, seus adversários são autoritários, exercem perseguição política e atos de violência e arbitrariedade. Suas campanhas eleitorais são sórdidas e criminosas. Querem obter voto por meio do dinheiro e da coação do operariado, que é guiado para o pleito como gado manso para o matadouro. Manoel Peixoto baixou um edital em sua fábrica ameaçando os operários de expulsão caso não votem em seus candidatos. “A pobreza ameaçada pela fome, sem conhecimento exato de seus direitos, teve que sofrer as

¹⁰³ Estas reflexões são fruto de conversas com meu colega de trabalho Rodrigo Fialho da Silva, a quem agradeço.

arbitrariedades do regulo que assim atingia aquilo que mais deveria merecer o respeito sagrado: a liberdade do voto.”¹⁰⁴

Se ele é defensor da lei, seus opositores agem na ilegalidade. Ao contrário dele, são desleais: traíram a Aliança Liberal e a Olegário Maciel, combateram ao lado de Washington Luis, aplaudiram e ajudaram a revolução de São Paulo. Não sabem o que é lealdade política. Têm sido tudo: prestistas, melovianistas, bernardistas, intentonistas, oligaristas, paulistas, beneditistas, carlistas, oportunistas. “Estão na encruzilhada da política do estado para verem a quem vão aderir.”¹⁰⁵ Pedro Dutra lança ainda um desafio: “Manoel Peixoto, apresente a folha de serviços prestados ao partido onde militas há poucos meses (...) Não envergonhes a terra de Astolfo Dutra.”¹⁰⁶

Ele, defensor dos trabalhadores, seus adversários, exploradores dos operários, caudilhos, coronéis, que demitem os operários que não rezam na sua cartilha. Escravizadores que sustentam a pobreza cataguasense. Desrespeitam as leis trabalhistas e os direitos dos trabalhadores. Os operários jamais conheceram um gesto de generosidade por parte de Manoel Peixoto ou mesmo o cumprimento da assistência social.

Mas, o maior ataque de Pedro Dutra aos seus adversários políticos situa-se no campo do público e privado. Enquanto ele é o grande defensor do bem público, seus opositores, numa atitude mesquinha e egoísta, visando apenas seus interesses particulares, solapam o patrimônio público e usurpam os cofres municipais sem cerimônia. Visando apenas caprichos ou interesses pessoais, criam dificuldades e embargos ao bem público. Magnatas, ricos

¹⁰⁴ Jornal Cataguases, 07/10/1934.

¹⁰⁵ Jornal Cataguases, 05/08/1934.

¹⁰⁶ Jornal Cataguases, 07/10/1934.

industriais, vivem sob o alento de grandes lucros e criam empecilhos ao progresso que a todos beneficia. Donos de bancos, tiveram oportunidade de auxiliar a lavoura por meio de empréstimos a longo prazo e por juros módicos e nunca o fizeram. Não possuem princípios e são alheios aos interesses da comunhão. Egoístas, giram em torno de seus teares amontoando imensa fortuna. Efetuaram negócios escusos e transações financeiras ilegais e escandalosas com a prefeitura em gestões anteriores, tendo lucro de mais de 50% em prejuízo para os cofres municipais. Sempre instrumentalizaram o poder público para atender aos seus interesses particulares: isenção de impostos, construções e reformas de prédios a seu bel prazer, sem a prévia licença da prefeitura, enfim, utilizaram o poder público em favor de suas ambições privadas para enriquecer ainda mais às custas do erário público municipal. “Irmãos Peixoto e Cia. gozavam de privilégios e regalias que constituíam uma gritante injustiça aos demais proprietários da cidade, pois não pagavam as taxas d’água e remoção de lixo sobre 30 prédios nesta cidade.”¹⁰⁷ Pretensiosos homens de negócio, supõem que o seu dinheiro paira sobre os altos interesses do povo. Pedro Dutra, como cumpridor da lei e guardião do patrimônio público, pôs fim a esses privilégios que alguns industriais gozavam. “Aqui estamos com a lei, a justiça e a moral para impedir o seu avanço ao patrimônio do povo.”¹⁰⁸

3.2.2 – Manoel Peixoto

Auto-representação

Trabalhador, administrador sério e operoso, realizador, dinâmico, enérgico, empreendedor, animado, patriota, digno, honrado, pacífico, ordeiro, tolerante, democrata, respeitador da lei e do direito. Dono de notável força moral capaz de impor à anarquia a

¹⁰⁷ Processo de Ação Possessória, 1932. p. 189. CDH.

¹⁰⁸ Processo de Ação Possessória, 1932. p. 182. CDH.

disciplina de seu espírito. É um “novo” homem, de valor puro, inflexibilidade serena e nobre, energia austera e franca. Traz a felicidade perdida a Cataguases. Manoel Peixoto, figura central do movimento que restituiu Cataguases aos dias de paz, ordem e trabalho. Homem de caráter, inteligência lúcida, força de vontade inquebrantável, educado na escola do trabalho, patrimônio moral de nossa terra, devotamento pelo progresso e grandeza do rincão que lhe serviu de berço. “Sua vida pública e particular constitui uma linha reta entre o dever e a honra.”¹⁰⁹ Irmãos Peixoto: homens de trabalho, que colaboram com a riqueza pública com a atividade de seu esforço, progressistas, família que tem feito a grandeza de Cataguases. Homens bons, criteriosos e honestos na administração pública. Amigos dos operários, seus companheiros de luta. Democratas, garantem a vitória do direito e a implantação da liberdade através de pleitos livres, sem coação ou desordens. São esses alguns dos adjetivos atribuídos a Manoel Peixoto – e seus irmãos – como pessoa, empresário e político.

Todavia, a maior representação criada pelo chefe de si mesmo e que imprimiu-lhe a sua marca – a ele e a sua família – é a de progressista. A imagem do progresso associada ao nome “Peixoto” é uma constante em seus discursos. É ele o grande realizador, o responsável pelo reerguimento da cidade, aquele que reconstitui as forças e impulsiona o progresso. Dinâmico, revitaliza as energias, desperta e levanta o município, intensifica a produção, edifica e embeleza a cidade, anima o comércio, incrementa a lavoura e a indústria. “Levantemos o município”. Nasce nova era de esperanças. Trabalhar, realizar, intensificar a produção, edificar, embelezar a cidade, cuidar da lavoura, animar o comércio, incrementar a indústria, zelar pelos distritos.

Manoel Peixoto orienta a política municipal com a bússola da ordem e do trabalho, congregando as forças em prol da grandeza e prosperidade do município. Novas construções

¹⁰⁹ Jornal Cataguases, 28/01/1937.

estão se levantando na cidade, reforma de prédios, fundação de mais um banco, reforma de jardins, concerto de estradas e pontes, construção de escolas rurais. A fé e a esperança renascem nos corações. Cataguases marcha a caminho de sua completa redenção, reabilita-se, reconquistando o renome de altivez. Com ele a cidade reanima e caminha rumo a um futuro de grandeza e prosperidade. “Trabalhem para frente, para o progresso” é o seu lema.

Criadores da indústria em Cataguases, os Peixoto alimentam em suas oficinas mais de 500 operários. São os maiores proprietários da cidade, concorrendo para o aformosamento de uma grande cidade mineira. Banqueiros, possuem seus capitais investidos na lavoura. A indústria açucareira da cidade sobrevive às custas de seu esforço.¹¹⁰ Homens de larga visão comercial, multiplicaram os teares, aumentaram a produção, variaram os produtos, conquistaram mercados. Proporcionam trabalho a dezenas de pessoas na cidade e no campo. A sua produção industrial contribui para a proliferação de inúmeras indústrias menores de peças, manutenção e reparos. A grande indústria arrasta outras pequenas. O crescimento industrial contribui ainda para elevar o nível de instrução, desenvolver o comércio, melhorar os transportes, aumentar a renda do município e promover o crescimento do núcleo urbano. “Por sua conta corre 80% da existência dos estabelecimentos de ensino e comércio.”¹¹¹ Cataguases atinge notável prosperidade.

Há ainda a possibilidade de uma nova fábrica de tecidos. Irmãos Peixoto já estão em entendimento com diretores da sociedade fabril do Rio de Janeiro para instalar a nova fábrica, “demonstrando seu amor por Cataguases”.¹¹² A atmosfera é de entusiasmo. O trabalho será abundante: pedreiros, carpinteiros, tecelões... A renda da municipalidade se elevará, permitindo aparelhar-se com mais eficiência para a assistência racional, as lavouras

¹¹⁰ Cf. Processo Ação Possessória, 1932. p.211. CDH.

¹¹¹ Jornal Cataguases, 02/08/1936.

¹¹² Jornal Cataguases, 02/08/1936.

algodoeiras terão mercado seguro. É a fomentação da vida econômica da cidade e região. A contribuição da indústria no desenvolvimento urbano é enorme: é um elemento que agita, renova e cria. Trabalhadores de picareta em punho, felizes, carpinteiros e pedreiros sorridentes levantando novos prédios, reconstruindo ou melhorando os já existentes. “Homens rudes, no trabalho pesado, mas trabalhando com alegria, cantando o mesmo hino de louvor que todas as classes sociais...”¹¹³ A cidade foi convertida em uma grande oficina de trabalho.

O desenvolvimento econômico de Cataguases se deve aos seus trabalhos e empreendimentos. São eles, a principal alavanca do progresso da cidade, trazendo melhoramentos, empresas e empregos. Empresários, bons administradores, são capazes de “fazer na administração pública aquilo que eles fizeram na administração de seus bens particulares.”¹¹⁴

Essa imagem de “homens de progresso”, através da qual Manoel Peixoto e seus irmãos se representavam, interveio eficazmente no imaginário coletivo, sendo interiorizada pela população local, que ainda hoje os vê assim: como empreendedores, progressistas e responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. Mais uma vez, podemos comprovar a força das representações e a sua eficácia sobre o imaginário popular.

Representação do “outro”

Em se tratando de uma disputa política e considerando o campo das representações como uma arena privilegiada dessa disputa, Manoel Peixoto também representa seu adversário como o oposto do que se auto-representa. Pedro Dutra reúne todos os vícios e defeitos de um homem público: ditador, autoritário, ambicioso, impatriótico, demagogo, falso, mentiroso, embromador, enganador, caluniador, ladrão, metido a valente, coronel,

¹¹³ Jornal Cataguases, 27/09/1936.

¹¹⁴ Processo Crime, 1948. p. 98. CDH.

descontrolado e louco. É o modelo de como não deve ser um político e administrador. Dono de uma imaginação doentia, saneador da desordem e da anarquia, espalha intrigas e ódios. Inimigo dos pobres, pôs abaixo casas que abrigavam gente humilde, deixando várias famílias desabrigadas e sem teto. Autoritário, ameaça e amedronta seus correligionários e intimida seus eleitores. Não respeita os direitos individuais, nem de propriedade. Exerce perseguição política, usa da violência como um velho oligarca. Não respeita a liberdade de opinião e quer que todos ajam sob a sua batuta. Pratica atos ilegais, passa por cima da lei e do direito, exerce justiça pelas suas próprias mãos. Vive às custas do erário público e nada faz. Usa a lei para satisfazer interesses pessoais e esbanja o dinheiro público sem benefício para o município.

Diz ser amigo dos trabalhadores, mas na verdade espalha a anarquia e a desordem, lançando mão da intriga para indispor a ordeira classe operária contra os patrões. Infiltra na classe trabalhadora o vírus peçonhento da revolta e do despeito, “ato do comunismo”.¹¹⁵ Ao invés do trabalho, que honra e dignifica, transformava o trabalhador num mendigo, dando-lhe esmola que humilha, fazendo-lhes favores ilícitos e vexatórios com “dinheiro tirado criminosamente dos cofres públicos”.¹¹⁶ Nada fazia pela massa sofredora, conservando-se inerte e impassível diante dos padecimentos alheios.

Enquanto não derem publicamente uma demonstração igual à dos donos das indústrias, não retirarem seus dinheiros dos bancos para empregá-los em qualquer indústria que venha a acionar o desenvolvimento e a grandeza de Cataguases, os falsos defensores do nosso operariado ficam proibidos de abrir a boca.¹¹⁷

Manoel Peixoto retrata seu adversário como símbolo do atraso, tanto econômico quanto político. Representa a “velha politicagem”, utiliza sempre dos mesmos discursos tentando embromar o povo. Lançou o município numa luta partidária que não girava em torno

¹¹⁵ Jornal Cataguases, 29/11/1936.

¹¹⁶ Jornal Cataguases, 29/11/1936.

¹¹⁷ Jornal Cataguases, 29/11/1936.

de idéias, mas de desejo de mando, gerando ódios e inimizades que prejudicam o interesse coletivo. Nada fez de notável no município, pelo contrário, “desgovernou” por longos quatro anos. Foi um “colapso na marcha para o progresso do município”. As construções paralisaram, a fome e a miséria imperavam nos lares sem trabalho. Calamitosos tempos, mas que felizmente, “graças às forças construtoras do bem, esse colapso passou, desvaneceu-se, eclipsou-se nas brumas do passado.”¹¹⁸ Agora, afastado do poder, procura lançar a confusão e a discórdia e manter aceso o facho das rivalidades estéreis e improdutivas. Vem por todos os meios tentando perturbar o ambiente de tranqüilidade em que vivemos. Vive buscando motivo para enterrar a marcha do nosso progresso, tentando ressuscitar um passado morto.

Ao representar o seu adversário como demagogo e ultrapassado, Manoel Peixoto, procurava ridicularizá-lo, satirizando sua figura e associando sua imagem ao “velho”, ao “arcaico”. Pedro Dutra é retratado como o político da “velha república” e representa a velha oligarquia com tudo que há de ruim: caudilhismo, violência, autoritarismo, demagogia... é um político “carcomido”, parado no tempo. No entanto, os tempos são outros, por isso o povo não acredita mais em suas promessas. Está se tornando uma figura ridícula, repetindo sempre o mesmo discurso, que já não convence mais por ser ultrapassado.

Já Manoel Peixoto representa o “novo”. É um novo perfil de homem na política: “uma figura emergiu no tumultuar dos acontecimentos: Manoel Peixoto desconhecia a mentira, a deslealdade, a intriga, a rasteira dos meios políticos.”¹¹⁹ Como um novo homem na política não conhecia os velhos vícios e defeitos. É a pureza e o frescor do novo, que ainda é

¹¹⁸ Jornal Cataguases, 14/06/1936

¹¹⁹ Jornal Cataguases, 27/09/1936.

imaculado, sem manchas, sem velhos rancores. Não é político por profissão, é empresário e, como tal, quer o progresso e o bem da cidade. Seu discurso sempre opõe o novo ao velho, o progresso ao atraso.

“Cataguases, quem te viu quem te vê. Voltarás a ser a princesa da Mata em curto espaço de tempo. O colapso passou... o sonho mau que tiveste: um pesadelo. Todos precisam colaborar para reerguer o município que ficou esfacelado, endividado, anarquizado, empobrecido. Novo horizonte surgiu, recomeça o ritmo de atividades e trabalho que andava arredio... era a fome que rondava os lares dos operários, agora é a abundância que alegra os tetos dos pobres. Que diferença!”¹²⁰

É a nova vida, nova mentalidade substituindo a antiga mentalidade, estreita e truculenta.

Podemos perceber nesse discurso um embate característico da “modernidade” com o passado, tido como velho, ultrapassado e que não tem nada para nos ensinar e que deve, portanto, ser esquecido. O homem novo está com os olhos voltados para o futuro. É lá que está o progresso, a vida civilizada, o bem viver e Manoel Peixoto está realizando este futuro agora. Suas indústrias estão proporcionando o progresso e acelerando o desenvolvimento, acelerando a marcha da cidade rumo ao seu inevitável futuro brilhante e promissor.

Nesse embate, Manoel Peixoto procurava ainda desconstruir o discurso de seu adversário, produzindo um contra-discurso, ou melhor, uma contra-representação. Assim, como Pedro Dutra se representava como democrata, liberal, tolerante e protetor dos pobres e trabalhadores, Manoel Peixoto constrói uma contra-representação, retratando-o como autoritário, ditador e inimigo dos pobres. Para rebater as acusações de seu adversário, também produz um contra-discurso. Por exemplo. Como Pedro Dutra enfatiza a exploração dos operários por parte dos industriais, Manoel Peixoto cria e reforça uma imagem de “harmonia” entre as classes sociais. Todos trabalhando lado a lado, unidos e felizes pelo progresso da

¹²⁰ Jornal Cataguases, 22/11/1936.

cidade. É a luta política sendo travada no campo das representações.

Como podemos ver, há muita coisa em comum na imagem que cada um cria de si mesmo e do outro. Ambos se representam como democratas, tolerantes, honestos, trabalhadores, justos, bondosos, dignos e representam seu adversário como o oposto. Todavia, apesar das semelhanças, podemos detectar algumas especificidades nos dois discursos.

A característica mais marcante no discurso de Pedro Dutra é a luta entre o público e o privado. Pedro Dutra se auto-representa como defensor dos interesses públicos e do patrimônio municipal. É o grande guardião dos bens da coletividade. Já o “carro chefe” do discurso de Manoel Peixoto é a imagem do progresso. Ele e seus irmãos são os grandes responsáveis pelo progresso da cidade. Industriais, promovem o emprego e o desenvolvimento do município. Constroem a cidade.

Um outro aspecto que nos chama a atenção nos discursos dos dois chefes é a luta entre “o bem e o mal”. Cada um se auto-representa como a “força do bem” e representa seu adversário como a “força do mal”. É a democracia contra a ditadura, a tolerância contra o autoritarismo, a justiça contra os abusos do poder, a lealdade contra a traição, a lei contra os negócios escusos, o bem coletivo contra o egoísmo individual, a verdade contra a mentira, o progresso contra o atraso, a bondade contra a maldade.

A disputa no campo das representações é a luta do bem contra o mal. Isso repercute de maneira muito forte no imaginário coletivo. A evocação de imagens do sagrado, como bem e mal e de valores universais, como justiça, fraternidade, igualdade, liberdade, atinge diretamente o coração e a sensibilidade das pessoas, possibilitando aos criadores das representações – no nosso caso, os dois chefes políticos em disputa – conduzir a população para o fim almejado, orientado seus sentimentos e emoções.

Aliás, é exatamente aí que reside a força das representações e do imaginário. Mirabeau já dizia que o povo é guiado por “objetos imponentes, imagens chamativas, grandes espetáculos, emoções fortes”¹²¹ e aconselhava que o poder deveria se apropriar da imaginação coletiva para guiar as massas. O controle do imaginário e de suas representações permite aos donos do poder influenciar o comportamento das multidões, modelando-as de acordo com os resultados desejados, capturar e canalizar suas energias, orientar seus medos, desejos e esperanças e arrastar “os indivíduos para uma ação comum.”¹²² É justamente essa sua capacidade de mobilização que atrai o poder. Por isso o imaginário é objeto de disputa política. E, segundo BACZKO, o imaginário social se torna inteligível e comunicável pela produção de “discursos” através dos quais se efetuam as representações.

Assim, num cenário de disputa política temos, por um lado, a exaltação do chefe através de representações engrandecedoras e por outro lado, a desvalorização do adversário, através de representações negativas e deslegitimadoras. Ou seja, para combater o adversário, além de representá-lo com imagens “negativas”, é necessário colocar em “xeque” a sua legitimidade, questioná-la, invalidá-la para corroer a base sustentatória de seu poder, construir uma contra-representação, uma outra legitimidade. É o que podemos verificar nos discursos de Pedro Dutra e Manoel Peixoto, quando se dá o enfrentamento político no campo das representações.

3.3 – A representação e o “real”

Assistimos atualmente uma grande discussão em torno do conceito de representação e sua ligação com o real. Para os autores modernos existe um mundo real e é possível

¹²¹ BACZKO, B. Op. cit. P. 302

¹²² Idem. P. 311.

representa-lo e essa representação deve estar o mais próximo possível do real. Já para os autores ditos “pós-modernos”, o real não existe enquanto tal; são as representações e o imaginário que definem o que é real. Assim, o discurso não é o real refletido na linguagem, pelo contrário, é o discurso que constitui o que é real.

No nosso caso, entendemos que não há como desvincular representação e realidade. Sabemos que a representação não é uma cópia perfeita do real, que ela possui uma forte carga imaginária, contudo, ela é construída a partir do real. Podemos constatar isso no nosso objeto de estudo. A representação que cada um dos atores faz de si mesmo, não é algo que lhe é totalmente alheio e adverso, pelo contrário, encontramos pontos de coincidência entre o discurso e sua vivência social. Vejamos: Pedro Dutra se auto-representa como protetor dos mais humildes, defensor da lei e da “coisa pública”, do bem comum acima dos interesses privados. Se olharmos para sua trajetória de vida, veremos que não se trata de uma “fantasmagoria”, de um discurso que lhe é totalmente estranho.

Filho de Astolfo Dutra Nicácio, político atuante na Primeira República brasileira, Pedro Dutra certamente aprendeu muito com o pai e, através desse convívio, pode dar os primeiros passos na arte da política. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1921 e logo depois ingressou na vida política como vereador. Elegeu-se deputado estadual, deputado federal e foi nomeado presidente de diretório do partido. A política era sua grande paixão. Foi político a vida inteira. Político e advogado. Aliás, as duas funções pareciam misturar-se. As causas que defendia em ambas eram basicamente as mesmas. Como advogado, empenhava-se tanto na defesa dos direitos mais simples como nas causas mais complexas. Segundo relato de pessoas que o conheceram, atendia igualmente a todos em seu escritório, sem distinção social. Não recusava causas de pessoas mais simples e de baixo poder aquisitivo, pelo contrário, propunha inúmeras reclamações trabalhistas,

exigindo o cumprimento da Legislação do Trabalho, quando esta entrou em vigor. Quando estourou o golpe militar em 1964, impetrou diversos *habeas-corpus* em favor de presos políticos.

Sua atuação como deputado federal na Constituinte de 1946 não foi diferente: apresentou várias emendas de cunho social ao projeto. Numa emenda ao artigo 164, parágrafo 24, propunha a participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas nunca inferior a 30% e justificava como sendo uma “questão de ordem, justiça e tranquilidade social”.¹²³ Numa outra emenda ao referido artigo, propunha assistência ao trabalhador: dentista, médica, farmacêutica, sanitária e hospitalar; a crianças e gestantes e direito ao descanso antes e depois do parto e determinava 10% do lucro anual da empresa para esse fim, que pertenceria ao fundo social das empresas de cada município.

Além das questões sociais, podemos observar através das emendas que o deputado apresenta ao projeto da Constituição de 1946, a preocupação com a “coisa pública”. Ao artigo 159, ele propõe, no parágrafo 43, a diferenciação de “bens do patrimônio do poder público” e “bens pertencentes ao povo em geral e a ninguém em particular”. Ambos sendo administrados pelos chefes executivos, sendo que os primeiros podem ou não ser alienados, e os segundos em hipótese alguma são objetos de negociação.

Já destacamos a ênfase que o Pedro Dutra dava à defesa do bem público e dos interesses coletivos. Percebemos aqui a influência de toda uma formação familiar e intelectual voltada para a política e para o trato com a “coisa pública”. Uma formação cívica nos moldes de uma cultura política republicana, que o acompanhou durante toda a sua trajetória, desde os tempos de acadêmico.

¹²³ Emendas apresentadas por Pedro Dutra ao projeto da Constituição de 1946. CDH

Chamamos de cultura política um conjunto de atitudes, normas, valores, crenças, linguagem e imaginário, partilhados por determinado grupo e que tem como objeto os fenômenos políticos. Numa mesma sociedade, ou no interior de uma nação, podemos encontrar uma pluralidade de culturas políticas, sendo que uma pode exercer hegemonia sobre as demais. Assim, na primeira metade do século XX, a cultura política republicana, cuja origem remonta a Filosofia das Luzes e os ideais da Revolução Francesa de 1789, desempenhou um papel preponderante.¹²⁴ São justamente temas como liberdade, justiça, bem público e virtudes cívicas que alimentam os debates de autores ligados ao pensamento republicano.

A tradição republicana privilegia a idéia do público e do bem coletivo sobre os interesses privados. Alimenta a prática de virtudes cívicas, isto é, ligadas a vida da cidade, espaço comum de convivência que permite aos cidadãos desenvolver todas as suas capacidades, como dizia Aristóteles. É o regime de homens livres que, independentes de sua posição social e econômica, têm como objetivo o bem comum. Para isso, é preciso que cada um modere suas paixões e seus interesses, subordinando-os a um interesse comum e superior: a existência da polis, da vida política integradora de todos os cidadãos. “Modera-se então a riqueza de uns e limita-se a independência de outros para que a polis possa existir e cada um viver, segundo seus interesses, o melhor possível.”¹²⁵

Isso quer dizer que acima dos interesses particulares existem valores maiores que devem pautar a vida dos cidadãos e, por outro lado, é a vida na polis que permite a realização

¹²⁴ Cf. BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, J.P. & SIRINELLI, J.F. (org) Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 13-36.

¹²⁵ CARDOSO, Sérgio. “Que república?” In: BIGNOTTO, N.(org.) Pensar a República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

dos interesses privados. Daí, conforme ressalta CARDOSO, o caráter balizador do regime republicano, equalizando o espaço comum, independente das diferenças econômicas e sociais.

Portanto, virtude para os antigos, passa pela idéia de abnegação: “a república tem no seu âmago uma disposição ao sacrifício, proclamando a supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular”.¹²⁶ Conforme salienta RIBEIRO, a idéia de dever está enraizada na temática republicana. Dever este que se estende a todos: a quem manda e a quem obedece. Isto significa que numa república quem faz a lei deve obedecer a ela. Talvez por isso a república ser também definida como o regime das leis e das instituições.

No nosso entender, ao longo de sua trajetória acadêmica e política, Pedro Dutra alimentou-se de uma cultura republicana, o que fica visível na sua prática política enquanto prefeito, deputado e chefe partidário. Como prefeito e chefe local sempre advogou em favor do bem público e dos interesses da coletividade, entrando, muitas vezes, em confronto com interesses particulares, como demonstram os dois processos cíveis já mencionados aqui ¹²⁷ e, como deputado, sua conduta não foi diferente legislando em prol da causa pública.

Pelo que foi exposto aqui, podemos constatar uma coerência na sua prática profissional como advogado e político, e esta não destoa de seu discurso sinalizando para uma correspondência entre a representação que fazia de si mesmo e a sua vivência social.

A história de vida de Manoel Peixoto difere bem da do seu opositor. Não frequentou curso superior, fez os cursos primário e secundário na própria cidade e começou cedo o trabalho na fábrica, aos 16 anos. Quando seu pai morreu, estava com apenas 18 anos e teve que assumir a empresa, juntamente com seus irmãos. Homem prático e objetivo, fez crescer a fábrica – Indústria Irmãos Peixoto – que se tornou o núcleo de suas empresas.

¹²⁶ RIBEIRO, R. J. “Democracia versus República” In: BIGNOTTO, N. op. cit. p.18.

¹²⁷ Ações Possessórias: 1931, autor: Domingos Tostes e 1932, autor: Irmãos Peixoto. CDH.

Através de investimentos da pequena empresa, outras indústrias foram sendo criadas: Companhia Industrial Cataguases, Companhia Manufatora de Tecidos de Algodão, Companhia Mineira de Papéis e Indústrias Químicas Cataguases Ltda. Manoel Peixoto foi diretor-presidente de todas elas, com exceção da primeira. Espírito empreendedor, “se fez” através de seu trabalho e acumulou capital com seus negócios. Capital este investido em mais indústrias. Não se via como “explorador de mão- de- obra”, como o retratava seu opositor, mas como alguém que dava emprego, dinamizava a economia e investia seus lucros em benefício da cidade, trazendo-lhe inúmeras melhorias.

Encontramos aí um elemento do pensamento liberal clássico: o lucro do capitalista é benéfico, pois se torna capital, sendo investido para gerar mais empregos e dinamizar a economia proporcionando melhorias para toda a sociedade. Ao Estado não cabe interferir nos negócios, mas zelar pela ordem interna, proteger a propriedade privada e garantir o cumprimento da lei (ou dos contratos).

Para Adam Smith, considerado por muitos, o “pai do liberalismo clássico”, o interesse privado era um meio de assegurar ao homem o progresso geral da riqueza. Isso porque, ao buscar a satisfação de seu interesse particular, o indivíduo acaba atendendo ao interesse da sociedade como um todo. Assim, o melhor é conceder plena liberdade de ação aos interesses privados. Com isso, as funções de Estado devem ser reduzidas. Em sua obra, “Riqueza das Nações”, Smith afirma que ao Estado caberiam três funções: manter a paz, impostos módicos e uma tolerável administração da justiça. Tendo isso, tudo o mais viria com o decurso natural das coisas. São as leis naturais do mercado. É a liberdade que gera o bom preço, o aumento da produção e a riqueza da nação.

Portanto, a política mais favorável à economia, é a liberdade. Manoel Peixoto, como industrial que era, filiava-se a essa corrente de pensamento e, como político, engrossava os

quadros da UDN. Devemos lembrar que o liberalismo sempre foi o ponto de referência do udenismo. O partido sempre se apresentou como o legítimo herdeiro da tradição liberal no Brasil. Portanto, o fato de Manoel Peixoto ser industrial e filiado a UDN, não é uma simples coincidência: há uma cultura liberal permeando sua prática política.

Manoel Peixoto elegeu-se deputado estadual em 1934, deputado federal em 1954 e chefiou a oposição local. Não era um político de profissão, nem tinha a oratória de seu adversário. Era acima de tudo um empresário. Um empresário na política.

Vimos que Manoel Peixoto se auto-representava como homem do trabalho e do progresso, responsável pelo desenvolvimento econômico da cidade. Assim como no caso do seu opositor, sua trajetória e vivência social não destoam muito da representação que construía de si mesmo.

Ao tentar traçar um perfil dos dois chefes, mostrando um pouco de suas trajetórias de vida, não pretendemos lançar mão de um simples determinismo e afirmar que o meio produz o indivíduo. Contudo, não podemos também cair num outro extremo e simplesmente ignorar as condições sociais, uma vez que o homem é um ser histórico e não faz sentido tentar compreendê-lo fora de seu tempo e de sua vivência social. O propósito dessa ligeira exposição é demonstrar a vinculação que há entre as representações e o real; entre a representação e as práticas sociais.

Como podemos observar, as representações que cada um criava de si mesmo não surgiam do “nada”, estavam vinculadas às suas idéias e convicções e às suas práticas sociais. Mas, por outro lado, há também uma construção. Essas imagens foram construídas pelos dois chefes e construídas num contexto de disputa política acirrada. Portanto, não podem ser vistas também como simplesmente um reflexo ingênuo do real. Havia uma briga pelo poder e isso não pode ser esquecido ou desprezado. As representações que cada um fazia de si mesmo e do

outro foram criadas tendo em vista um fim, que é a conquista do poder. Assim essas imagens foram cuidadosamente elaboradas, trabalhadas e, uma vez criadas, foram amplamente exploradas pelos dois chefes.

Podemos dizer que houve uma instrumentalização das representações, uma vez que elas foram utilizadas como ferramentas eficientes e eficazes na disputa pelo poder. Já destacamos a importância do componente simbólico que há nas representações. Os dois contendores com certeza souberam explorar bem o imaginário e os símbolos em seus discursos apelando para os sentimentos e as emoções da população. Souberam explorar ao máximo essas imagens para mobilizar o povo e conduzi-lo de acordo com seus interesses políticos. Aliás, é exatamente aí que reside a força política das representações.

Capítulo IV

Disputa política no campo da memória: a busca da perpetuação do poder.

Além do campo eleitoral e das representações, a luta política entre os dois chefes foi travada também no campo da memória. Nessa esfera a disputa se faz sentir através da construção/ desconstrução de espaços e “lugares de memória”.

Os dois contendores colocaram – ou buscaram colocar – em prática projetos urbanísticos de modernização da cidade e, através deles, travaram uma luta pela posse e monopólio da memória coletiva, buscando cada um, impregnar sua marca na cidade e associar seu nome e de sua família à história do município.

Para entendermos a disputa neste campo específico, vamos procurar conhecer o projeto de modernização de cada um e como os atores utilizavam-se da construção desses espaços para tentar se apropriar da memória coletiva. Inicialmente gostaríamos de lembrar que estamos utilizando o conceito de “modernização” e não “modernidade” porque, conforme foi mostrado na introdução desse trabalho e como teremos oportunidade de constatar neste capítulo, o primeiro conceito se mostra mais adequado ao objeto que estamos tratando.

4.1 – O projeto modernizador de Pedro Dutra

No seu discurso de posse como prefeito em 1931, Pedro Dutra promete: construção de um matadouro com todos os requisitos de higiene; construção de um mercado municipal, garantindo a saída dos produtos da lavoura; obras de saneamento como demolição de cortiços no perímetro urbano; retificação e canalização de córregos; calçamento de ruas, jardins e arborizações; estradas de rodagem com plano de viação rodoviária, ligando os distritos entre

si e ao município; construção de uma Vila Operária na zona suburbana; abertura de escolas rurais e noturnas.¹²⁸

Podemos constatar que, de maneira geral, essas promessas foram cumpridas e se observarmos as obras realizadas em sua gestão, veremos que elas convergem em três direções: higienização e saneamento, estradas e escolas. Além e acima dessa tríade, notamos ainda uma constante preocupação com a questão do planejamento urbano, ou seja, a necessidade de se traçar um plano através do qual o crescimento da cidade deveria ser pautado.

A questão higiênica e de saneamento é a primeira grande preocupação do prefeito e esta preocupação não é infundada nem por acaso. Em 1920, Pedro Dutra exerceu o cargo de agente recenseador e, ao fazer o recenseamento do município, pode constatar de perto as condições higiênicas e de moradia. Num relatório apresentado ao Delegado Regional do Recenseamento, ele descreve a situação:

A maior parte dos fazendeiros e sitiantes moram em casas apenas assoalhadas e cobertas de telhas. Não são forradas. (...) Vêm-se frequentemente currais de bois encostados à casa. O porão da mesma é, às vezes, curral de bezerros!... as cervas de porcos ficam bastante, não raramente, a dois passos da residência!!...¹²⁹

As condições de moradia na zona urbana não são muito diferentes:

Pelo atual recenseamento sabe-se, pelo menos aqui em Cataguases, que o número de prédios do município é de 9.037 e o de habitações 9.243, dando uma média de seis habitantes por moradia. Isso porque há muitos prédios divididos em várias moradas (...) Desses prédios 4807 são assoalhados cobertos de telhas, ou seja, 53,5%; 2550 são sem assoalhos cobertos de sapé (ranchos), ou seja, 27,5%; 610 sem assoalho cobertos de taboinhas, ou seja 7%; 970 sem assoalho coberto de zinco ou bicas de palmito, ou seja 11%; e 100 assoalhados cobertos de sapé, taboinhas, ou seja 1%.¹³⁰

¹²⁸ Discurso de posse proferido por Pedro Dutra. Jornal Cataguases, 24/05/1931.

¹²⁹ Jornal Cataguases, 08/12/1946.

¹³⁰ Jornal Cataguases, 08/12/1946.

Ao que tudo indica, esse levantamento que conseguiu realizar através de seu trabalho como recenseador, alicerçou parte de seu programa de governo. Uma de suas primeiras medidas como prefeito foi a demolição de cortiços “infectos” situados na zona urbana da cidade, mais precisamente na rua Coronel Vieira, centro da cidade e Vila Tereza. Segundo notícia o jornal Cataguases de 24 de maio de 1932, mais de 100 cortiços foram demolidos. A demolição dos casebres situados à rua Coronel Vieira, que culminou num processo, já mencionado no capítulo anterior¹³¹, resultou de uma portaria baixada pelo prefeito – Portaria nº 15 de 28 de junho de 1931 – autorizando o ato, tendo em vista que as moradias números 59, 61, 63 e 65 eram anti-higiênicas, encontravam-se em ruínas e já estavam condenadas pela Saúde Pública desde 1929, sendo que o proprietário foi notificado e nenhuma providência tomou. Apesar da ação judicial e dos protestos do proprietário, os casebres foram demolidos.

Essa preocupação do prefeito com a higienização da cidade e o saneamento pode ser percebido através das leis e portarias assinadas por ele. O artigo 10 da lei nº 346 diz o seguinte: “Toda vez que no perímetro urbano ou suburbano um prédio ou lugar não satisfizer as exigências do Registro Estadual nº 8116 de 31 de dezembro de 1927, a autoridade sanitária intimidará o proprietário a corrigir as falhas, desocupar ou fechar os prédios até que sofra os melhoramentos ou demoli-lo”.¹³² O artigo 11 autoriza o prefeito a desligar o serviço de água e esgoto dos referidos prédios. O prefeito afirma ainda que não dará a quem quer que seja, autorização para reformar ou construir casas, que estejam condenadas pela higiene ou concertos e reparos que não satisfaçam às exigências do referido regulamento estadual. A concessão do alvará de licença para construção de prédios no perímetro urbano, fica vinculado ao cumprimento da lei municipal nº 278, onde encontram-se exigências quanto a

¹³¹ Ação Possessória, 1931. Autor: Domingos Tostes. CDH.

¹³² Jornal Cataguases, 14/06/31.

altura mínima dos cômodos, tamanhos das portas e janelas, iluminação e ventilação, entre outras normas que buscam garantir as condições higiênicas e sanitárias das moradias. Uma outra lei obriga a limpeza de todas as posses e terrenos vagos na zona urbana e intimida seus proprietários a mura-las, bem como aterrar escavações em que se estagnem águas fluviais ou qualquer coisa que torne imundo esses lugares.

Para a melhor execução das leis foram criados cargos como de limpeza pública e a instituição da “turma do mata mosquito”, que fazia visitas às habitações e caixas d’água. Foi acionado também o Posto Higiênico, responsável por visitas, palestras informativas com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância dos cuidados higiênicos e pelo “habite-se”, uma espécie de certificado concedido por esse órgão às casas vistoriadas. Açougues, padarias, restaurantes e barbearias também não escapavam da fiscalização dos agentes sanitários. Uma nota no Jornal Cataguases de 23 de setembro de 1931, instrui o público a cobrar higiene nas barbearias, exigindo a desinfecção de todos os aparelhos usados. Os donos de bares, restaurantes e hotéis deveriam manter as louças e utensílios esterilizados, as instalações sanitárias em perfeita limpeza e não acumular lixo.

Todas essas medidas demonstram a preocupação do prefeito com a higienização e o saneamento da cidade, seja em casas particulares ou nas vias públicas. Alguns anos depois, Pedro Dutra publica no Jornal Cataguases de 08 de dezembro de 1946, um balanço do que foi feito de 1920 até aquela data. Entre outros benefícios encontramos: reforma do serviço de abastecimento de água potável à cidade, com instalações de filtros e tratamento de água e instalações e melhoramentos das redes de água e esgoto em todas as sedes dos distritos. Afirma que o número de habitações do município, com requisitos de higiene, melhorou 50% e elogia a atuação dos médicos, tendo em vista a melhoria das condições higiênicas da população rural. Apesar de ser um instrumento de propaganda política, este balanço deixa

transparecer a preocupação e o empenho de Pedro Dutra em sanar as deficiências registradas neste setor, quando realizou o censo em 1920.

Uma outra frente de atuação de Pedro Dutra enquanto prefeito, foi a construção de estradas. Abriu diversas estradas de rodagem ligando os distritos entre si e à sede do município, bem como as cidades da região: Cataguases-Laranjal; Cataguases-Sereno-Santana; Cataguases-Aracati-Vista Alegre; São Manoel do Guaiáçu-Astolfo Dutra; estrada de automóveis Cataguases-Leopoldina, além da construção e reparo de pontes.

A abertura de estradas é importante não só para circulação de pessoas. É fundamental para dinamizar a economia local, uma vez que permite melhor circulação e comercialização dos produtos da região. Aliás, a tentativa de incremento da economia municipal pode ser percebida ainda através da criação da feira livre, que permitia o escoamento dos produtos da lavoura da região e fomentava o mercado interno.

Uma terceira frente de sua atuação como prefeito e também deputado é a abertura de escolas. Várias escolas foram criadas na cidade e distritos, através de sua intervenção e influência junto a políticos e governadores: Grupo Escolar Guido Marlière, Grupo Escolar Astolfo Dutra, grupos escolares em Sinimbu, Guaiáçu, Cataguarino, Vista Alegre, Santana, Astolfo Dutra, Dona Euzébia, Joaquim Vieira e Colônia Major Vieira. Grupo Escolar Flávia Dutra, grupo noturno Professor Quaresma, Jardim de Infância Vigário Cassimiro e escolas rurais.

Finalmente temos a questão do planejamento urbano. Em 1931, logo após a sua posse como prefeito, Pedro Dutra amplia o perímetro urbano, divide o município em zona urbana e suburbana e designa um engenheiro para fazer uma planta delimitando a zona urbana e as plantas dos bairros da zona suburbana. Este é o primeiro passo para se pensar racionalmente a cidade e planejar seu crescimento. O próximo foi cuidar das vias públicas: arborizações,

nivelamento e calçamento de ruas, passeios e jardins. A parte baixa da rua Coronel Vieira e outros trechos da cidade foram nivelados para evitar inundações. A avenida Astolfo Dutra foi ampliada e pavimentada com paralelepípedos (anexo 4), outras ruas também receberam calçamento como a avenida Antônio Carlos e a rua Francisco de Barros. Os passeios passaram a ser exigidos no perímetro urbano: “Todo proprietário é obrigado a construir o passeio de seu prédio ou terreno na testada da rua, arrumar e nivelar passeios ruins”.¹³³ A lei autorizava ainda a prefeitura a exigir que, em determinadas avenidas e ruas, as calçadas fossem feitas de um só material e obedecerem a um só desenho, demonstrando a preocupação com a estética e a beleza. Praças e jardins também foram remodelados. O programa de reforma dos jardins concretizou-se em 1946, com a reconstrução da praça Rui Barbosa e praça Santa Rita, sendo para isso contratados técnicos de outras localidades.

As construções particulares também eram fiscalizadas. Pela lei municipal nº 278 não se podia – como ainda hoje – realizar nenhuma construção, acréscimo ou concerto sem a licença da prefeitura e esta só concedia o alvará de licença para construção de prédios no perímetro urbano se eles estivessem de acordo com as normas previstas na referida lei. Esta exigia, entre outros: afastamento mínimo das construções e respeito ao alinhamento da rua ou praça e que, “visando o efeito estético de um conjunto de construções, que os prédios a serem construídos em certas praças, avenidas ou ruas, obedeçam a determinados requisitos ou as linhas gerais de um tipo arquitetônico”.¹³⁴ Essa exigência demonstra, mais uma vez, a preocupação de Pedro Dutra com a beleza e a estética da cidade.

Essa mesma preocupação aparece no projeto urbanístico da Vila Tereza.(anexo5) Esse terreno, situado à margem esquerda do rio Pomba, era ocupado por inúmeros casebres. Ali,

¹³³ Artigo 118 da lei municipal nº 350, publicado no Jornal Cataguases 21/06/31.

¹³⁴ Artigo 10 da lei nº 278. Anexo ao Processo de Ação Possessória, 1931. CDH.

Pedro Dutra planejou construir um bairro “chique”. Demoliu os casebres, abriu e nivelou ruas e avenidas, delimitou os passeios. Para a construção das casas, impôs normas: estas deveriam ser recuadas e obedecerem a um determinado estilo arquitetônico¹³⁵. Além do hospital, situado na área, o novo bairro ganhou também um grupo escolar. O projeto de urbanização da Vila Tereza tinha por objetivo, segundo Pedro Dutra, o “descongestionamento de outros bairros e a modificação do estilo arquitetônico das novas residências”.¹³⁶

Um outro plano que compõe o projeto urbanístico de Pedro Dutra é a construção de uma Vila Operária. Situada na zona suburbana, a vila foi planejada para ter ruas arborizadas, praças ajardinadas e habitações higiênicas. Os lotes, garantindo espaço para horta e quintal, deveriam ter um preço ínfimo para permitir ao trabalhador a posse de sua casa própria.

Esses projetos, abandonados por seus opositores, foram retomados em 1945, quando Pedro Dutra retoma a chefia política local, especialmente a urbanização da Vila Tereza. O chefe lamenta o abandono e o fato de terem sido efetuadas construções contrárias às determinações iniciais. A preocupação com o planejamento retorna: seu prefeito, Edison Vieira de Resende, propõe a elaboração de um “Plano da cidade”, que seria uma espécie de tutela do aspecto urbanístico da cidade.

Planta da cidade, delimitação da zona urbana e suburbana, higienização e saneamento, demolição de cortiços, nivelamento de ruas, abertura de avenidas, limpeza e a ampliação das vias públicas, construção de passeios, praças e jardins, projetos de moradias, planejamento urbano, abertura de estradas. Estamos falando de um projeto modernizador. Definimos modernização como um processo de mudanças ocorridas nos campos: econômico, social, político e cultural, que teve início na Europa no século XVIII e que se estendeu para outras

¹³⁵ O documento não especifica o tipo de estilo arquitetônico.

¹³⁶ Jornal Cataguases, 18/12/32.

nações e povos através do colonialismo. Esse processo de mudanças tem na racionalização a sua essência, quer na esfera política, econômica ou social. Na política, temos o surgimento do Estado burocrático centralizado e administrado racionalmente. Na economia, um sistema de produção mais racional e eficiente, com divisão de trabalho cada vez mais acentuada e utilização de tecnologias cada vez mais modernas. Essa modernização reflete na esfera social e pode ser detectada através das novas exigências de alfabetização e urbanização. Portanto, a redistribuição e remodelação dos espaços urbanos para atender a essas novas exigências do sistema produtivo e ao crescente êxodo rural, é um aspecto característico da modernização.

Cataguases nas décadas de 1930 e 1940 viveu uma significativa transformação econômica: de uma cidade agrária foi se transformando em uma cidade industrial. As lavouras tradicionais, como café e cana-de-açúcar entraram em declínio. Na sede do município começaram a surgir fábricas de tecido e outras pequenas indústrias. Diante desse quadro, tivemos um aumento do êxodo rural e a cidade começou a receber inúmeras famílias da zona rural em busca de emprego e moradia. A questão da moradia se tornou um problema urgente a ser resolvido. A este, somam-se outros: o baixo nível de instrução da população, as péssimas condições higiênicas, problemas de saneamento, precariedade das estradas que dificultam a circulação de pessoas e mercadorias, precariedade dos meios de comunicação... É preciso remodelar a cidade, construir, reorganizá-la para se adequar aos novos tempos e às novas exigências. E para isso essa remodelação deve ser racional, esse crescimento deve ser planejado para evitar o caos urbano. Os novos bairros, as ruas, calçadas e avenidas devem respeitar um plano traçado racionalmente, dentro das exigências sanitárias e estéticas. Isso é planejamento urbano. Isso é modernização e foi isso que encontramos no programa de governo de Pedro Dutra.

4.2 – O projeto modernizador de Manoel Peixoto

O projeto modernizador de Manoel Peixoto caminhou em duas direções que, embora sendo específicas, andaram paralelas e podemos dizer que, em alguns momentos convergiam: indústria e arquitetura. Contudo, antes de nos debruçarmos sobre essas duas “frentes”, gostaríamos de esclarecer que a iniciativa dessas obras se deve, não somente a Manoel Peixoto, como também a seus irmãos, principalmente Francisco Inácio Peixoto, José Inácio Peixoto e João Inácio Peixoto. Portanto, ao tratarmos desse tema estaremos nos referindo aos feitos da família, ou melhor, dos irmãos Peixoto.

Tudo começou em 1911 quando seu pai adquiriu uma pequena companhia de fiação e tecelagem na cidade. Com sua morte, seis anos depois, os irmãos passaram a administrar a fábrica que teve sua razão alterada para Indústria Irmãos Peixoto. Os cem teares iniciais foram ampliados para mil e a pequena fábrica cresceu e se tornou núcleo de um pequeno parque industrial, com a instalação de quatro novas indústrias na cidade. Em 1936 foi criada a Companhia Industrial Cataguases, tendo como diretor-gerente José Inácio Peixoto. A instalação da nova fábrica de tecidos movimentou a cidade, trazendo promessas de desenvolvimento e progresso. O então prefeito Joaquim Cruz, assim descreve os benefícios:

(...) com a fábrica virá a construção de vila operárias, emprego para operários, marceneiros, pedreiros, que têm passado seis longos anos de dificuldades. Com o emprego de 600 operários, é previsível o aumento de 1.500 a 2000 habitantes (mais de 25% da população atual), melhorando a demanda de bens, inclusive da área rural, assim como a valorização das casas, desenvolvimento do comércio, novos centros de diversão, aumento da renda rural e o favorecimento da cultura de algodão.¹³⁷

O decreto lei nº 96 de 1936 concede terreno para sua construção, isenta de impostos

¹³⁷ Cia. Industrial Cataguases. Disponível na Internet no URL: <http://www.cataguases.com.br/por/historia/index4.htm> p.3. 23/11/2003.

municipais por 25 anos, bem como gratuidade de água e a intercessão junto ao governo estadual para outras facilidades. Segundo as autoridades municipais, todas essas vantagens se justificavam perante os benefícios que a nova indústria traria à cidade, transformando-a num centro dinâmico e progressista.

Em 1943 foi criada uma nova fábrica na cidade: a Companhia Manufatora de fios de algodão. Destinada inicialmente à produção de fios, com o tempo passou também a fabricar tecidos de algodão e alguns anos depois iniciou a produção de algodão hidrófilo da marca Apolo. Em 1954, Manoel Peixoto e outros empresários locais criaram mais uma indústria na cidade: a Companhia Mineira de Papéis, voltada para fabricação e comércio de papéis e celulose e, em 1961 foi criada a Indústria Química Cataguases, tendo à frente os irmãos Manoel Peixoto e Francisco Inácio Peixoto.

A abertura de indústrias proporcionou não só mais oferta de empregos, mas também uma dinamização da economia local, como sinaliza Joaquim Cruz em seu discurso. E não só o comércio foi ativado com a indústria, mas o próprio setor produtivo. A abertura de uma indústria sempre traz consigo outras pequenas indústrias a reboque, como por exemplo, oficinas de peças de reposição.

No caso de Cataguases, isso pode ser verificado empiricamente: as indústrias de tecidos acabaram forjando o surgimento de uma fundição na cidade, o que se verificou em 1958, com a criação da Fundição Cataguases que, utilizando o ferro gusa como matéria-prima, fabricava maquinas para os teares das indústrias têxteis e peças de reposição para fiação e tecelagem. Um outro exemplo é a Indústria Química, que resultou de uma demanda da Companhia Mineira de Papéis. A primeira, além da produção de bauxita, fabrica ainda produtos químicos utilizados na fabricação do papel, como o sulfato de alumínio ferroso, usado no tratamento da água industrial na fabricação de papel; o hipocloreto de cálcio, usado

no clareamento da massa da celulose e o metaluminato de sódio, usado para elevar o ph da massa da celulose, além de auxiliar a colagem do papel e evitar deterioração do mesmo provocadas pela acidez.

A instalação de indústrias trouxe consigo a construção de Vilas Operárias. Em 1943, a Companhia Industrial Cataguases construiu cerca de 44 casas próximas as suas instalações, para os operários. Outras indústrias, como a Irmãos Peixoto e a Companhia Mineira de Papéis, também construíram casas para seus empregados.

A construção dessas vilas operárias permite, pelo menos, uma dupla leitura. Há uma leitura corrente, que consiste em inserir as vilas operárias dentro de um contexto de novas formas de organização do trabalho. Uma vez esgotado o taylorismo, tornava-se necessário a criação de novas formas de controle do trabalho e o fordismo vem responder a essa demanda. Ao lado da linha de montagem e da política de salários, criaram-se novos mecanismos de controle social, e a construção das vilas operárias insere-se nesse quadro.

A construção de casas para os operários perto da fábrica permite um controle do trabalhador fora do seu espaço de trabalho, mantendo-o sempre sob vigilância, mesmo nas suas horas de lazer e descanso, além de controlar melhor seus horários de trabalho, evitando atrasos e faltas desnecessárias. A reunião das casas operárias em torno da fábrica, num mesmo espaço, possibilita também um controle social: quando sai, a que horas volta, o que faz nos fins de semana, quem recebe em sua casa, com quem convive... O apito da fábrica rege a vida do operário e por extensão, de toda a sua família, impondo-lhe a rotina do trabalho e disciplinando-o: hora de acordar, hora de parar para a refeição, hora de retornar ao trabalho, hora do descanso, hora de começar de novo.

Uma segunda leitura possível sinaliza para a questão habitacional e urbana. Com a chegada de um contingente cada vez maior de pessoas buscando emprego nas fábricas e

“melhores condições de vida” na cidade, o problema de moradia agrava-se. Torna-se necessário a construção de casas populares e alugueis a preços módicos para sanar, ou pelo menos amenizar o problema. Além disso, algumas dessas residências contribuíram para moldar o novo estilo arquitetônico da cidade. É o caso da vila operária da Companhia Industrial Cataguases, conhecida com Bairro Jardim, com casas afastadas tendo jardins à frente. Essas habitações reproduzem a hierarquia interna da fábrica: as casas dos funcionários de postos mais elevados diferenciam-se das casas dos simples operários. Para os primeiros foram construídas casas de dois andares, projetadas por Francisco Bologna, responsável por outros projetos arquitetônicos na cidade.

A renovação arquitetônica tornou-se, juntamente com as indústrias, a marca dos Peixoto na cidade. Como salientamos, arquitetura moderna e indústria são correlatas. O desenvolvimento industrial proporcionou o surgimento de novos materiais e tecnologia utilizados nas construções modernas, além de viabilizar – pelo menos no caso de Cataguases – o capital necessário a essas construções.

Para a arquiteta Selma Melo Miranda, “a arquitetura moderna é a expressão visível da unidade entre a arte, a ciência e a indústria.”¹³⁸ O escritor e industrial Francisco Inácio Peixoto¹³⁹ foi o precursor da onda modernista que invadiu a cidade nas décadas de 40 e 50. Ao contratar Oscar Niemeyer para projetar sua residência, o industrial dava o “ponta-pé” inicial no sentido de modernizar a cidade, introduzindo um novo estilo arquitetônico. Havia

¹³⁸ MIRANDA, Selma Melo. Cataguases, um olhar sobre a modernidade. Disponível na Internet no URL: <http://www.asminasgerais.com.br>

¹³⁹ Francisco Inácio Peixoto foi um dos integrantes do movimento literário que eclodiu na cidade na década de 1920: a “Revista Verde”. Trata-se de um grupo de jovens escritores, antenados com o movimento artístico e literário, que teve início em São Paulo, em 1922, com a Semana da Arte Moderna e que se projetaram no cenário da literatura nacional. Para maiores informações consultar: BRANCO, Joaquim. Passagens para a modernidade: transgressões e experimentos na poesia de Cataguases; década de 1920. Cataguases: IFSP, 2002 e RUFFATO, Luiz. Os ases de Cataguases: uma história dos primórdios do modernismo. Cataguases: IFSP, 2002.

uma proposta de renovação urbanística e esta encontrou circunstâncias favoráveis: uma elite intelectual afinada com a nova mentalidade, uma elite econômica – mais precisamente a família Peixoto – também sensibilizada com as propostas modernistas e disposta a investir parte de seu capital nela e a preponderância política da família neste momento: João Inácio Peixoto foi eleito prefeito em 1947 e apoiava politicamente as iniciativas do irmão. A esse respeito vale ressaltar uma observação interessante feita por Marques Rebelo a Francisco Peixoto: “As prefeituras devem fazer empréstimos para construir obras para o povo. O povo não tem nada. E vocês nunca mais perderiam eleições.”¹⁴⁰ Assim, a proposta encontrou eco e os “ares modernistas” impregnaram a elite local. Uma onda de construções tomou conta da cidade. Seguindo o exemplo de Francisco Peixoto, outros membros da elite cataguasense contratam arquitetos modernos para projetar suas casas. Com isso, uma nova arquitetura residencial surgiu na cidade, marcada pelas estruturas de concreto armado e integradas ao paisagismo e artes plásticas.¹⁴¹

Paralela a essa arquitetura residencial, floresceu também uma arquitetura voltada para a esfera pública: o Colégio Cataguases, projetado por Niemeyer em 1944; a Igreja Matriz, cuja construção foi iniciada em 1944; o Hotel Cataguases, inaugurado em 1951; o Cine-Teatro, em 1953; o Educandário Dom Silvério, concluído em 1954; o coreto da praça Rui Barbosa; a praça José Inácio Peixoto, construída em 1956 e o edifício comercial de lojas e apartamentos, A Nacional, concluída em 1957. Ao lado dessas obras encontramos projetos não realizados, como o Museu de Belas Artes de Cataguases, que teve sua exposição instalada no Colégio Cataguases e um centro social, que incluiria “restaurante popular, biblioteca,

¹⁴⁰ Correspondências de Marques Rebelo a Francisco Inácio Peixoto apud MIRANDA, Selma Melo. Cataguases, um olhar sobre a modernidade. Disponível na Internet no URL: www.asminasgerais.com.br

¹⁴¹ Por ser um tema já bastante estudado e conhecido, julgamos desnecessário enumerar as residências, mesmo porque, no nosso caso, essa omissão não compromete nosso trabalho.

armazém de subsistência e salão de barbeiro”¹⁴² e que chegou a ser projetada por Aldary Toledo, mas não se concretizou.

Sabemos que a indústria impulsiona a modernização. Mais do que isso, ela é a própria modernização na esfera econômica. Ela traz em seu bojo inovações tecnológicas e formas mais racionais de produção voltadas para o mercado, além de fomentar o setor terciário, como bancos, comércio, sistemas de comunicação e transportes. A indústria traz consigo a urbanização. É uma atividade urbana. Julgamos desnecessário aprofundar esse assunto. Seria “chover no molhado”. Só gostaríamos de lembrar que estamos falando de um projeto modernizador empreendido pelos Peixoto.

Ao instalar suas indústrias na cidade, os irmãos Peixoto contribuíram não só para o desenvolvimento econômico local, como também para o seu crescimento urbano. Em primeiro lugar, pelo fato da fábrica funcionar como um pólo de atração sobre a população rural, provocando com isso um aumento demográfico na zona urbana. E, em segundo lugar, devido ao investimento de parte de seu capital na renovação arquitetônica da cidade. Assim, além de contribuírem para a modernização econômica local, os Peixoto impulsionaram o modernismo arquitetônico e artístico, ao contratarem arquitetos, paisagistas e artistas plásticos modernistas para projetarem suas residências e vários espaços públicos, criando assim, uma nova identidade para a cidade.

4.3 – Modernização, modernismo, modernidade.

Podemos verificar em Cataguases, mais especificamente nas décadas de 30, 40 e 50, um processo de modernização, que pode ser constatado na esfera econômica, com a criação de indústrias e no campo urbanístico, através dos projetos de urbanização que visavam uma

¹⁴² Correspondências de Marques Rebelo a Francisco Peixoto, apud MIRANDA, S. op.cit.

ocupação mais ordenada e racional do espaço urbano. Verificamos ainda um forte e expressivo movimento modernista traduzido na arquitetura moderna que “invadiu” e contagiou a cidade nos anos 40 e 50.

Contudo, todo esse movimento de modernização e modernidade conheceu limites. O processo de modernização que se verificou nos campos econômico e urbanístico, não conseguiu atingir a esfera política. Muito pelo contrário, no período que estamos enfatizando, as práticas políticas continuaram arcaicas e conservadoras, como procuramos mostrar no capítulo II. E por estranha ironia, foi justamente neste período que tivemos o “boom” modernista na cidade. Temos assim uma estranha contradição: crescimento industrial e urbano, arquitetura moderna com toda a sua atmosfera modernista e práticas políticas oligárquicas e tradicionais. Isso nos faz pensar se realmente a modernização e o modernismo trazem em seu bojo a modernidade. Muitas vezes encontramos esses termos sendo usados como sinônimos principalmente os dois últimos. Na introdução deste trabalho, buscamos esclarecer esses conceitos, vamos agora aprofundar um pouco mais essa discussão, tentando estabelecer a relação dos mesmos com a realidade vivenciada em Cataguases.

Quanto à modernização e ao modernismo tivemos oportunidade de observar fortes incidências na cidade, conforme procuramos demonstrar. Resta-nos discutir o conceito de modernidade. Este se encontra atrelado ao racionalismo, à dúvida e à crítica. A racionalidade está no fundamento da análise weberiana de modernidade. Weber analisa esse processo de racionalização e desencantamento do mundo que se iniciou na Europa da chamada “Idade Moderna” e verifica um processo de racionalização em três esferas: no sistema de personalidade, na cultura e na sociedade. Até então as explicações eram místicas, a religião explicava o mundo. As esferas: econômica, política, social, moral, jurídica, todas eram submetidas à ética religiosa. Na Europa Moderna ocorreu um processo de racionalização e

essas esferas separaram-se passando, cada uma, a ter sua lógica própria, independente do sagrado, do místico, do religioso. Houve uma ruptura entre elas e o mundo, que antes era uno, sagrado, fragmentou-se e secularizou-se. O homem tornou-se mais racional, racionalizou suas imagens de mundo e também sua conduta de vida, ou seja, passou a agir de forma mais racional com respeito a fins, passou a agir estrategicamente, orientando sua ação para um fim determinado. Adotou um estilo metódico de vida, disciplina no trabalho, rigor, constância. Enfim, o homem passou a fazer um uso instrumental da razão.

Weber destaca a importância da ética protestante na racionalização das imagens de mundo e da vida social, isto é, na emergência da sociedade moderna. A racionalização das imagens de mundo provocou uma emancipação da esfera cultural dos valores impostos pelas sociedades tradicionais. Assim, a arte desligou-se do sagrado e tornou-se autônoma, com valores independentes. O mesmo ocorreu com a ciência. A ciência moderna “permite o crescimento do saber empírico”¹⁴³ e se coloca a serviço do desenvolvimento produtivo capitalista. A racionalização da sociedade encontra-se na interseção da racionalização cultural e da personalidade: “A racionalização da sociedade, segundo Weber, só é possível a partir do momento em que o potencial de racionalização incrustado na cultura tenha sido incorporado às motivações pessoais.”¹⁴⁴ O homem moderno racionalizou a produção, a força de trabalho, a técnica, o saber científico e criou a empresa capitalista. Racionalizou o Estado, organizando burocraticamente a administração e todas as instituições estatais, criando o Estado Moderno. Portanto, para Weber, a modernidade é o produto de um processo de racionalização que resultou na modernização da sociedade. E esse processo é ocidental, mais precisamente europeu, uma vez que não se verificou em nenhum outro lugar.

¹⁴³ ARAUJO, L.B.L. *Religião e Modernidade em Habermas*. SP: Loyola, 1996. p. 119.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 121

Com a expansão européia e a colonização, o modelo de modernização europeu, social, político e econômico, foi implantado nas áreas conquistadas, inclusive no Brasil. Mas pode-se dizer que aqui ocorreu um processo de racionalização semelhante ao europeu? Ou o que houve foi simplesmente uma implantação de modelos culturais europeus? Sabemos, por exemplo, que o modernismo, mais especificamente a arquitetura moderna, nasceu na Europa e reflete muito bem o momento histórico em que foi gerida, pois carrega consigo a marca da modernidade que é o racionalismo. Racionalização na ocupação dos espaços, praticidade, funcionalidade, utilitarismo, são características do novo estilo arquitetônico. A colonização trouxe, não só o modelo econômico e político, como também despertou na elite brasileira, o desejo de acompanhar tudo que se fazia na Europa, inclusive no campo cultural e artístico. Afinal, ser moderno é ser racional, é romper com a tradição, é acreditar no progresso e na tecnologia, é ser civilizado e o modelo de civilização é a Europa.

Voltamos à nossa questão: a importação e a construção de espaços modernizados e modernistas produzem um homem moderno? A criação de uma cidade moderna, projetada racionalmente, com construções arquitetônicas modernas, contribui ou é responsável pela formação de uma nova mentalidade, de um novo homem? Possibilita a incorporação de padrões de modernidade em seu comportamento? Até que ponto? Colocando a questão de outra forma: viver numa cidade moderna, com traçados urbanos e arquitetura moderna, torna o homem moderno, mais racional? Os modernistas acreditavam que sim. Juntamente com o projeto estético, havia em sua origem um projeto político e social. Acreditavam que os novos traçados urbanos e a nova arquitetura, baseados na razão, pudessem contribuir para criar uma nova mentalidade. Hoje, os críticos pós-modernos se opõem ao racionalismo modernista e

denunciam sua ingenuidade expressa na “idéia de que bastava produzir um novo espaço urbano para que surgisse uma nova ordem social.”¹⁴⁵

Podemos constatar que não é tão simples assim. Afinal, quem é esse homem que habita esses espaços modernos? Podemos dizer que é mais racional, ou continua místico, altamente religioso e supersticioso? Vimos que Cataguases desenvolveu um processo de modernização e viveu um movimento modernista, sem ter alcançado a esfera política e, muito menos, o cotidiano das pessoas. Ainda hoje, observamos que, todos esses espaços modernos, toda essa arquitetura moderna, acabam sendo indiferentes para seus habitantes, que se movem por esses espaços, imersos na labuta do dia-a-dia, alheios ao seu significado. Será que a tão falada “modernidade” é uma exclusividade das elites de olho nas novidades européias?

4.4 – Disputa política e memória

Esses projetos de modernização refletem também a luta entre os dois chefes locais. Todos eles foram desenvolvidos numa atmosfera de intensa disputa política, gerando acirradas oposições. A demolição dos cortiços comandada por Pedro Dutra em 1931, por exemplo, provocou muitas insatisfações, sendo explorado politicamente pelos seus adversários. O caso foi parar nos tribunais e o proprietário dos casebres alegou perseguição política e afirmou sofrer hostilidades por parte do prefeito, por ser “político contrário”. A exigência do prefeito em construir passeios públicos também gerou descontentamentos por parte da oposição. Pedro Dutra fez baixar um edital intimando diversos proprietários a concertarem seus passeios no prazo de quinze dias, sob pena da prefeitura fazer os passeios e inscrever o débito dos proprietários no livro da dívida ativa, acrescido de uma multa de cem mil réis.

¹⁴⁵ ROUANET, As razões do iluminismo. SP: Cia. das Letras, 1987. p. 251.

Mais uma vez os proprietários “prejudicados” acionaram a justiça. É o caso de Aquiles Henrique Felipe, que moveu uma ação possessória contra a prefeitura, alegando violação da posse privada, quando esta construiu um passeio em frente ao seu estabelecimento comercial.¹⁴⁶ Ou seja, toda ação ou projeto desenvolvidos pelo prefeito, sofria críticas e resistências de seus opositores, que procuravam atravanca-los, evitando que eles fossem realizados. Segundo Pedro Dutra, tratava-se de um grupo de indivíduos descontentes por ter perdido as posições políticas que até então desfrutavam. Por isso, procuravam criar embargos a ação do prefeito, por todos os meios que dispunham. “Até sobre cortes de árvores e de bambus, à margem das estradas de rodagem, sobre calçamentos de ruas, passeios etc, se ajuízam Interditos”.¹⁴⁷

Podemos ver claramente, através desses casos, a disputa política ultrapassando o campo político-eleitoral e estendendo-se à esfera administrativa e urbanística. Devido a essa disputa, muitos projetos foram, não só abandonados pela oposição, como também destruídos. Outros não foram concretizados por questões políticas. A construção da Vila Operária é um caso bem emblemático. Em 1931, Pedro Dutra apresentou a proposta e tentou efetiva-la. O terreno foi adquirido e chegou-se a lançar a pedra fundamental. Contudo, o projeto não foi para frente e sofreu inúmeras críticas da oposição.

No entanto, a oposição construiu vilas operárias: a Companhia Industrial Cataguases, a Indústria Irmãos Peixoto e Manufatora, construíram casas para seus empregados. Neste caso, a luta política apresenta um resultado ambíguo: por um lado, há a destruição do projeto do adversário; por outro lado, a disputa pelo poder incentivava a oposição a desenvolver projetos afins. João Inácio Peixoto, quando prefeito em 1947, inicia a construção de casas

¹⁴⁶ Jornal Cataguases, 10/07/1932.

¹⁴⁷ Processo Cível. Ação Possessória, 1932. Autor: Irmãos Peixoto. P. 181. CDH

populares e, coincidência ou não, nas proximidades da área onde seria construída a Vila Operária de Pedro Dutra, ou seja, praticamente no mesmo espaço. Aliás, a disputa pelo espaço se faz presente também em outros projetos urbanísticos.

Como já mencionamos anteriormente, Pedro Dutra tinha uma atenção especial com a urbanização da Vila Tereza, onde pretendia criar um “bairro chique”. Pois foi exatamente na Vila Tereza que foram construídas pelos Peixoto, a Companhia Industrial Cataguases, (anexo 6) as casas operárias da Companhia (anexo 7) e uma pracinha em homenagem a José Inácio Peixoto (anexo 8). Em outras palavras: os Peixoto abandonaram o projeto original do adversário, Pedro Dutra, e desenvolveram no mesmo espaço, o seu próprio projeto urbanístico.

Podemos encontrar outros exemplos de disputa pelo espaço entre os dois chefes políticos. A avenida Astolfo Dutra, uma das principais artérias da cidade, recebeu esse nome em homenagem ao pai de Pedro Dutra e tem no seu início um busto do homenageado. Nela foi construído o primeiro grupo escolar da cidade, denominado “Coronel Vieira”.¹⁴⁸ (anexo 9) Sua construção, em 1912, deveu-se à influência política de Astolfo Dutra, então deputado federal. Pois bem, nesta mesma avenida foram construídas, nas décadas de 40 e 50, residências em estilo arquitetônico moderno, (anexo 10) inclusive de membros da família Peixoto. Lembramos que a arquitetura moderna tornou-se, juntamente com a indústria, a marca dos Peixoto na cidade. Portanto, a avenida Astolfo Dutra é um exemplo vivo e concreto da disputa política refletida na ocupação do espaço: nela podemos visualizar a luta pela ocupação do espaço entre os dois poderes rivais. Inclusive, os dois chefes – Manoel Peixoto e Pedro Dutra (anexo 11) – moravam nessa mesma avenida e suas residências eram próximas

¹⁴⁸ Lembramos que Coronel Vieira, tido como fundador do município, é tio-avô de Pedro Dutra.

uma da outra. Temos assim, as duas famílias disputando o mesmo espaço e marcando seu território numa atitude contundente e desafiadora.

Outros espaços públicos também entraram nessa disputa: o antigo cinema, em estilo eclético, foi substituído por um novo em estilo moderno; a Igreja Matriz, em estilo neogótico, (anexo 12) foi substituída por uma nova, também em estilo moderno. (anexo 13)

Não bastava construir novos espaços, era necessário destruir o antigo. Era necessário destruir os espaços que se encontravam, de uma forma ou de outra, vinculados à administração dos Resende-Dutra e substituí-los por novos espaços que trouxessem consigo a marca do poder adversário. Os exemplos citados acima nos mostram como a disputa política refletiu na ocupação do espaço urbano. Contudo, essa disputa aparece de forma mais contundente nas denominações de ruas e logradouros públicos.

Pedro Dutra, quando prefeito, sancionou um decreto, nº 17, em 30 de agosto de 1931, determinando como deveriam ser feitas as inscrições nas placas de logradouros públicos. Segundo o decreto, as placas só deveriam ligar a nomes de pessoas que tivessem realmente contribuído para o progresso do município e o público deveria ter conhecimento da razão da homenagem. Na placa deveria constar: avenida, praça, rua, travessia; nome do homenageado; data de nascimento e falecimento (se caso); razão da homenagem.

Na época, Pedro Dutra nomeou várias ruas homenageando cataguasenses e políticos envolvidos na “Revolução de 30”. Na Vila Tereza, por exemplo, abriu-se uma avenida com nome de “Avenida João Pessoa” e inscreveu na placa o motivo: “foi o grande deflagrador da Revolução Brasileira”. Ainda na Vila Tereza foi aberta outra avenida com o nome de “Avenida Antônio Carlos”.

Em 1947, com a eleição de João Inácio Peixoto para prefeito, os Peixoto reassumem o poder político no município. Inicia-se, a partir daí, uma verdadeira guerra pela posse da

memória, expressa nos nomes de ruas, edifícios públicos e monumentos. Numa ação popular movida por Pedro Dutra e outros membros da família contra o prefeito João Peixoto, Dutra acusa o prefeito de mutilar a avenida Astolfo Dutra, encurtando-a: a partir da avenida Melo Viana, a avenida passaria a denominar-se avenida Coronel Antônio Augusto. Essa medida encontra-se no decreto nº 122, assinado pelo prefeito em 11 de novembro de 1948. Segundo Pedro Dutra, essa mudança do nome era simplesmente para um de seus irmãos não morar na avenida Astolfo Dutra.¹⁴⁹

Num outro decreto, nº 356 de 16 de outubro de 1959, o prefeito João Peixoto, muda o nome do logradouro para avenida Coronel João Duarte e transfere para uma rua a ser aberta no bairro Granjaria, o nome de Astolfo Dutra. É este ato que leva Pedro Dutra e demais membros da família a moverem a ação popular contra o prefeito.

Segundo o autor da ação, o decreto tem por objetivo tirar o mérito e o prestígio de Astolfo Dutra. Advém do ódio que o prefeito alimenta contra ele e sua família e, para ferir seu adversário político, não vacilou em aviltar a memória do grande cataguasense. A avenida foi idealizada e aberta graças a ação de seu patrono e sua influência junto ao governador do estado, quando agente executivo em 1897 e agora o prefeito quer atribuir essa obra a outro, depreciando os feitos de Astolfo Dutra e difamando sua memória. “Não pode o chefe do executivo municipal, por mero espírito de emulação política, por vindicta privada, ou qualquer sentimento inferior, usar do cargo que lhe foi outorgado pelo povo, com o propósito de tentar vilipendiar os seus desafetos e menosprezar a memória dos mortos.”¹⁵⁰

¹⁴⁹ Processo Cível 3º ofício. Ação Popular, 1962. p. 55. CDH.

¹⁵⁰ Idem p. 93.

Pedro Dutra intimida o prefeito a repor nos devidos lugares, as placas em bronze, com a denominação da avenida e todos os dizeres nela gravados, num prazo de quinze dias.¹⁵¹ Depois de muitas brigas nos tribunais, o nome da avenida foi mantido, mas as placas, com os dizeres gravados, não foram recolocadas. (anexo 14)

Fato semelhante ocorreu com o monumento a Guido Marlière. Em 1958, foi erigida, por iniciativa de Pedro Dutra, uma estátua em homenagem ao fundador do povoado que deu origem à cidade. A estátua, inaugurada por Pedro Dutra e demais autoridades, com toda pompa e solenidade, situava-se na Praça Santa Rita, local onde nasceu a cidade e de onde Guido Marlière traçou as primeiras ruas. Em seu pedestal, encontravam-se inscrições gravadas em bronze nas quatro faces: na frente, a data da inauguração, 26 de maio de 1958, e os dizeres “esta estátua foi erigida por subscrição popular e por iniciativa de Pedro Dutra”¹⁵²; no lado direito, o nome do homenageado e alguns dados biográficos; atrás, algumas de suas obras e no lado esquerdo, um trecho do discurso proferido por Pedro Dutra. Note-se que em 1958, a chefia política local estava com Pedro Dutra.

Em 1959, quando João Inácio Peixoto retorna ao cargo de prefeito, troca a estátua de lugar, levando-a para a então chamada Avenida Brasil. Além disso, retirou as placas com as inscrições que se encontravam em seu pedestal. Este ato do prefeito gerou mais uma ação popular movida por Pedro Dutra. Este reclama que o prefeito mudou a estátua para um lugar inferior, de menor movimento, só para diminuir a homenagem. Mais uma vez afirma que este ato advém do ódio que o prefeito alimenta contra ele e seus parentes. Não admite que seu nome “figure em qualquer ato, que apareça em qualquer solenidade, ou que figure ligado a

¹⁵¹ O nome da Avenida Astolfo Dutra foi aprovado pela lei municipal nº 267 de 28/07/1920, por ocasião de sua morte: “Fica denominada Avenida Astolfo Dutra, a atual avenida construída ao longo da via férrea nesta cidade.”

¹⁵² Ação Popular. 1962. p. 7

qualquer fato que diga respeito à vida ou ao progresso do município”¹⁵³ e como há certos fatos da história do município que estão ligados a nomes de parentes seus, o prefeito vem lançando mão de todos os meios para tentar apagar esses feitos. Pedro Dutra reclama ainda que o prefeito não admite que, nem mesmo em atos oficiais, seu nome seja publicado no “Cataguases”, órgão oficial dos poderes municipais. No processo, Pedro Dutra exige que a estátua seja recolocada no lugar de origem, com todas as placas e inscrições, o que não aconteceu. (anexo 15)

A luta pela memória aparece em outro espaço público: o grupo escolar situado na Vila Tereza. Este grupo foi criado em 1945, pelo então governador Benedito Valadares, que ordenou que o Grupo Escolar Flávia Dutra, instalado no prédio do Grupo Escolar Guido Marlière, fosse para lá transferido. O prefeito João Peixoto declarou que o grupo não podia funcionar naquele prédio, pois desejava que ali fosse instalado o grupo Nísio Batista e mandou escrever o nome na frente do prédio. Pedro Dutra determinou que fosse escrito no frontispício do prédio “Grupo Escolar Flávia Dutra”. O prefeito mandou retirar o nome e colocar “Grupo Escolar Nísio Batista”. Era o início de mais uma briga entre Pedro Dutra e o prefeito João Inácio Peixoto. Pedro Dutra alega que o motivo da troca do nome era única e exclusivamente pelo fato de ser D. Flávia Dutra sua esposa e por ele ser chefe do PSD e adversário político do prefeito. Após muitas trocas de placas, o nome do “Grupo Escolar Flávia Dutra” foi mantido. (anexo 16)

Todas essas disputas deixam entrever como era importante para os atores, a preservação e o controle da memória. Mas por que era tão importante ter o monopólio desses lugares de memória? Para NORA, os lugares de memória são criados justamente porque não há mais memória espontânea. Portanto, o objetivo desses lugares é manter vivo as

¹⁵³ Idem p. 9

lembranças, é presentificar o passado – lugar onde não habitamos mais. Para isso o homem cria “lugares de memória”: bibliotecas, arquivos, museus, estátuas, arquitetura, monumentos, comemorações. Esses lugares têm a função de “parar o tempo”, “bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte...”¹⁵⁴ Permitem reter o passado, trazendo-o para o presente. Sua função é guardar as marcas do passado. Assim, placas com nomes de chefes políticos em ruas e avenidas, nomes de escolas, estátuas, são muito mais do que simples homenagens. Além de comemorar, perpetuam a lembrança, não deixando o indivíduo cair no esquecimento, pelo contrário, torna-o eterno. Ser sempre lembrado, estar sempre presente na memória coletiva, é algo muito caro aos políticos. É preciso estar lembrando constantemente à população quem foi e o que fez. Não só por uma questão de identidade, mas de poder. Os poderosos sempre procuraram dominar e manipular a memória coletiva.

No nosso caso, fica claro, através da disputa pelos nomes de avenidas, escolas e monumentos, a luta entre as duas famílias rivais, pelo controle da memória. Em sua ação popular, Pedro Dutra denuncia:

“no município de Cataguases não há uma só obra pública (...) feita por qualquer membro da família Peixoto. A cidade e o município de Cataguases não lhe devem o menor favor público (...) todas as obras ou serviços públicos que existem nesta cidade ou município, ou foram feitas por parentes do dr. Pedro Dutra, por seu pai ou por ele...”¹⁵⁵

Numa disputa política a luta pelo controle da memória coletiva é uma luta pela legitimação do poder. Ao lutarem para permanecerem vivas na memória do povo, as duas famílias rivais – Dutra e Peixoto – estão lutando também para legitimarem o seu poder. E

¹⁵⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. História. São Paulo, 10 de dezembro de 1993. p. 22.

¹⁵⁵ Ação Popular, 1962. p. 4. CDH.

neste ponto, a preocupação com a memória difere: os Dutra, por estarem ligados à família fundadora do município, os Resende, precisam apenas reforçar essa lembrança, evitando que ela caia no esquecimento. Foi esse fato que autorizou Pedro Dutra a dizer que tudo que há no município foi feito por ele e seus parentes. Fica muito claro em sua fala, o discurso da legitimação do poder, alicerçado na fundação. É a família fundadora do município, isso legitima seu poder. O que é preciso, é não deixar isso cair no esquecimento. É criar “lugares” para manter esse passado vivo na memória do povo.

O mesmo não ocorre com a família Peixoto. Eles não têm o passado “histórico”, a tradição dos Resende-Dutra. Por isso eles precisam “inventar” a memória: nomes de ruas, estátuas, monumentos, arquitetura. E, mais do que isso, em se tratando de uma disputa política, torna-se necessário, além de criar esses lugares, destruir os “lugares de memória” de seu adversário. Isso talvez explique a contenda pelos mesmos lugares, como a Vila Tereza e a Avenida Astolfo Dutra, ou ainda a troca da estátua de Guido Marlière de lugar e a retirada das placas com as inscrições gravadas.

Em suas acusações, Pedro Dutra reclama do fato dos Peixoto quererem “apagar” seu nome da história do município. Neste caso isso se fazia necessário, pois numa disputa política pela memória, “apagar”, “destruir”, é tão importante quanto criar novos lugares de memória. Para os Peixoto alicerçarem seu poder político era necessário destruir uma fundação, destruindo sua memória e “criar” outra fundação, para assim legitimar seu poder. Como vemos, a luta pela posse e controle da memória, é acima de tudo, uma luta política pela legitimação do poder.

Além disso, os Peixoto incorporaram o discurso da “modernidade”. Se auto-representavam como “modernos”, como “homens do progresso”. Introduziram na cidade a arquitetura moderna, que se tornou um de seus principais “lugares de memória”. Essa

identidade com o “moderno”, com a “modernidade”, é alimentada ainda hoje como um mito fundador. Um mito que é celebrado, cultuado e sacralizado por uma elite local. Tudo isso contribui para reforçar a imagem dos Peixoto como fundadores da modernidade em Cataguases, além de reaquecer constantemente a memória coletiva, evitando que esse mito caia no esquecimento. Sabemos que uma característica fundamental da modernidade é a ruptura e a destruição da tradição. A modernidade não se contenta em construir um novo espaço, ela precisa destruir o antigo para se afirmar. Destruir para construir de novo. Não é simplesmente um lugar que está sendo remodelado. É mais do que isso: é uma memória que está sendo destruída e uma outra sendo implantada. É o poder político instrumentalizando a memória coletiva para se impor e legitimar.

Conclusão

Nossa discussão girou em torno da disputa política entre dois chefes de famílias poderosas e rivais do município: Dutra e Peixoto. Essa disputa, apesar de ter por objetivo o poder político, não se limitou ao campo eleitoral: ultrapassou a disputa das urnas e atingiu outras esferas, como a representação e a memória. No campo eleitoral essa disputa foi marcada por práticas oligárquicas e clientelistas, utilizando-se inclusive, métodos ilegais, como falsificações, violência, coações e ameaças. A disputa eleitoral tornou-se um “vale tudo” onde o importante era vencer a qualquer custo. Diante desse quadro, a população via-se dividida entre os dois poderes rivais e tinha medo de manifestar-se publicamente, temerosa de sofrer algum tipo de retaliação. No campo das representações, a disputa se dava através das imagens que cada um criava para si e para seu adversário. Essas imagens eram utilizadas como um instrumento de cooptação política, capaz de tocar a sensibilidade dos eleitores, conquistando seu voto. Finalmente, no campo da memória, temos a luta pelos espaços e pelos “lugares de memória”, expressa nos projetos urbanísticos e nas denominações de ruas e logradouros públicos.

A característica fundamental dessa disputa, em qualquer que seja o campo, é a intensidade, a veemência e a impetuosidade em que ela ocorreu. Tanto Pedro Dutra quanto Manoel Peixoto, lançaram-se nessa luta “de corpo e alma”, na qual estavam envolvidos, praticamente, todos os membros das duas famílias rivais. Ambos os lados usavam todos os meios que estavam ao seu alcance para conquistarem o poder e perpetuarem-se nele. Além da disputa pelo poder político, o próprio perfil de cada chefe já contribuía para colocá-los em campos rivais: um personificava o homem público, republicano; o outro personificava o empresário liberal. Essas diferenças também ajudam a entender a rivalidade entre os dois

contendores. O grau de intensidade dessa disputa foi tão grande que envolveu, não só as famílias adversárias, como também toda a população local e suas marcas ficaram ainda por muitos anos, mesmo após a morte de seus protagonistas. Tanto que ainda hoje esse assunto constitui um tabu para muitas pessoas da cidade. Isso demonstra a força dessa disputa política, que deitou cicatrizes profundas na sociedade cataguasense, deixando suas marcas através do tempo.

Algumas pessoas se perguntam porque essas duas forças não se uniram. Porque não somaram esforços e trabalharam juntas em prol do desenvolvimento do município. Argumentam que essa disputa política só atrapalhou o crescimento e o progresso da cidade. A nosso ver a resposta é simples: elas não se uniram nem poderiam se unir porque havia algo em comum que ambas desejavam e que as colocavam em campos opostos: o poder. E isso não é pouca coisa. Sabemos do fascínio que o poder exerce e o que os homens são capazes de fazer por ele. Os dois chefes políticos disputavam o poder. Dificilmente um deles abriria mão disso, beneficiando o adversário em prol do “bem” da cidade. Por outro lado, podemos fazer uma pergunta oposta: não seria justamente essa disputa pelo poder que impulsionava o desenvolvimento local? Não seria a luta política, o desejo de ganhar as eleições e manter-se no poder que incentivava os contendores a realizarem projetos e obras que acabavam beneficiando a população e favorecendo o crescimento do município? Acreditamos que sim. Para ganhar de seu adversário, o chefe político tinha, não só que se mostrar melhor do que ele – e isso ele fazia através das representações que criava para si mesmo – como também tinha que apresentar serviços à comunidade. Precisava realizar obras, desenvolver projetos, algo de concreto em que pudesse alicerçar o seu discurso. Talvez, se não houvesse uma oposição tão ferrenha, uma disputa tão acirrada, não haveria “necessidade” nem “incentivo” para criação e desenvolvimento de projetos que viriam a beneficiar toda a cidade.

Poderíamos questionar ainda sobre o resultado dessa disputa política ou, melhor dizendo, o que ficou dela na memória coletiva. Vimos que os dois lados empenharam-se em criar lugares cuja função era preservar as lembranças e as marcas do passado, procurando cada uma, perpetuar o seu nome e de sua família para a posteridade. Vimos também que, além da criação desses lugares de memória, havia a destruição dos “lugares” do adversário.

Pois bem, quais as marcas que essa disputa deixou na memória coletiva? Hoje, caminhando pela cidade podemos visitar esses espaços: avenida Astolfo Dutra, rua Coronel Vieira, praça Santa Rita e todos os monumentos arquitetônicos modernos. O que eles nos contam? Para a população local, as marcas desse passado recente estão presentes e eternizadas nas placas, estátuas, monumentos, arquitetura e, principalmente, nos nomes das ruas, avenidas, escolas, praças e demais logradouros públicos. Mesmo não conhecendo toda a história, a população, de modo geral, sabe quem foram os Vieira-Resende, os Dutra e os Peixoto. Sabem que os primeiros foram os fundadores do município, os Dutra foram políticos importantes e os Peixoto ricos industriais e responsáveis pela arquitetura moderna na cidade, mesmo não compreendendo a proposta modernista. Sabem ainda que, no passado, a cidade foi palco de uma luta ferrenha entre os dois últimos.

Dissemos que essa disputa se estendeu à tentativa de controle da memória, através do domínio do espaço público. Se fizermos um balanço dos nomes desses espaços, como ruas, avenidas, praças, escolas, veremos que o nome “Peixoto” predomina. Isso significa que eles venceram essa luta pela memória? Que eles conseguiram apagar o nome “Dutra” da memória popular? Como ressaltamos na introdução desse trabalho, não temos a pretensão de responder a essa pergunta. Isso extrapolaria os limites dessa dissertação.

Contudo, podemos levantar algumas considerações. Estamos lidando com duas memórias: uma memória alicerçada na fundação do município – dos Dutra – e uma memória

construída posteriormente e alicerçada no discurso da modernidade – dos Peixoto. A primeira memória encontra-se, no momento, numa situação que poderíamos qualificar como “congelada”: a família não reside mais no município e a memória de seus antepassados encontra-se adormecida. Seus lugares de memória têm sido “lugares de silêncio”. Já a segunda memória mantém-se viva e isso se deve não apenas aos nomes de ruas e logradouros públicos. A família continua no município e sua memória é constantemente alimentada. A imagem dos Peixoto como precursores da modernidade em Cataguases é uma premissa já consagrada e realimentada pela elite local. Exposições, palestras, publicações, reforçam essa imagem. É uma memória produzida e celebrada pela elite e para a elite, uma vez que esse discurso da modernidade não chega até as massas, conforme já salientamos.

Isso nos mostra que a memória precisa ser reaquecida constantemente para se manter viva. Afinal, o homem não habita mais a memória, como nos lembra NORA. Aqui no nosso caso, isso se encontra bem explicitado: uma memória realimentada, viva e uma memória silenciada. No entanto, mesmo em silêncio ela se faz presente e pode ser reaquecida a qualquer momento.

Hoje observamos no município uma carência de lideranças políticas. As duas famílias tradicionais que tanto digladiaram pelo poder local, afastaram-se dele: a tradição política dos Dutra não teve continuadores e os Peixoto afastaram-se do cenário político. Os novos elementos que despontaram no cenário político municipal cresceram num momento em que o país vivia os mais terríveis anos de ditadura, quando as instituições políticas foram desrespeitadas e o exercício da cidadania tido como ameaça à segurança nacional. O resultado foi a paralisia e a inércia política. Hoje, as novas lideranças políticas não conseguem fazer a conexão com o passado. Não conseguem “beber” nessa tradição. Não conseguem buscar nela o sentido e o rumo do caminho a ser trilhado. Verificamos atualmente um rompimento com a

tradição política e, conseqüentemente, um vazio, uma ausência de sentido e falta de perspectiva de futuro. Contudo, nada impede que essa tradição política seja retomada. Tudo depende das circunstâncias e interesses.

Arquivos e Instituições Pesquisadas

Arquivo Público Municipal (Cataguases)

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFMG)

Biblioteca Pública Municipal (Cataguases)

Centro de Documentação Histórica do Instituto Francisca de Souza Peixoto –
CDH

Departamento Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Fontes

1 – IMPRENSA:

Jornal Cataguases, Cataguases. Coleção: de 1906 a 1970 (Departamento Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases)

Boletins Eleitorais (Centro de Documentação Histórica - CDH)

2 – DOCUMENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Livros de Atas: (Arquivo Público Municipal)

Atas de reuniões

Atas de alistamento

Atas de eleições

Correspondências (Arquivo Público Municipal)

3 – PROCESSOS

(Centro de Documentação Histórica do Instituto Francisca de Souza Peixoto – CDH)

3.1 – Criminais:

Processo Crime Eleitoral, 1900. CAT-1-CR-nº 970. Cx. 39 (CDH)

Processo Crime, 1933. CAT-1-CR- nº 2634. Cx. 126 e 127 (CDH)

Processo Crime, 1948. CAT-1-CR- nº 3034. Cx. 149 (CDH)

Processo Crime, 1958. CAT-1-CR-nº 3336. Cx. 163 (CDH)

Habeas-Corpus, 1936 – 1948 (CDH)

3.2 – Cíveis:

Ação Possessória, 1931. (CDH)

Autor: Domingos F. Tostes

Ré: Prefeitura Municipal de Cataguases – Prefeito: Pedro Dutra

Ação Possessória, 1932. (CDH)

Autor: Irmãos Peixoto

Ré: Prefeitura Municipal de Cataguases – Prefeito: Pedro Dutra

Ação Popular, 1962. (CDH)

Autor: Pedro Dutra

Ré: Prefeitura Municipal de Cataguases – Prefeito: João Ignácio Peixoto

3.4 – Notificações:

Notificação Eleitoral, 21/11/1947 (Centro de Documentação Histórica – CDH)

Autor: Pedro Dutra – delegado do PSD

Notificada: Indústria Irmãos Peixoto

Notificação Eleitoral, 21/11/1947 (Centro de Documentação Histórica – CDH)

Autor: Pedro Dutra – delegado do PSD

Notificada: Companhia Industrial Cataguases

4 – Correspondências Pessoais de Pedro Dutra

(Centro de Documentação Histórica – CDH)

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Luiz B. Racionalização e desencantamento. In: *Religião e Modernidade em Habermas*. São Paulo: Loyola, 1996.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginário Social. In: *Enciclopédia Einaudi: Anthropol-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. Vol. 5
- BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. *A UDN e o udenismo; ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (org). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 13-36.
- BIGNOTTO, Newton (org). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- BLASENHEIM, Peter. Uma história regional: a zona da Mata Mineira (1880-1906). V *Seminário de estudos mineiros; a República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- BOBBIO, N. et.al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1997. vol.2.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRANCO, Joaquim. *Passagens para a modernidade: transgressões e experimentos na poesia de Cataguases; década de 1920*. Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2002.
- CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. Revolução de 30. In: *Seminário Internacional*. UnB, 1983.
- CAMISASSA, Marta M. S. A modernidade arquitetônica das vilas operárias em Cataguases; entre o tradicionalismo e o modernismo. *IV Seminário Docomomo Brasil*. Caderno de resumos. Viçosa-Cataguases, out/nov. 2001.
- CARDOSO, C.F. & MALERBA, J. (org) *Representações: contribuição a um debate interdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. *Pontos e Bordados; escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, n. 20, 1966.

_____. *Os Bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas; o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CARVALHO, Orlando M. Os partidos políticos em Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1956.

CERQUEIRA, Adriano S.L.G. A validade do conceito de cultura política. *Revista ANPUH MG. Anais do X Encontro Regional de História*, Mariana, 22 a 26 de julho, 1996.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. 11 de maio, 1991.

CHAUÍ, Marilena. História a contrapelo; prefácio. In: DECCA, Edgard de. *1930. O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

COSTA, Levy Simões. *Cataguases Centenária*. [Cataguases], 1977.

FALCON, F.J.C. História e representação. In: CARDOSO, C. & MALERBA, J. *Representação: contribuição a um debate interdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

FALCON & RODRIGUES. *Tempos modernos; ensaios de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1997.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 30; historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história; debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Afonso Arino M. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala; formação da família brasileira sob o regime da economia patrimonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GUALBERTO, João. *A invenção do coronel; ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES, 1995.

HABERMAS, J. A consciência de época da modernidade, In: _____ *Discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1990.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência; perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- HORTA, Cid. Rebelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais. II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1956.
- HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1973.
- HUNT, L. Apresentação: história, cultura e texto. In: _____. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980.
- LA PLANTINE, F. & TRINDADE, L. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LIMA JUNIOR, Olavo Brasil (org). *O balanço do poder; formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo: Iuperj, 1990.
- _____. *Sistema eleitoral brasileiro; teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo: Iuperj, 1991.
- MIRANDA, Selma Melo. *Cataguases, um olhar sobre a modernidade*. Disponível na Internet no URL: <http://www.asminasgerais.com.br>.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. BH:UFMG, 1999.
- _____. A história política e o conceito de cultura política. In: LPH: *Revista de História*. Mariana, UFOP, n. 6, 1996.
- NICÁCIO, Astolfo Dutra. *Um líder mineiro na república velha; biografia de Astolfo Dutra*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- NICOLAU, Jairo. *Sistema eleitoral e reforma política*. Rio de Janeiro: Foglio, 1993.

_____. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

NORA, Pierre. Entre história e memória; a problematização dos lugares. *História*, São Paulo, dez. de 1993.

PESAVENTO, Sandra. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. III, v. 1.

RAMOS, Plínio de Abreu. *O PSD mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1988.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

REZENDE, Arthur Vieira. *Genealogia dos fundadores de Cataguases*. Rio de Janeiro: Coelho Branco Editor, 1934.

_____. *O município de Cataguases*. [s.l.]: Imprensa Oficial, 1908.

REZENDE, Oswaldo. *Genealogia das tradicionais famílias de Minas Gerais*. São Paulo: Empresa gráfica de Revista dos Tribunais, 1969.

RIVIERE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

_____. *Os ritos profanos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROUANET, S.P. A verdade e a ilusão do pós-moderno. In: _____. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

RUFFATO, Luiz. *Os ases de Cataguases: uma história dos primórdios do modernismo*. Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2002.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, N. et.al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.

SARTORI, Giovanni. *Partidos políticos e sistemas partidários*. Brasília: UnB, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília: UnB, 1982.

SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional durante a primeira república. *V Seminário de estudos mineiros; a república velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

SOUZA, Eneida (org). *Modernidades tardias*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

VILAÇA, M.V. & ALBUQUERQUE, R.C. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: UnB, 1978.

VISCARDI, Cláudia. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. *Revista de estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 15, 1995.

_____. *O teatro das oligarquias; uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEBER, Max. Ensaios de sociologia e outros escritos. In: *Weber*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores)

WIRTH, John. Minas e a nação; um estudo de poder e dependência regional. 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (org) *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. III. v. 1.

_____. Apogeu e declínio da comissão executiva do PRM. 1889-1929. *V Seminário de Estudos Mineiros; a república velha em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1992.

_____. *O fiel da balança; Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Anexos

Anexo 1

Chefia Política local (município de Cataguases)

- 1877 a 1894 – Cel. José Vieira Rezende e Silva
- 1894 a 1920 – Astolpho Dutra Nicácio agentes executivos: 1895 a 1897 – Astolpho Dutra Nicácio 1898 a 1900 – Antônio Cavalcanti Sobral 1901 a 1910 – Cel. Araújo Porto 1910 a 1920 – Cel. João Duarte
- 1920 a 1930 – Sandoval Azevedo agentes executivos: 1921 a 1923 – Cel. João Duarte 1923 a 1924 – Francisco Augusto de Barros 1925 a 1929 – Antônio Lobo Rezende Filho
- 1930 a 1935 – Pedro Dutra prefeitos: 1931 a 1933 – Pedro Dutra 1933 a 1935 – Homero Cortes
- 1936 a 1945 – Manoel Peixoto prefeito: 1936 a 1945 – Joaquim Cruz
- 1945 a 1947 – Pedro Dutra prefeitos: 1945 a 1946 – Edison Vieira Rezende 1946 a 1947 – Paulo Queiroz Matoso Nelson Soares Dutra
- 1947 a 1955 – Manoel Peixoto prefeitos: 1947 a 1951 – João Ignácio Peixoto 1951 a 1955 – Nelson Soares Dutra
- 1955 a 1958 – Pedro Dutra prefeito: 1955 a 1958 – José Esteves
- 1959 a 1972 – Manoel Peixoto prefeitos: 1959 a 1963 – João Ignácio Peixoto 1963 a 1967 – Rodrigo Lanna 1967 a 1971 – Milton Carvalheira Peixoto ¹⁵⁶

¹⁵⁶ Fonte: COSTA, L. S. Cataguases Centenária, 1977.

Anexo 2

Genealogia da família Rezende-Dutra

Família Rezende: originária das ilhas do arquipélago de Açores. João Resende Costa chegou à capitania de Minas Gerais, no primeiro quartel do século XVIII, instalando-se na fazenda “Engenho Velho dos Cataguás”, no município de Lagoa Dourada e casou-se com Helena Maria (“ilhôa”), na comarca do Rio das Mortes.

- 1- Major Joaquim Vieira da Silva Pinto casou-se com Maria Balbina de Rezende. Tiveram 9 filhos, entre eles: Coronel José Vieira de Rezende e Silva e Raquel Vieira de Rezende.
- 2- Coronel José Vieira de Rezende e Silva casou-se com Feliciano Vieira de Rezende e Silva (filha do coronel José Dutra Nicácio e D. Antônia Vieira da Silva Pinto, irmã do Major Vieira)
- 3- Raquel Vieira Rezende casou-se com Pedro Dutra Nicácio. Tiveram 12 filhos, entre eles, Astolfo Dutra Nicácio.

Família Dutra Nicácio: ou De Utra, provavelmente de origem flamenga. Joz Utra teria sido primeiro donatário das ilhas do Faial e do Pico, no arquipélago de Açores, em 1466. Sua chegada em Minas, provavelmente teria ocorrido no primeiro quartel do século XVIII e estabeleceram-se na região de Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete). No século XIX, Antônio Dutra Nicácio, adquiriu a fazenda Ribeirão, em Pomba, vila de Barbacena, comarca do Rio das Mortes.

- 1- Antônio Dutra Nicácio casou-se com D. Maria Joaquina de São José.
- 2- Coronel José Dutra Nicácio (filho de Antônio Dutra) casou-se com D. Antônia Lopes Dutra e num segundo casamento com D. Antônia Vieira da Silva Pinto (irmã do Major Vieira).
- 3- Coronel Pedro Dutra Nicácio (filho do primeiro casamento de cel. José Dutra) casou-se com D. Raquel Vieira de Rezende Dutra (filha do Major Vieira).
- 4- Astolfo Dutra Nicácio (filho do cel. Pedro Dutra) casou-se com D. Antônia Dutra de Resende (prima paterna, filha do cel. José Dutra).

5- Pedro Dutra Nicácio Neto (filho de Astolfo Dutra) casou-se com D. Flávia Dutra.

Fontes:

SILVA, Arthur Vieira Rezende. *Genealogia dos fundadores de Cataguases*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1934.

NICÁCIO, Astolfo Dutra. *Um líder mineiro na República Velha*; biografia de Astolfo Dutra Nicácio. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1999.

REZENDE, Oswaldo. *Genealogia de tradicionais famílias de Minas*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1969.

Anexo 3**Genealogia da família Peixoto**

Manoel Ignácio Peixoto: nasceu a 20 de fevereiro de 1852, na ilha do Pico, Arquipélago de Açores, Portugal. Veio para o Brasil com 12 anos. Trabalhou na construção de ferrovias e, acompanhando os trabalhos da estrada de ferro, chegou a Cataguases, no final do século XIX. Contraiu um primeiro casamento com d. Antônia Rosa Peixoto e um segundo casamento com d. Francisca Cândida Peixoto, do qual nasceram os filhos:

- 1- Altamiro Peixoto
- 2- José Inácio Peixoto (vereador)
- 3- Eponina Peixoto
- 4- Manoel Inácio Peixoto Filho (chefe político)
- 5- Maria Peixoto e Mariana Peixoto
- 6- Carlos Peixoto
- 7- João Inácio Peixoto (prefeito)
- 8- Francisco Inácio Peixoto (escritor)

Anexo 4



Figura 1: Avenida Astolfo Dutra. A Avenida Astolfo Dutra em 1933, já em processo de urbanização bem adiantado, com passeio e rua nivelada, pronta para receber calçamento. Fonte: Acervo Fotográfico do CDH.

Anexo 5a

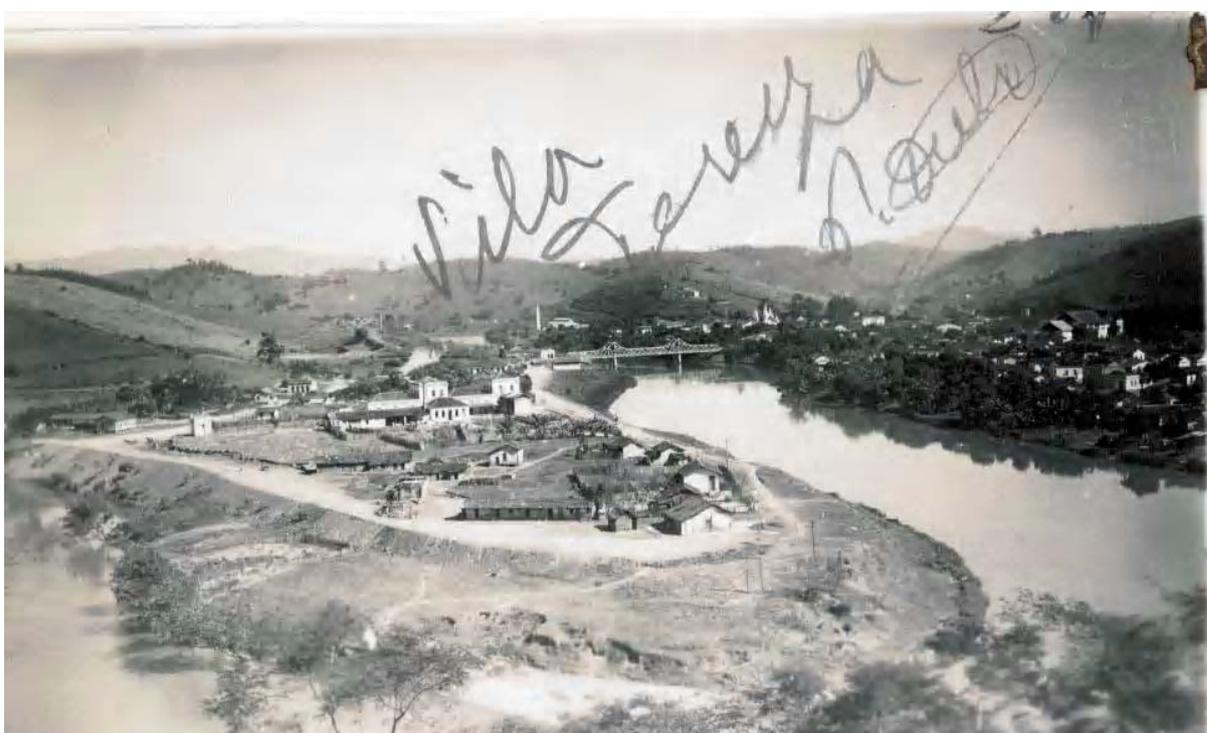


Figura 2: Vila Tereza . A Vila Tereza em 1932. Podemos ver o início das obras de aterro e a abertura das ruas. A avenida aberta ao longo do rio Pomba até a ponte metálica, Pedro Dutra denominou de “Avenida Antônio Carlos”, hoje denominada “Coronel Antônio Augusto de Souza”. Fonte: Acervo Fotográfico do CDH.

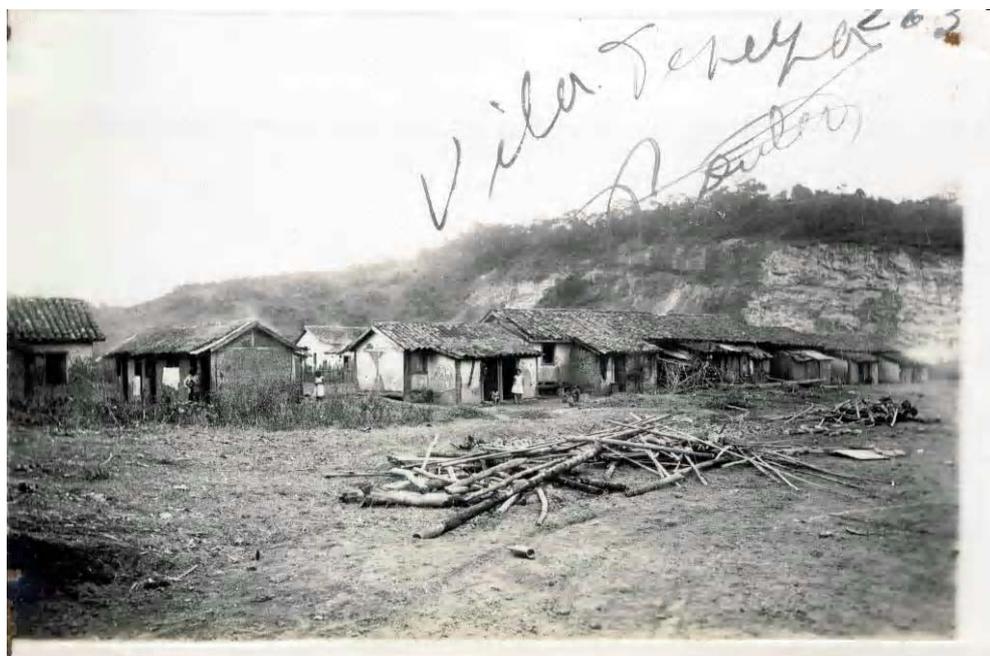
Anexo 5b

Figura 3: Vila Tereza. Cortiços demolidos por Pedro Dutra em 1932. Fonte: Acervo Fotográfico do CDH.

Anexo 6

Figura 4: Cia. Industrial Cataguases. A Indústria ocupa uma grande área na Vila Tereza. Na foto vemos o escritório da companhia. Fonte: Acervo particular da autora.

Anexo 7a

Figura 5: Vila Operária da Cia. Industrial Cataguases. Casas construídas para os operários da fábrica, situadas na Vila Tereza. Hoje é conhecida como “Bairro Jardim”. Fonte: Acervo particular da autora.

Anexo 7b

Figura 6: Casa dos funcionários graduados da Cia. Industrial Cataguases. Projetadas pelo arquiteto modernista Francisco Bologna. Fonte: Acervo particular da autora.

Anexo 8



Figura 7: Praça José Inácio Peixoto. Construída pelos operários da Companhia, em homenagem a José Inácio Peixoto, situada na Vila Tereza. Projeto de Francisco Bologna. Estátua representando uma família operária feita por Bruno Giorgi e o painel “As Fiandeiras” de Portinari. Na lateral temos uma efígie do rosto do homenageado e os dizeres: “José Inácio Peixoto seus amigos e admiradores.” “Este monumento foi erigido por iniciativa dos operários da Companhia Industrial Cataguases.” Fonte: Acervo particular da autora.

Anexo 9



Figura 8: Escola Estadual Coronel Vieira. Criada em 1912, por iniciativa de Astolfo Dutra, então deputado federal. Está situada na Avenida Astolfo Dutra e hoje pertence ao Estado de Minas Gerais. Fonte: Acervo particular da autora.

Anexo 10

Figura 9: Residência de D. Nelia Peixoto. Avenida Astolfo Dutra, 116. Em estilo arquitetônico moderno, projetada pelo arquiteto Edgard Guimarães. Fonte: Acervo particular da autora.

Anexo 11

Figura 10: Residência da Família Dutra. Situada na Avenida Astolfo Dutra, esquina com a Avenida Melo Vianna. Fonte: Acervo particular da autora.

Anexo 12



Figura 11: Antiga Igreja Matriz Santa Rita de Cássia. Estilo neogótico, derrubada no início dos anos 50.

Fonte: Acervo Fotográfico do CDH.

Anexo 13



Figura 12: Moderna Igreja Matriz Santa Rita de Cássia. Início da construção: 1948; término: 1968. Projeto do arquiteto Edgard Guimarães do Valle. Painel da artista plástica Djanira. Fonte: Acervo particular da autora.

Anexo 14

Figura 13: Busto de Astolfo Dutra

Busto em homenagem a Astolfo Dutra em bronze. Obra da escultora Rosa Rothier Duarte.

O busto encontra-se no início da Avenida Astolfo Dutra.

Na frente temos uma efígie republicana: uma mulher simbolizando a República com o barrete na cabeça e portando uma coroa de louros, que sobe as escadas em direção à Justiça, representada por uma mulher em pé, com a espada em uma mão e a balança em outra. Abaixo aparece um ramo, provavelmente de café.

Atrás, uma placa com os dizeres: “Gratidão do povo de Cataguases. 17-XII-1864 – 23-V-1920”. Repare que não tem o nome do homenageado em nenhum lugar do pedestal.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Anexo 15



Figura 14: Estátua de Guido Marlière. Estátua em homenagem a Guido Marlière erigida em 1958, por Pedro Dutra. Inscrições gravadas em bronze nas 4 faces do pedestal:

Na frente: “Esta estátua foi erigida por subscrição popular e por iniciativa do Dr. Pedro Dutra. Inaugurada em 26 de maio de 1958.”

Lado direito: Guido Thomaz Marlière. Catequista de índios. “É muito mais dificultoso desabusar a um rústico, do que civilizar quantos índios há”. “Cristianiza-se o índio com o evangelho, a cruz e dando-se-lhe do que comer”. “Como emolumentos pela catequese dos índios só recebi trabalhos, vigílias, calúnias e intrigas”. Guido Thomaz Marlière. Nasceu em Lorena, França, no dia 13 de agosto de 1768 e faleceu na sua fazenda em Guidoval, Serra da Onça, no dia 5 de junho de 1836. Coronel do Exército Brasileiro e Comandante das 7 Divisões Militares do Rio Doce e encarregado da civilização e catequese dos índios. Foi reformado em 28 de julho de 1829 no posto do Coronel.

Atrás: Guido Marlière. Fundador de cidades. Fundou 15 povoações que hoje são cidades florescentes. Porto dos Diamantes, hoje Cataguases, foi a última povoação fundada por Marlière, traçando-lhe suas ruas e praças, determinando-lhe o perímetro urbano e normas para a construção de casas, em 26 de maio de 1828. Aqui, pois, terminou ele a sua missão de fundador de cidades. Ao fundar a antiga povoação de Porto dos Diamantes disse ele: “Delineei as ruas na distância de 50 passos de hum a outro ângulo, da igreja a praça pública e o lugar futuro para o corpo da mesma igreja, que por ora não tem sinão a capela-mor, a fim de que se forme huma povoação bem regular, para o qual convida a sua bela localidade”.

Lado esquerdo: Vias de comunicação. “Se grande por todos os títulos foi a obra de Marlière no estabelecer a navegação fluvial nas bacias do Rio Doce, Mucuri, São Matheus, Pardo e Jequitinhonha e garantida em toda a sua extensão, não menos notável foi a rede de estradas de rodagem que ele rasgou por toda a vasta zona policiada pelas Sete Divisões Militares sob seu comando”. Deputado Pedro Dutra da justificação do projeto de lei apresentado em 1950, mandando erigir um monumento a Marlière. (Processo Cível, Ação Popular, 1962. pp. 7-8, CDH) Esta estátua encontra-se atualmente na Avenida Guido Marlière. Repare que ganhou um novo pedestal e as placas originais não foram recolocadas. A placa que vemos na foto é de reinauguração da avenida pelo prefeito Paulo Schelb, na década de 1990. Fonte: acervo particular da autora.

Anexo 16

Figura 15: Escola Municipal Flávia Dutra

Criada pelo Decreto Lei nº 4394 de 29/12/1954, por intermédio de Pedro Dutra junto a Juscelino Kubitschek, então governador de Minas. Após muitas brigas, o nome da escola foi mantido. A Escola está situada na Vila Tereza e hoje pertence ao município. Fonte: Acervo particular da autora.